

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE,  
CULTURA E FRONTEIRAS – NÍVEL MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

JOSIANE NAVA

**MIGRAÇÃO, MEMÓRIA E LITERATURA: LEMBRANÇAS DE UM BARRAGEIRO  
DE ITAIPU**

FOZ DO IGUAÇU – PR

2018

JOSIANE NAVA

MIGRAÇÃO, MEMÓRIA E LITERATURA: LEMBRANÇAS DE UM BARRAGEIRO DE  
ITAIPU

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível de mestrado – área de concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras.

Linha de Pesquisa: Território, História e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Klauck

Foz do Iguaçu-PR

2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Nava, Josiane

Migração, Memória e Literatura : lembranças de um barrageiro de Itaipu / Josiane Nava; orientador(a), Samuel Klauck, 2018.  
95 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2018.

1. Migração. 2. Memória. 3. Literatura. I. Klauck, Samuel. II. Título.

JOSIANE NAVA

**MIGRAÇÃO, MEMÓRIA E LITERATURA: LEMBRANÇAS DE UM BARRAGEIRO  
DE ITAIPU**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Mestrado, área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Samuel Klauck

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Foz do Iguaçu – UNIOESTE  
Orientador

---

Profª. Dra. Josiele Kaminski Corso Ozelame

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Foz do Iguaçu – UNIOESTE  
Membro efetivo

---

Prof. Dr. Antonio Rediver Guizzo

Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA  
Membro convidado

Foz do Iguaçu, PR, 06 de Março de 2018.

Aos meus amados Nara, Vilmar e  
Guilherme, os maiores  
incentivadores das realizações  
dos meus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e a oportunidade de aprender a cada dia.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), por cultivar em seus alunos, desde a graduação, a busca por uma sociedade melhor, sendo a pesquisa um dos meios para alcançá-la.

À CAPES, pelo auxílio financeiro que me permitiu a dedicação exclusiva a essa pesquisa durante os dois anos de curso.

Ao professor Dr. Samuel Klauck, orientador e grande incentivador, pela atenção, dedicação e parceria.

Aos professores do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras pelos ensinamentos e incentivos à pesquisa. Em especial, agradeço à professora Dra. Josiele Kaminski Corso Ozelame pelo acolhimento na realização do Estágio Obrigatório e pelo apoio na sala de aula e fora dela.

À minha família, pelo afeto, apoio e incentivos constantes que me permitiram não desistir: Nara, Vilmar e Guilherme eu amo vocês.

Aos amigos e colegas de Mestrado e Doutorado, pelas conversas, risadas e encontros.

Narrativa, sujeitos, memórias, histórias e identidades.  
É a história em movimento.  
(Lucília de Almeida Neves Delgado)

NAVA, Josiane. **Migração, Memória e Literatura**: lembranças de um barrageiro de Itaipu. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo geral analisar de que modo a literatura e a memória podem estar relacionadas. Somam-se a esse outros objetivos como: perceber qual é o papel do Estado na construção da memória do Oeste Paranaense, principalmente, no município de Foz do Iguaçu e como o fenômeno migratório, diante da construção das grandes obras arquitetônicas – Ponte da Amizade e Itaipu Binacional, por exemplo – afetou o processo de formação e sedimentação de memórias. Para que esses objetivos fossem alcançados, uma voz foi especialmente significativa: a de José Alexandre de Oliveira, ou Tio Bahia. A metodologia empregada foi embasado no método qualitativo. Primeiramente, foram realizadas pesquisas bibliográficas a fim de conhecer a memória de Foz do Iguaçu tendo como principal fonte o livro escrito e editado pela administração municipal de 1997: *Foz do Iguaçu: retratos*, além das contribuições de Luiz Eduardo Pena Catta (2003 e 2009) e Maria Aparecida Bento Ribeiro (2002). Em um segundo momento, foi utilizada a pesquisa de campo, especificamente, a entrevista. A elaboração dos roteiros e análise foram ancorados no método da história oral. O primeiro capítulo revisita a memória de Foz do Iguaçu trazendo consigo as lembranças de antigos moradores da cidade e reafirmando os relatos oficializados acerca da constituição do município. Para o segundo capítulo, a influência do Estado manifesta-se através da construção do monumento Itaipu, cuja obra estabeleceu um marco na memória de Foz do Iguaçu, pois o cenário interiorano anterior à década de 1970 sofreu intensas modificações estruturais e populacionais, no qual o fenômeno migratório impactou diretamente na vida social. Tio Bahia, um desses milhares de migrantes narrou a sua história e um pouco do trabalho na Usina Hidrelétrica de Itaipu. O senhor de 80 anos tornou-se a voz dos escritores marginalizados, e para interpretar essa voz senil a obra *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, de Ecléa Bosi (1994) foi primordial. No terceiro capítulo, por meio da literatura produzida, Tio Bahia apresenta suas memórias – de migrante e barrageiro – reinventadas em forma de poesia, no qual buscou-se evidenciar que a literatura pode ser uma forte aliada da memória para vivificar as lembranças daqueles que estão à margem da sociedade. O elo entre a literatura marginal, a migração e a memória senil apresenta-se como uma possibilidade de compreensão do que é valorizado enquanto memória e história de Foz do Iguaçu.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração. Memória. Literatura.

NAVA, Josiane. **Migration, Memory and Literature:** regards of Itaipu Dam's worker. 2018. 94 f. Dissertation (Master in Society, Culture and Frontiers) – State University of Western Parana. Foz do Iguaçu.

## ABSTRACT

The present research aims to analyze how literature and memory can be related. In addition to other objectives such as: to understand the role of the State in the construction of the memory of the West of Paraná, mainly in Foz do Iguaçu and as the migratory phenomenon, before the construction of the great architectural works - Ponte da Amizade and Itaipu Binacional, for example - affected the process of formation and sedimentation of memories. For these objectives to be achieved, one voice was especially significant: The voice of José Alexandre de Oliveira, or Tio Bahia. The methodology used was based on the qualitative method. Firstly, bibliographical research was carried out in order to know the memory of Foz do Iguaçu, as its main source the book written and edited by the municipal administration of 1997: *Foz do Iguaçu: retratos*, besides the contributions of Luiz Eduardo Pena Catta (2003 and 2009) and Maria Aparecida Bento Ribeiro (2002). In a second moment, field research was used, specifically the interview. The scripts elaboration and analysis were anchored in the oral history method. The first chapter revisits the memory of Foz do Iguaçu bringing with it the memories of former residents of the city and reaffirming the official reports about the constitution of the municipality. For the second chapter, the influence of the State manifests itself through the construction of Itaipu monument, whose work established a landmark in the memory of city, since the pre-1970s interior scenario suffered intense structural and population changes, in which the phenomenon impacted directly on social life. Tio Bahia, one of these thousands of migrants narrated his history and some of the work in the Itaipu. The 80-year-old lord became the voice of marginalized writers and to interpret this senile voice the work *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* by Ecléa Bosí (1994) was paramount. In the third chapter, through the produced literature, Tio Bahia presents his memories - of migrant and dam worker - reinvented in the form of poetry, in which it was tried to evidence that the literature can be a strong ally of the memory to vivify the memories of those who are at the margin of society. The link between marginal literature, migration and senile memory presents itself as a possibility for understanding what is valued as memory and history of Foz do Iguaçu.

**KEYWORDS:** Migration. Memory. Literature.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 FOZ DO IGUAÇU: MEMÓRIAS SEDIMENTADAS</b> .....	<b>16</b>
1.1 OS DESLOCAMENTOS PARA O OESTE PARANAENSE .....	21
1.2 A COLÔNIA MILITAR E A “NACIONALIZAÇÃO DA FRONTEIRA” .....	25
1.3 A PONTE INTERNACIONAL DA AMIZADE .....	32
1.4 A RODOVIA BR 277 E O ACESSO FACILITADO À TRÍPLICE FRONTEIRA ....	33
1.5 O AEROPORTO: EVOLUÇÃO DA AVIAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU .....	35
1.6 O TURISMO DE MASSA E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO .....	36
<b>2 ITAIPU E A MEMÓRIA IGUAÇUENSE</b> .....	<b>39</b>
2.1 O PAPEL DA MEMÓRIA .....	41
2.2 O PROJETO ITAIPU .....	47
<b>3 LITETATURA E MEMÓRIA: UM ELO POSSÍVEL</b> .....	<b>61</b>
3.1 O POETA BARRAGEIRO .....	64
3.2 PEDRA QUE CANTA .....	67
3.3 PARANÁ: A CASA ADOTIVA .....	70
3.4 FOZ DO IGUAÇU POR JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA .....	73
3.5 UM ELEFANTE SEM MANADA .....	77
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>86</b>
<b>FONTE ORAL</b> .....	<b>92</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>93</b>
ANEXO A – POEMA ESCRITO POR TIO BAHIA DE PRÓPRIO PUNHO .....	94
ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA .....	95

## INTRODUÇÃO

O Oeste paranaense, região formada pelo território compreendido entre os rios Guarani, Paraná, Piquiri e Iguaçu, têm sido alvo de estudos na academia a fim de compreender os mais diversos aspectos que perpetuam a história e a memória da região. Inspirado nos trabalhos existentes sobre essa temática, este estudo visa contribuir na tentativa de perceber de que modo a memória social sedimentou-se a partir das representações dos migrantes estabelecidos em Foz do Iguaçu.

A problemática da migração aliada ao estabelecimento desses sujeitos na cidade de Foz do Iguaçu – iniciada no fim do século XIX e início do século XX até o auge migratório ocorrido a partir da década de 1970 com a inicialização da obra da usina hidrelétrica de Itaipu – culminou no objetivo central deste trabalho: perceber como a memória senil, tendo como sujeito principal de pesquisa José Alexandre de Oliveira, conhecido por Tio Bahia, incorpora a história de Foz do Iguaçu a partir dos relatos oficializados e os ressignifica na literatura. Aliados a esse objetivo, buscamos compreender como o processo migratório e a (re)apropriação do espaço iguaçuense contribuem para a sedimentação da memória da cidade, entender de que modo ocorre o enquadramento da memória nessa sociedade, que perpassa pelo período anterior e posterior à construção da usina hidrelétrica de Itaipu, cujas narrativas evidenciam ou contrapõem a memória oficializada pelo poder público municipal e tornada em livro e, finalmente, qual é a contribuição da literatura produzida por Tio Bahia na representação e manutenção dessas memórias.

Para realizar os objetivos acima descritos utilizamo-nos de pesquisa bibliográfica acerca do município de Foz do Iguaçu e, de entrevistas embasadas na metodologia da história oral, realizadas com o principal sujeito dessa pesquisa: José Alexandre de Oliveira - ex-barrageiro<sup>1</sup> e poeta.

As bibliografias contribuem para a coleta de dados qualitativos acerca da formação populacional da tríplice fronteira e para a reflexão acerca das memórias produzidas no entorno cidadão. Estas, produzidas pelos sujeitos, constituem marcos, acontecimentos vividos e narrados, posteriormente, àqueles que se dispõem a ouvir. No intuito de preservar essas memórias, a prefeitura municipal de Foz do Iguaçu realizou a compilação de entrevistas publicadas no Jornal Gazeta do Iguaçu ou mesmo, transcritas de forma inédita no próprio livro, nas décadas de 1980 e 1990 – com 79 moradores da cidade, reconhecidos como pioneiros. Essa fonte é importante para o desenvolvimento dessa pesquisa enquanto contraponto às nossas

---

<sup>1</sup> Nomenclatura utilizada para denominar os trabalhadores de barragens.

entrevistas, realizadas com José Alexandre de Oliveira, conforme mencionado anteriormente, principal sujeito dessa pesquisa, que ao contar-nos sua trajetória de vida evidencia: acontecimentos e marcos importantes esboçando, o que Pollak (1989; 1992), chama de enquadramento da memória.

As três entrevistas realizadas com o ex-barrageiro foram ancoradas na metodologia da história oral na qual se preconiza a organização de tópicos para a discussão e não, perguntas formuladas previamente, que induzem o sujeito a uma determinada resposta. As duas primeiras entrevistas ocorridas em Dezembro de 2016 contemplaram os tópicos do trabalho – migração, memória e literatura – ao passo que a última, ocorrida em Dezembro de 2017 permitiu retomar alguns tópicos, principalmente acerca do engajamento/ pertencimento ao “grupo literário iguaçuense”. Ambas as entrevistas contaram com a presença da esposa de Tio Bahia, Sebastiana, que foi o suporte à memória dele em diversos momentos.

Esta forma de organização por tópicos permite ao pesquisador inferir o modo como o sujeito organiza suas lembranças. Em outras palavras, observar sobre aquilo que ele diz, sobre o que se sente confortável para falar e, também aquilo que não é dito, mas que pequenos gestos como: lágrimas ou breve silêncio e a retomada de um assunto do qual o sujeito quer falar podem sugerir. A memória pressupõe pertencimento a um grupo: partidos, sindicatos, igrejas, regiões, entre outros.

Ao tratar das memórias de um ex-barrageiro, que nasceu na Bahia e ao longo da vida deslocou-se para várias regiões brasileiras na busca de trabalho - uma dessas regiões foi o oeste paranaense, especificamente, de Foz do Iguaçu para trabalhar na maior hidrelétrica do Brasil: A Itaipu Binacional, em 1979 - inspirou a utilização do método de entrevista fundamentado na história oral com o objetivo de entender o movimento da memória do passado no tempo presente.

No primeiro capítulo, que trata da percepção da sedimentação da memória no espaço iguaçuense, buscamos inicialmente, compreender o processo migratório da região oeste paranaense e para tal, utilizamo-nos de bibliografias que enfatizam a formação da população – predominantemente, advinda do sul do Brasil e composta por agricultores e descendentes de europeus. Em seguida, mostrar de que modo ocorreu a apropriação do espaço da tríplice fronteira e explicitar como sucedeu o relacionamento entre os primeiros ocupantes e os recém chegados. Tais bibliografias ajudam a esclarecer o processo de construção das memórias coletivamente, ou seja, que fatos importam aos antigos moradores lembrar e quais são secundários. Aqui, cabe refletir também, sobre quem são esses sujeitos e o papel que desempenham para a sedimentação da memória.

As famílias descendentes de imigrantes que aqui se estabeleceram, ressignificaram a paisagem do Estado, e da foz do rio Iguaçu, pois anterior a chegada delas, já havia nesse território a exploração da erva-mate e da madeira por companhias ervateiras, que se utilizavam de recursos da região oeste paranaense. Durante esse período, destaca-se a necessidade de implantar no território iguaçuense uma Colônia Militar. Ela era responsável por reorganizar o espaço fronteiriço através da distribuição de terras aos migrantes e, também, por proteger o território brasileiro.

A região de tríplice fronteira passou por diversas mudanças políticas que refletiram na economia e na organização social: desde o projeto da Colônia Militar, construção de estradas, pontes, usina hidrelétrica, etc. Assuntos que serão ampliados no primeiro capítulo, que se destina à recapitulação de fatos marcantes para a região, anteriormente mencionados e, oferta o escopo para o segundo capítulo, que aborda o processo de construção de Itaipu – a obra que modificou o cenário da região e influenciou direta e indiretamente na vida das famílias que viviam na região: a vida social da interiorana Foz do Iguaçu foi elevada ao patamar das cidades modernas, o espaço foi, portanto, (re)praticado, conforme acredita Michel de Certeau (2003) ao abordar as mudanças espaço-territoriais realizadas pelo ser humano.

Embora, nosso trabalho tenha sido realizado a partir das memórias de um sujeito apenas, ele perpassa a história contada e repetida por pioneiros da cidade, cujo acesso foi possível mediante pesquisa bibliográfica em um livro intitulado *Foz do Iguaçu: retratos*, produzido e editado pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, em 1997, em uma tentativa institucional de vivificar as etapas de construção da cidade a partir da ótica das famílias pioneiras.

O respectivo livro apresenta de forma breve fatos que contribuíram para a formação do município - a exploração de recursos naturais, a instalação da Colônia Militar, por exemplo - e também, locais importantes para o desenvolvimento da cidade - o Parque Nacional do Iguaçu; o aeroporto; as Pontes da Amizade e da Fraternidade; a usina hidrelétrica de Itaipu, entre outros. Logo após, ele contém setenta e nove depoimentos. Cada um dos depoentes foi convidado a responder perguntas - previamente elaboradas - acerca de um dos assuntos acima mencionados.

O terceiro capítulo desse texto observa e busca estabelecer ligações entre a memória e a representação dela nos textos literários, para isso, analisamos, brevemente, três poesias escritas por Tio Bahia: "A pedra que canta"; "Foz do Iguaçu: 100 anos" e "Obrigado Paraná", além de outras que compõe o livro de poemas do autor *O poeta barrageiro: contos e poesias* ou que não foram publicadas em livro.

O poeta encontrou na literatura um modo de expressar os sentimentos e recordar momentos notáveis da trajetória de vida, ou mesmo, se esquecer de muitos deles enquanto

observa cenas do cotidiano. Sua relação com a literatura iniciou, de acordo com ele próprio, logo que escreveu a poesia *A pedra que canta*, enquanto trabalhava na usina hidrelétrica de Itaipu. Contudo, não mencionou data alguma. O escritor publicou dois livros. O primeiro, *O poeta barrageiro: contos e poesias*, em 1997, período no qual fazia parte da União dos Poetas e Escritores de Foz do Iguaçu (UPEFI). Esse grupo extinguiu-se devido às discordâncias internas. Em contrapartida, Tio Bahia, alguns anos depois tornou-se membro da Academia de Letras de Foz do Iguaçu (ALEFI) e, em 2014 publicou o romance *O filho da chacina*.

Atualmente, dedica-se à escrita na informalidade. Sente-se abandonado pelos demais membros da ALEFI, que outrora o visitavam e o ajudavam com o trabalho, principalmente, no que tange a correção gramatical, pois Tio Bahia é semialfabetizado. Escrever é uma paixão e, recentemente, foi estimulado por um médico neurologista a escrever com regularidade para fortalecer a memória. Desde então, levanta-se às 4 horas da manhã, diariamente, para se dedicar à escrita. Todavia, escrever seja um hábito, não se sente reconhecido pela sociedade, e sim negligenciado<sup>2</sup>. A esperança de ser reconhecido e ter outros trabalhos publicados já não existe, de acordo com Tio Bahia o futuro de sua obra é permanecer na gaveta (OLIVEIRA, 16 de Dezembro de 2016).

A literatura contempla esses temas vividos no dia a dia pelo sujeito. Ao relacionar o espaço habitado e as memórias que ele suscita, afinal, os lugares pelos quais a vida levou o poeta barrageiro despertaram nele sentimentos diversos: amor, sofrimento, saudade, alegria, etc. que, refletiram nos textos produzidos pelo escritor. Tais locais foram revisitados por meio das conversas, pela ação da memória: a arte e a história ressignificadas pela memória senil.

Com o propósito de verificar a relação entre a memória do idoso José Alexandre de Oliveira, sua vida migrante e seu amor pelo ofício da escrita, trazemos a história do município de Foz do Iguaçu e buscamos demonstrar por meio das grandes construções (pontes, aeroporto, usina hidrelétrica de Itaipu...) como o Estado é um agente importante para a sedimentação de memórias, visto que apela para os benefícios dessas construções e oculta a outra face. Itaipu, especificamente, é uma agente de transformação espacial sem precedentes no município, pois sua construção modificou completamente o espaço e trouxe consigo alegrias e desalentos, embora esses últimos sejam pouco divulgados em face do propósito de divulgar os benefícios da obra, cujo Estado e a iniciativa privada concordam e eis, que as vozes daqueles que viveram o desalento são sufocadas pelo poder institucional.

---

<sup>2</sup> Em sua casa, há um armário, que fez questão de me mostrar em nossa primeira entrevista, cheio de exemplares do seu último livro *O filho da chacina*, cuja venda não conseguiu fazer e isso o entristece.

Essas memórias, porém, encontram espaço na produção literária para se manterem vivas. José Alexandre de Oliveira, que viveu a transformação de vários espaços, por trabalhar em outras grandes obras que não as de Foz do Iguaçu, sentiu na pele as dificuldades de ser um migrante, se dispôs a superar suas próprias limitações enquanto sujeito semialfabetizado e escrever sobre suas impressões acerca da sociedade e de sua própria vida e entoando a sua voz a partir da literatura.

## 1 FOZ DO IGUAÇU: MEMÓRIAS SEDIMENTADAS

Foz do Iguaçu, cidade localizada no Extremo Oeste do Paraná, é um local em que a diversidade cultural entre diferentes povos se inter-relaciona. Essa intersecção entre culturas remonta um passado constituído de deslocamentos: desde a exploração da erva-mate na qual trabalharam brasileiros, argentinos e paraguaios; a atração de imigrantes, grande parte residente nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para o projeto de nacionalização da fronteira proposto pelo Governo Federal e a construção de obras grandiosas a fim de promover o desenvolvimento do país, como por exemplo a Ponte Internacional da Amizade e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Diante disso, o Estado se apresenta como um agente de sedimentação da memória, cujas âncoras residem, principalmente, nos “projetos desenvolvimentistas/modernistas” que propôs.

Diante da história documentada e oficializada há também, a memória dos sujeitos que presenciaram tais acontecimentos e fornecem novos dados ou mesmo reforçam àqueles conhecidos. Nessa perspectiva de salvaguardar as memórias de quem presenciou as transformações de um local, Ecléa Bosi (1994) entrevistou antigos moradores para (re)contar a história da cidade de São Paulo:

As histórias que ouvimos referem-se, do início ao fim, a velhos lugares, inseparáveis dos eventos neles ocorridos. A casa, o bairro, algumas ruas, em geral o trajeto para a escola e o centro da cidade são descritos de um modo dispersivo nas lembranças várias, mas com alguns focos [...] Esses lugares são descritos sob os vários pontos de vista (BOSI, 1994, p. 448).

Do mesmo modo, destacamos a importância da memória dos sujeitos que vivenciaram os diversos momentos históricos pelos quais a região oeste paranaense passou. Nosso foco é o município de Foz do Iguaçu – desde a extração da erva-mate até as construções que modificaram o cenário iguaçuense: de interiorano para moderno. Fatos esses, que podem ser constatados nas entrevistas documentadas por Juvêncio Mazzarollo e Aluízio Palmar, na década de 1990, acerca do cotidiano da fronteira no início do século XX e registradas no livro *Foz do Iguaçu: retratos*, de 1997, organizado por Silvio Campana e Chico de Alencar.

Além dos depoimentos acima, acrescentamos o depoimento de José Alexandre de Oliveira, que assim se apresentou:

Meu nome completo como é que é mesmo? Tio Bahia de Araújo Melo (risos). José Alexandre de Oliveira. Eu estou com 80 anos e março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro e 10 meses. Nasci em 17 de Março de 36. Eu já passei fome de comer caroço de jaca, em Salvador (OLIVEIRA, 12 de Dezembro de 2016).

Nas entrevistas concedidas a nós, ele aborda a transformação do cenário iguaçuense a partir do início da construção de Itaipu reafirmando o impacto causado pela gigante da geração de energia na tríplice fronteira.

As entrevistas são importantes na medida em que possibilitam a expressão do pensamento e do sentimento traduzidos a partir da linguagem. Assim sendo, a língua carrega em si o poder de convencer, coagir e estabelecer relações de poder de acordo com o objetivo do emissor. Desde as sociedades nas quais a escrita não existia, a comunidade repassava informações por meio da oralidade. Com o advento da escrita, a memória coletiva se expande e se configura em outros suportes – selos, medalhas, moedas, museus, entre outros. Jacques Le Goff (1990) destaca a construção de monumentos aos mortos, logo após a Primeira Guerra Mundial e a fotografia como avanços na preservação das memórias.

Reginaldo Aparecido dos Santos (2012) corrobora ao tratar da fotografia:

É comum que famílias guardem, repassem, arquivem, manuseiem imagens que simbolizem um tempo específico de suas vidas, no sentido de “guardar” para si e em si imagens do passado para visualização futura. As famílias guardam tanto as fotografias referentes a situações privadas vividas no espaço familiar com de situações vividas no espaço público, nas delimitações e circunferências de uma cidade. As representações visuais das cidades se constroem tanto a partir de imagens guardadas em arquivos pessoais, como a partir da memória visual sob a guarda de instituições públicas. Fotografias em posse de famílias podem coincidir com imagens daquele momento que outros vivenciaram, em um passado não muito distante. As famílias também podem construir outras memórias visuais que não coincidem com as memórias coletivas produzidas por personagens diversos ou grupos que venham a constituir o referencial dominante. O passado da cidade pode se apresentar diferente se considerarmos diversas coleções fotográficas, privadas ou públicas, e, principalmente, se analisarmos as suas articulações baseadas numa intencionalidade específica (SANTOS, 2012, p. 107).

As fotografias junto dos depoimentos e fatos narrados acerca do passado do município de Foz do Iguaçu compõem o livro *Foz do Iguaçu: retratos*, o que contribui para reforçar o discurso proferido pelo narrador de memórias.

Diante da importância de manter vivas as memórias da Fronteira retomamos a reflexão acerca do papel da memória dos idosos em nossa sociedade – a partir das entrevistas realizadas com José Alexandre de Oliveira, o ex-barrageiro e escritor iguaçuense de 80 anos de idade, que trabalhou no consórcio Unicom – um dos consórcios contratados para contribuir na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. E entrevistas realizadas por outros pesquisadores universitários

como: Gilson Backes, Fabiana Marreto Secariolo e Reginaldo Aparecido dos Santos (2012), em suas dissertações de mestrado<sup>3</sup>. Esses textos são exemplos do trabalho desenvolvido na Universidade Estadual do Oeste do Paraná<sup>4</sup> acerca do impacto causado pelas ondas de deslocamentos e migrações ocorridas no oeste paranaense, assunto do qual também se ocupa esse texto.

Além de observar os deslocamentos, os pesquisadores acima mencionados corroboraram para a preservação das memórias de idosos pioneiros, partícipes ativos da construção da história do oeste paranaense. Os anciãos, portanto, carregam a capacidade de revelar pela experiência de vida aqueles acontecimentos que marcaram uma determinada época. Muitos desses acontecimentos permaneceram ocultos por anos para que o interesse de um grupo influente da sociedade – seja uma empresa, universidade, organização social ou política - mantivesse a hegemonia do que foi divulgado e reforçado enquanto memória cidadina.

A pesquisa de Gilson Backes (2008) acerca das plantações de hortelã no município de Mercedes colaborou para contrapor os relatos propagados pela esfera privada que busca a homogeneidade da memória. A partir de depoimentos de trabalhadores que se estabeleceram na região entre as décadas de 1960 e 1970 percebe-se o significado que cada um atribui ao processo migratório e ao estabelecimento, fixação em novo território. Um dos relatos citados pelo pesquisador partiu do Senhor Francisco, que por meio da simplicidade ao expressar-se, permitiu que o pesquisador compreendesse aspectos importantes da história do Oeste do Paraná, principalmente da região fronteira:

Como reflexo de sua maneira de observar e versar sobre os acontecimentos entre temporalidades entrelaçadas, a memória de Francisco, no campo de sua experiência, selecionou episódios de estranhamentos. Na arte de contar sobre esse passado, vivido por vezes de maneira tensa, a riqueza de detalhes chega a comover. Com seu modo de falar e o jeito simples de ser, homem da roça, que por força das circunstâncias necessitou viver na cidade, recordou sua migração em que a intenção era de “apenas” trabalhar. Ao ressignificar sua itinerância, questionou: “trabalhar em quê?”. Sem alternativas, de pronto procurou conceber uma resposta: “tanto faz”. A rememoração de um fazer-se trabalhador no lugar de destino, como recordou, pareceu ter se apresentado de forma muito dolorosa quando chegou e enfrentou a realidade que se moldava e à qual também fora submetido (BACKES, 2012, p. 50).

Do mesmo modo que o município de Mercedes, Foz do Iguaçu localiza-se em região fronteira. Faz divisa com as cidades de *Puerto Iguazu*, na Argentina, e *Ciudad Del Este*, no Paraguai. Essa região de tríplice fronteira foi pouco explorada durante todo o século XIX, bem

---

<sup>3</sup> Dissertações defendidas entre os anos de 2009 e 2010, que posteriormente foram utilizadas para tecer artigos acerca da memória e deslocamentos do oeste paranaense.

<sup>4</sup> Os artigos dos autores citados nessa pesquisa – Backes (2012), Secariolo (2012) e Santos (2012) – podem ser encontrados na íntegra no livro “Experiências e memórias de deslocamentos no Oeste do Paraná”, vide referências.

como o oeste paranaense. Entretanto, a partir da década de 1880 a região despertou o interesse das companhias argentinas para a exploração da erva-mate e da madeira.

Ruy Christovam Wachowicz dedicou-se ao estudo desse sistema exploratório de matéria prima chamado de *Obrage* e explicou:

A chamada Obrage foi uma propriedade e/ou exploração, típica das regiões cobertas de matas subtropicais, em território argentino ou paraguaio. O interesse fundamental de um *obragero* não era a colonização em regime de pequena ou média propriedade, nem o povoamento de suas vastas terras. Seu objetivo precípuo era a extração da erva mate, nativa da região, bem como da madeira em toros, abundante na mata nativa, subtropical. A *obrage* portanto, estava ligada ao binômio extrativista: mate-madeira. Essa exploração, típica desde o início do século passado na Argentina e no Paraguai, penetrou de forma natural e espontânea, pelos vales navegáveis do Paraná e Paraguai. Como o controle geo-econômico da navegação do sistema do Prata pertencia à Argentina, formam os *obrageros* desta nação, os principais responsáveis pela introdução desse sistema em território brasileiro, ou mais especificamente: paranaense e matogrossense. (WACHOWICZ, 1982, p. 44).

Esse episódio, acerca do cotidiano da fronteira nas primeiras décadas de 1900 foi recordado em entrevistas concedidas por moradores ao jornalista Juvêncio Mazzarollo, no início da década de 1990. Segue o trecho da entrevista de Antônio Bernardi acerca do cenário iguaçuense nos anos de 1930:

Meu pai gostava muito dessa região por causa das exportações para a Argentina. Exportava-se madeira, erva-mate, de tudo, e meu pai veio para cá fazer isso. Além disso, ele trabalhava na agricultura. Tinha plantação em São João, dentro do Parque Nacional do Iguaçu, que naquele tempo era tudo área devoluta, do governo (Antônio Bernardi, 1994 *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 54).

O morador Francisco Scherloski, também comentou com o jornalista Juvêncio Mazzarollo, sobre a vinda para a região e o trabalho no transporte da erva-mate: “Viemos para a fronteira em 1929, quando eu tinha 16 anos. Conseguimos comprar uma carroça grande, puxada por oito burros, para transportar erva-mate. Desde Laranjeiras do Sul e Catanduvás vinha erva-mate, e daqui ia para a Argentina.” (Francisco Scherloski, 1994, *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 108).

José Alexandre de Oliveira, filho adotivo de Foz do Iguaçu a partir de finais da década de 1970, vivenciava uma não-infância na Bahia enquanto o Oeste paranaense era desbravado e explorado pelo sistema *Obragero*:

Não tive infância. Comecei a trabalhar muito cedo. Meu pai morreu, nós ficamos sozinhos. Minha mãe pegou e arrumou um cara. O cara não queria os filhos dela e ele soltou um pra trabalhar como boiadeiro, transportar boi tipo um vaqueiro pros lugares, tipo Cascavel... E aí eu fui. Trabalhei na roça uns tempos. Vi tanta cobra. Um dia num pedaço pequeno de terra assim [fez o gesto com o braço para mostrar o tamanho: aproximadamente três metros eu vi oito cobras. Peguei o facão, botei na bainha e falei pro cara: “- Vou embora!”. E não apareci mais. Aí fiquei em cima de caminhão (OLIVEIRA, 12 de Dezembro de 2016).

Os relatos acima contemplam o resgate das lembranças de uma comunidade de destino – nesse caso o envelhecimento - é um instrumento importante para as discussões acerca da memória social, que define um grupo, uma situação, um local, etc. Reconhecer os anciãos enquanto detentores de memórias que remontam à história da região e permitem confrontar a versão oficial de vários fatos e, perceber que, geralmente, as informações compartilhadas com o público são aquelas de interesse do grupo que detém o poder e que o manifesta por meio de instituições que lhe permitem reafirmar a sua versão dos fatos e propagá-la.

A memória, portanto, diferencia-se da história devido ao trabalho dessa última na busca de documentos que reafirmem os acontecimentos de determinada época (escritos, artefatos, fotografias, etc.). Enquanto que a primeira, sobrevive informalmente, e ressurgem nas conversas estimuladas por um interlocutor interessado nas experiências vividas pelo narrador em um espaço delimitado temporalmente. O confronto entre as duas formas de saber - história e memória - advém das diferentes versões que um mesmo acontecimento pode suscitar.

Atentar-se à fala daqueles que presenciaram o desenvolvimento da região oeste paranaense é "dar voz" a quem por diversas vezes é esquecido porque integra um grupo, ou comunidade de destino minoritária, para a qual a sociedade não costuma voltar o olhar, o interesse, a escuta. Nesse trabalho, José Alexandre de Oliveira é o porta-voz, o representante dessa comunidade.

Acerca dos estudos sobre senilidade, as pesquisadoras Freitas, Queiróz e Souza (2010) demonstram a importância de estudá-la através da percepção dos próprios integrantes desse grupo:

Dessa forma, refletir acerca do significado do envelhecimento e velhice por meio dos relatos dos idosos, provavelmente, seja um caminho para entender o significado real da velhice, permitindo aos profissionais de saúde, dentre eles os enfermeiros, planejarem estratégias fundamentadas na realidade, que permitam proporcionar a manutenção da autonomia e independência do idoso, tendo como parâmetro a compreensão das alterações decorrentes do envelhecimento, refletidas na velhice, possibilitando a melhoria da qualidade de vida, consoante às condições de saúde em que o idoso se encontra (FREITAS; QUEIRÓZ; SOUSA, 2010, p. 408).

O contato com os sujeitos é um modo de compreender a maneira como eles sentem, pensam e vivem a velhice. É também uma oportunidade de salvaguardar memórias de pessoas

que contribuíram, cada qual do seu jeito, para a construção da sociedade na qual deveriam sentir-se acolhidos, o que nem sempre ocorre.

No que tange à percepção dos sujeitos acerca de suas vivências, reportadas àqueles que se dispõe a ouvi-los, Bosi (1994) afirma:

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade (BOSI, 1994, p. 60).

Diante da “história social bem desenvolvida” que circunda a memória dos idosos, observamos as modificações ocorridas no oeste paranaense, principalmente, em Foz do Iguaçu. Buscamos compreender a realidade do município desde a exploração dos recursos naturais do local por meio do diálogo entre a história “oficial” e a percepção dos moradores.

De acordo com Le Goff (1990), os fenômenos da memória, sejam biológicos ou psicológicos, decorrem de sistemas dinâmicos de organização que os mantêm e reconstituem. O campo psicológico é o responsável pela manipulação consciente daquilo que o sujeito quer lembrar e o que deseja esquecer conforme percebermos ao longo da narrativa.

## 1.1 OS DESLOCAMENTOS PARA O OESTE PARANAENSE

Os eurobrasileiros ingressaram em território paranaense, de acordo com Gregory (2002), de modo significativo em fins do século XIX e durante o século XX. Os principais grupos étnicos foram: alemães, poloneses, italianos e ucranianos. Ambos os grupos estabeleceram-se, principalmente, na região de Curitiba e dos Campos Gerais.

A migração para o oeste paranaense deu-se, principalmente, no início da década de 1891 quando o Estado acessou as terras devolutas e passou a incentivar a colonização. Nos dizeres de Valdir Gregory:

O que se quer mostrar, ainda, é que a constituição deste espaço no Brasil Meridional foi o resultado da interação das necessidades decorrentes da crise do latifúndio a partir das quais se projetaram as colônias e da ação dos colonos que desejaram migrar e povoar. O espaço colonial foi se constituindo através da colonização dirigida e através da sucessiva pressão de colonos estabelecidos em novos espaços. Essa pulsão colonial foi sendo administrada e direcionada pelas forças que atuaram dentro dos limites antepostos pela realidade (GREGORY, 2002, p. 40).

Compreender as razões pelas quais o europeu migrou - as guerras e a expansão do capitalismo nas relações de produção, são dois dos motivos - e a trajetória desse sujeito para várias regiões do mundo e também, o processo de (re)construção do novo espaço que passou a habitar foram preocupações de Gregory<sup>5</sup> (2002, p.43), cuja sintetização é pertinente a essa pesquisa "Migra-se por motivos diversos, mas é sempre para deixar algo e para alcançar alguma coisa, nem que isto implique em vontade utópica". Essa vontade de mudar e ao mesmo tempo manter seu modo de vida de camponês, suas tradições e costumes impelia os europeus a migrar, visto que na Europa o crescimento da indústria forçava-os a abandonar seu estilo de vida e adotar o novo, moderno, industrial.

Essa perspectiva remonta aos dizeres de Roberto Holler, cuja família veio da Alemanha para o Brasil no início da década de 1920 e estabeleceu-se na trílice fronteira dez anos depois. O motivo? As dificuldades no país de origem frente à devastação provocada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918):

Nós éramos agricultores na Alemanha e tivemos nossa propriedade devastada, saqueada durante a Primeira Guerra Mundial. Depois da Guerra as coisas estavam difíceis na Alemanha para o povo, então meus pais resolveram migrar para o Brasil. Vieram para cá como refugiados. Eu tinha então 9 anos. Viemos de barco até o Rio de Janeiro. Chegando, tivemos que ficar no barco durante 30 dias, até que saísse autorização para ficar no Brasil. Do Rio fomos a São Paulo e logo viemos ao Paraná, não sei por quê. Fomos morar em Cruz Machado, perto de Foz do Areia (Roberto Holler, 1991 *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 182).

A emigração da Europa para o Brasil e, posteriormente os deslocamentos internos transformaram a sociedade brasileira de modo considerável. No Paraná, Wachowicz (2010) listou onze tópicos que sintetizam as ações desses imigrantes no solo paranaense:

---

<sup>5</sup> Para maiores esclarecimentos acerca do que é ser colono e como se dão as vivências desses sujeitos ver *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná*, de Valdir Gregory, 2002. Vide referências.

- 1- lançou as bases para o surgimento de uma classe média rural e urbana;
- 2- desenvolveu um ciclo rodoviário próprio, com a utilização do *carroção eslavo* e da *carroça polaca*. Esses veículos substituíram com grande vantagem os lentos carros de boi e as tropas muares;
- 3- recuperou a dignidade social do trabalho braçal tanto na agricultura como no meio urbano. O trabalho agrícola e manual deixou de ser considerado vergonhoso e de baixo *status* social;
- 4- difundiu pelo Estado os ofícios manuais de ferreiro, carpinteiro, marceneiro, arreador, alfaiate, barriqueiro etc.;
- 5- proporcionou uma verdadeira revolução agrícola na região, com a introdução e difusão do arado de ferro com pá móvel, grade, ancinho, rastelo, gadanha, foice de cortar trigo, soterrador etc.;
- 6- introduziu e difundiu o uso na alimentação do centeio, trigo sarraceno (tatarca), batata inglesa etc.;
- 7- proporcionou subsistência por quase 80 anos não só à capital como às principais cidades do interior;
- 8- deu início a inúmeras indústrias na capital e no interior;
- 9- forneceu os principais contingentes de mão de obra para a abertura das estradas da Graciosa e do Mato Grosso, instalação de bondes em Curitiba, introdução da energia elétrica e construção de ferrovias no interior;
- 10- - criou uma arquitetura característica, adaptada tanto ao quadro urbano quanto ao meio rural;
- 11- - tornou o Paraná um estado com população predominantemente branca e com majoritária influência europeia. (WACHOWICZ, 2010, p. 185-186).

As mudanças acima mencionadas foram possibilitadas, principalmente, a partir da década de 1940 na qual há a forte presença da ideologia da Marcha para o Oeste. Gregory explica:

Sob a ótica do nacionalismo, característico da política ideológica do Estado Novo, a Marcha para o Oeste propunha que as fronteiras econômicas coincidissem com as fronteiras políticas. Para Vargas, o verdadeiro sentimento da brasilidade implicava em contemplar a ocupação do território através da colonização (GREGORY, 2002, p. 69).

Samuel Klauck (2003) adverte que, embora houvesse reconhecimento por parte do governo e dos trabalhadores que exploravam os recursos naturais no século XIX na região Oeste paranaense, ainda não havia sido superada a ideia de “vazio” apregoada anteriormente ao mencionar esse território, mesmo no auge da “Marcha para o Oeste” entre as décadas de 1950 e 1960.

A década de 1960 foi representativa para José Alexandre de Oliveira, pois iniciava a sua trajetória de migração para vários estados brasileiros, conforme relatou:

Eu saí da Bahia no dia 2 de Janeiro de 1962. Eu ia contra o rio. Eu fechava o rio. Tinha que subir rio acima. Daí eu vim... da Central de Furnas eu vim trabalhar na Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS), trabalhei lá e com nove meses pra vencer um ano eles mandaram aquele pessoal lá tudo embora, pra não vencer ano. Eu vim à Belo Horizonte procurar emprego, não achei. Passei dois dias em Belo Horizonte, nada. Aí peguei e vi escrito assim: Viação Cometa – São Paulo. O ônibus já tava saindo, perguntei “pra onde vai esse carro?”, “pra São Paulo”. Falei: “que horas vai sair?”, “ta saindo”. Falei pra me dar uma passagem, peguei a passagem e vim pra São Paulo. Aí cheguei em São Paulo umas oito, nove horas da noite. Um frio, eu sem blusa, de camisa assim só (refere-se a camisa de manga curta semelhante a que vestia durante a entrevista), sem costume de São Paulo. Sentei na mala e fiquei tremendo.

Chegava o guarda e falava: “você vai pra onde”, “eu não sei”, “como não sabe?”, “eu não sei”. Sai aquele guarda e entrava outro: “Aonde você vai?”, “eu não sei”. Daí chegou um guarda senhor de idade e falou: “você não tem parente aqui?”, “não”, “não tem conhecido?”, “não”, “ninguém?”, “ninguém”. Ele pegou e falou pro carregador: “leva ele ali na Avenida Rio Branco, tem um hotel. Hotel Rodoviária, hospeda ele lá. “você tem dinheiro pra pagar a pernoite?”, “tenho”. Eu tinha cinquenta cruzeiros. Ele me levou lá. Já dei um cano no carregador. O guarda fulano de tal mandou você hospedar esse homem aqui, fez a ficha. Aí o carregador falou: “Cadê?”. Eu falei: “vai cobrar do guarda lá que mandou você me trazer, eu não tenho”. Aí fiquei lá naquela pensão. Fiquei num quarto com janela pra rua. Fique olhando, me deu fome. Falei vou descer, vou comer. Desci, peguei a calçada e vim parar na Estação da Luz. Na Estação da Luz cheguei num boteco, um restaurantinho lá, comi. Voltei pra pensão onze, quase meia noite. Consegui um emprego em São Paulo, com... “você já ouviu falar no gato?”. Gato é aquele cara que se você tem um obra eu pego na sua mão pra pegar os outros, pra pagar o tanto que eles querem. Aí fiquei trabalhando (OLIVEIRA, 12 de Dezembro de 2016).

O depoente acima se insere enquanto migrante em busca de melhores oportunidades em outras terras, porém o objetivo a ser cumprido por ele: encontrar trabalho é diferente daqueles que migraram rumo ao Oeste. Primeiramente, o rumo da marcha desses últimos já estava definido e também, havia incentivo governamental para àqueles dispostos a habitar regiões inóspitas do Brasil. Quanto a José Alexandre de Oliveira, tanto o rumo quanto o tipo de trabalho a ser feito eram incertos.

Antônio Bordin vivenciou essa política de Marcha para o Oeste e relatou como veio para o Paraná, que motivação o trouxe juntamente com outras famílias que migraram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para o Paraná:

No Rio Grande do Sul corria a fama de que aqui o lugar era bom, as terras eram boas, planas e férteis, o mato era forte, havia muita madeira boa. Eu vi que era assim mesmo. Gostei muito. Voltei ao Rio Grande e no fim do mesmo ano (1950) voltei com a intenção de colocar rodoviária em Foz do Iguaçu. Mas não deu certo porque havia duas empresas de ônibus que operavam aqui e os próprios donos faziam os serviços de estação rodoviária. [...] Nós éramos muito amigos do Ernesto Dal-Oglio, que tinha a concessionária Volkswagen em Toledo e Cascavel. Ele tinha também a concessão para Foz do Iguaçu, mas não explorava, por isso ofereceu para nós comprarmos. Compramos e começamos a revender carros da Volkswagen em 1964. Aí surgiu a Paraguaçu de Automóveis (Antônio Bordin, 1994 *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 57).

As fronteiras políticas despertaram os interesses empresariais de diversos colonizadores, o que incentivou a migração dos colonos que aceitassem o desafio e assim, contribuíram para a "brasilidade" desses locais, nos quais a língua, a moeda e os costumes da nação passaram a figurar como protagonistas e não mais como coadjuvantes. Um exemplo disso se deu no município de Foz do Iguaçu, onde o espanhol era o idioma predominante no próprio território brasileiro bem como a moeda eleita para as transações comerciais era o peso argentino devido à influência do capital argentino em solo paranaense durante o ciclo de exploração de erva-mate e madeira, principalmente.

O ciclo exploratório dos recursos naturais, a instalação da Colônia Militar e o fluxo migratório de várias famílias descendentes de imigrantes contribuíram para o desenvolvimento da região oeste paranaense. Os investimentos nessas terras, não apenas na agricultura, mas no comércio contribuíram para fomentar o turismo, principalmente, na tríplice fronteira.

Além disso, as obras realizadas para interligar os três países: Paraguai, Argentina e Brasil constituem até a atualidade os pilares do turismo iguaçuense.

## 1.2 A COLÔNIA MILITAR E A “NACIONALIZAÇÃO” DA FRONTEIRA

Considerada uma região de posição privilegiada, devido ao fácil acesso aos rios, principalmente, ao Rio Paraná, o Governo brasileiro iniciou a exploração do território iguaçuense. Para concretizar esse objetivo, Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo arguiu junto ao Ministério da Guerra brasileiro em prol da instalação de uma Colônia Militar em Foz do Iguaçu. Os objetivos apresentados pelo respectivo capitão, de acordo com Antonio Marcos Myskiw, abarcavam "além da função militar, a fundação da Colônia Militar tinha por meta incentivar o povoamento, desenvolvimento industrial, comercial e político no ponto extremo da Fronteira" (2009, p. 114).

Os argumentos do capitão surtiram efeito positivo e uma colônia militar foi fundada em Foz do Iguaçu e, ao fazer o reconhecimento do local os militares constataram que vários habitantes eram de nacionalidade argentina ou paraguaia, o que justificava a predominância do idioma espanhol, mesmo no território brasileiro, conforme Wachowicz (2010).

A instalação da Colônia Militar, de acordo com Myskiw (2009), teve vida árdua e instável tanto para os militares quanto para os colonos. Essas dificuldades teriam sido

motivadas pelo isolamento e distância do núcleo urbano brasileiro mais próximo: Guarapuava<sup>6</sup>. Assim, a estratégia de sobrevivência encontrada pelos habitantes foi negociar com os vizinhos argentinos - que exploravam erva-mate e madeira - culminando no abandono das atividades, as quais se propuseram inicialmente: agrícolas e pastoris.

O cenário acima descrito é recordado por Antônio Bernardi. Ele veio para cá em 1930 junto da família e, relatou o episódio:

Todo o comércio daqui era voltado para a Argentina. Tanto se comparava como se vendia para a Argentina. Para ir a Curitiba era preciso ir por São Paulo ou pelo Rio Grande do Sul, via Uruguaiana. As coisas começaram a melhorar um pouco com a vinda do batalhão do Exército, em 1932. Fizeram campo de aviação e toda semana vinha um aviãozinho do Correio Aéreo Militar, que depois passou a se chamar Correio Aéreo Nacional (Antônio Bernardi, 1994<sup>apud</sup> CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 54).

O cenário da época também foi descrito pelo morador Dionísio Campana em entrevista a Juvêncio Mazzarolo. O referido jornalista questionou a finalidade de instalar um batalhão do Exército na fronteira e mantê-lo desde então. A resposta obtida foi: “O Exército veio para nacionalizar a fronteira, garantir o território brasileiro, porque aqui se falava mais castelhano e guarani do que português. A Companhia de Fronteira tinha sede próxima à Capitania dos Portos” (Dionísio Campana, 1994 <sup>apud</sup> CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 78).

Durante aproximadamente um século, os *obrageros*<sup>7</sup> permaneceram na região oeste do Estado explorando recursos naturais e mão-de-obra barata. Contudo, no final do século XIX, mais especificamente em 1888, o ministério de Guerra no Governo Imperial fundou a Colônia Militar, que trouxe significativas mudanças à região. Conforme explica Micael Alvino da Silva (2014):

A Colônia Militar de Foz do Iguaçu se estabeleceu em 1889, e em torno dela lentamente se estruturou outro tipo de sociedade. Na época, a ideia de colônia estava relacionada com a atração e organização de pessoas (principalmente imigrantes), para o cultivo da terra e povoamento do local. O caráter militar indicava que cabia ao Exército Brasileiro, o compromisso de organizar a vida administrativa, a começar pela distribuição de terras (SILVA, 2014, p.31).

Ao afirmar que, se estabeleceu na região fronteira outro tipo de sociedade, Silva (2014) revela que, na época da instalação da Colônia Militar já havia pessoas vivendo na região

<sup>6</sup> Essas hipóteses são levantadas e defendidas por Myskiw em sua tese de doutoramento *A fronteira como destino de viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*, no ano de 2009.

<sup>7</sup> Termo utilizado para referir-se aos donos do empreendimento *Obrage* - empresa que explorava erva-mate a madeira.

– os indígenas e os *mensus*<sup>8</sup> são exemplo disso – ou seja, a sociedade previamente constituída passou a coexistir com a nova – consequência da instalação da Colônia Militar.

Esta última foi instalada em Foz do Iguaçu, que não era referência na extração dos produtos (erva-mate e madeira), porém era uma das vias facilitadoras de acesso ao rio para o transporte deles.

A região Oeste do Paraná era percebida pelos habitantes dos grandes centros urbanos como um sertão desabitado. A partir da designação para formar uma colônia militar em Foz do Iguaçu, foi necessário abrir estradas a fim de facilitar o trânsito de mercadorias e pessoas de uma região à outra do Estado. Klauck complementa “o empreendimento é considerado como marco de uma nova fase da ocupação do Oeste paranaense” (2003, p. 250).

Diante da instalação da colônia militar, o General José Cândido da Silva Muricy visitou enquanto representante da Comissão Estratégica do Paraná, que estava preocupada com a abertura de trilhas no sertão paranaense. Essa intenção é descrita no trecho abaixo:

Forçado pelas exigências do serviço da Comissão Estratégica do Paraná, da qual fazíamos parte, a de empreender a penosíssima viagem à colônia da Foz do Iguassú, através de aspérrimo sertão, o maior e o mais bruto do nosso Estado, tivemos a felicidade de fazer algumas observações, que desejamos se tornem conhecidas de nossos patrícios, pois eles, mais do que ninguém interessam (MURICY, 1999 *apud* SECARIOLO, 2012, p. 27).

Secariolo (2012) enfatiza que a expedição do referido militar foi empreendida através das estradas que ligavam o sertão paranaense aos Campos Gerais, ou seja, um sertão que já não era vazio e sim, conhecido pelo homem, cuja preocupação denotava a conquista do território e a reocupação do espaço habitado pelos indígenas. Para tanto era necessária a construção de ferrovias, estradas, telégrafos, enfim, meios que possibilitassem a comunicação entre a tríplice fronteira e Guarapuava.

A autora prossegue: “dessa forma, podemos entender os relatos como memória construída, e os elementos naturais a solução para justificar essa construção e alinhá-lo aos outros objetivos” (SECARIOLO, 2012, p. 29). A memória constitui, portanto, um importante referencial para conhecer a história de nossa região.

Antonio Marcos Myskiw (2009, p. 39) corrobora ao chamar a atenção para “os relatos são fragmentos (que figuram num caderno de notas ou diário) possibilitam aos viajantes relembrar as viagens, de refazê-las via imaginação”. Em outras palavras, os documentos ou fontes produzidos a partir da memória são ressignificações do passado a partir do presente -

---

<sup>8</sup> Termo utilizado para referir-se aos trabalhadores das *obrages*.

momento em que é narrado, escrito o fato em questão -, logo a neutralidade inexistente. O nosso olhar para o fato é direcionado para aquilo que o depoente, escritor quer que seja percebido. Refletir com cautela sobre o que está-se analisando é dever do analista.

Um exemplo desse cuidado é exposto pelo referido autor. Ao analisar as memórias do Sargento José Maria de Brito. As questões norteadoras da análise preconizavam identificar o público alvo da escrita desse documento e a utilidade disso, visto que a publicação dessas memórias deu-se após cinquenta anos. As respostas encontradas mostraram que a publicação cumpria a função de contribuir para o evento de comemoração da “descoberta”<sup>9</sup> da foz do rio Iguaçu e, conseqüentemente, reforçar a memória oficial em torno do município "que celebrizava os feitos de alguns homens e ocultava os esforços de dezenas de colonos brasileiros e estrangeiros para sobreviver na fronteira" (MYSKIW, 2009, p. 42). Essa reflexão demonstra o quanto a memória relaciona-se ao poder, ou seja, aquilo que deve ou não ser dito é controlado por grupos influentes socialmente.

A Colônia Militar simbolizava que Foz do Iguaçu pertencia ao Brasil – demarcando a fronteira e cumprindo um dos objetivos da fundação da colônia que é a proteção do território brasileiro. Diante disso, os objetivos da Colônia eram promover o desenvolvimento da região ao estimular o assentamento de colonos brasileiros e estrangeiros, e vigiar os limites territoriais. Entretanto, o objetivo não foi concretizado de modo eficiente e a administração da Colônia Militar foi repassada ao Governo do Estado do Paraná. Os militares permaneceram em Foz subordinados ao Governo do Estado do Paraná (MYSKIW, 2009).

José Werner que chegou à região em 1909 vindo de Chapecó – na época também Colônia Militar – comentou em entrevista a Aluizio Palmar que, a Colônia Militar era formada por civis contratados para o serviço e não, por soldados conforme ocorria na década de 1990 - época da concessão da entrevista.

Esse cenário de incompletude identitária vivida na região oeste do Paraná demonstra o processo de enquadramento de certas memórias – entre aquilo que deve ou não ser lembrado – e, constitui uma forma de empoderamento da memória por parte de alguns sujeitos lembrados como pioneiros em detrimento de outros. Klauck (2003, p. 247) completa “personagens são valorizados, glórias são atribuídas às pessoas que conseguiram transformar definitivamente este espaço “inóspito” em região conhecida.

A Colônia Militar foi emancipada e tornada Vila, em 1910. Quatro anos depois, foi promulgada a Lei 1383, que oficializou a Vila como Município de Vila Iguaçu. Neste mesmo ano, aos 10 dias do mês de Junho, o primeiro prefeito foi empossado: Jorge Schimmelpfeng.

---

<sup>9</sup> Termo reproduzido tal e qual Myskiw o utiliza em sua tese. Vide referências.

Antes porém, Jorge Schimmelpfeng já havia estado nessas terras, entre 1902 e 1905, para estabelecer a Comissão fiscal de Foz. Pediu afastamento do cargo para dedicar-se ao comércio. Segundo Myskiw, a fortuna conquistada por Schimmelpfeng estava relacionada, em grande parte, à intermediação da compra de terras devolutas junto ao Governo do Paraná por uma companhia inglesa com a finalidade de explorar riquezas naturais do território paranaense. Essa negociação culminou na Fundação da *Compañia de Maderas del Alto Paraná S/A*, que passou a funcionar em 1907 e nomeou as terras adquiridas de Fazenda Britânia ou Britânica, cuja administração competia àquele que intermediou a compra.

Essa administração relegou aos antigos colonos, como por exemplo Julio Gutierrez, "a expulsão de colonos brasileiros e estrangeiros das áreas que exploravam erva-mate e madeira mediante autorização da direção da Colônia Militar de Foz do Iguaçu (o major Neiva Lima)." (MYSKIW, 2009, p. 204).

Esse cenário inóspito foi descrito por Otília Schimmelpfeng, filha de Jorge, que relatou a Juvêncio Mazzarollo sobre a vinda do pai à cidade e o motivo que o trouxe:

Meu pai Jorge foi enviado a Foz do Iguaçu, de Curitiba, em 1905, como membro de uma comissão criada pelo Governo do Estado para elaborar estudos e planos de povoamento dessa região. Apesar do ambiente inóspito, ele se encantou com o lugar, aqui plantou raízes e aqui decidiu viver. (Otília Schimmelpfeng, 1993, *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 166)

Após estabelecer-se na cidade, tornou-se prefeito e permaneceu no cargo por dez anos, desde 1914 até 1924. No período de governo, ele ofereceu proteção àqueles que poderiam lhe ser úteis - retribuir o "favor", mesmo que aos olhos dos demais moradores os protegidos tivessem "cometido diversas arbitrariedades". Myskiw (2009, p. 208) exemplifica o fato: "ao dar proteção, Jorge tornava os irmãos Charon dependentes de seu poder e cumpridores de suas ordens [...] resguardavam e faziam valer os interesses de Jorge Schimmelpfeng como proprietário de terras, comerciante, empresário e político local". Esses episódios o contemplaram com a alcunha de coronel.<sup>10</sup>

A filha de Jorge, Otília Schimmelpfeng descreveu o pai, em suas memórias, e justificou seus atos:

---

<sup>10</sup> Coronelismo foi um exercício de poder próprio do meio rural e das cidades interioranas, durante a primeira República no Brasil (1889-1930). Esse exercício era praticado pela elite rural: grandes proprietários de terras que controlavam os meios de produção, portanto detinham poder político, social e também, econômico. (FAUSTO, 1994).

Bem apessoado e porque não dizer, rico? Deveria ter deslizado pelas encostas do prazer, como um ardoroso “bon vivant” ou, sem fugir da regra ter pecado pelo “errante humanun est”. As suas falhas portanto, eram humanas, como eram humanos os seus gestos, os seus atos, os seus sentimentos (SCHIMMELPFENG, 1991, p. 20)

O último ano de mandato do coronel Schimmelpfeng foi marcante para a cidade, pois ela foi invadida pelos revolucionários da Coluna Prestes. Os revolucionários chegaram na cidade em quinze de setembro de 1924, de acordo com a Otília Schimmelpfeng e “houve grande alvoroço, muito medo e incerteza. Espalhou-se o boato de que os revolucionários vinham para matar, principalmente os chefes políticos, saquear e liquidar todo mundo” (Otília Schimmelpfeng, 1993, *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 167).

Diante desse quadro, ela relembrou que a primeira vítima da suposta lista seria o seu pai, cujo mandato havia recém terminado e sido entregue a Jorge Sanways. Por isso a família Schimmelpfeng fugiu para a Argentina, bem como boa parte da população iguaçuense, conforme Carlos Luiz Samways relatou:

O prefeito, outras autoridades e a maioria da população da cidade se refugiou na Argentina. A ocupação se deu em 21 de setembro de 1924 e eles só puderam voltar em abril do ano seguinte. Foram sete meses de angústia. No dia 6 de maio, Jorge Samways foi reempossado na Prefeitura pelo coronel João Batista Pires de Almeida, comandante do destacamento Almada, que em 19 de abril retomou o controle da cidade das mãos dos revolucionários (Carlos Luiz Samways, 1994, *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 69).

Do mesmo modo que a família de Otília Schimmelpfeng, a família de Alfredo Mertig também refugiou-se na Argentina:

Lembro de quando vieram os revolucionários, em 1924, quando todo mundo fugiu para a Argentina. O pai nos levou para lá, depois voltou para cuidar das nossas coisas. Em nem sabia direito o que estava acontecendo. Alguns conhecidos nossos que foram para lá arrumaram uma casa e nós fomos morar com eles. Éramos cinco irmãos e ficamos lá com a mãe. Fizeram um barulho grande. Todo mundo ficou com medo, pensando que os revolucionários iam matar a todos. Mas quando chegaram e viram aquilo disseram que quem tinha fugido devia voltar, porque não ia acontecer nada de mal a ninguém (Alfredo Mertig, 1994, *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 46).

Dentre as famílias que permaneceram na cidade, cujo discurso é menosprezado devido a construção social acerca da brutalidade dos revolucionários de 1924, o morador José Werner afirmou “Eu continuei em Foz do Iguaçu. Foi uma movimentação pequena” (1981 *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 136).

Manêncio Martins, cuja família abandonou os bens e foi para a Argentina durante a passagem da Coluna Prestes, contou que:

Todo mundo se mandou para Argentina, com muito medo, porque diziam que eles vinham para matar meio mundo. Alguns ficaram por aqui, mas a maioria preferiu não arriscar o couro. Nós também fomos à Argentina e ficamos lá até terminar a confusão. Abandonamos roças, criações e ranchos. Mas era tudo boato, porque os revolucionários respeitava a todos. Prestes, Cabanas e outros chefes revolucionários eram moços de muita educação (Manêncio Martins, 1981, *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 147).

O discurso do morador acima denota a abrangência do discurso oficial da época, que mostrava os revolucionários como homens sanguinários, perigosos, delinquentes e isso causava medo na população, que ao saber da chegada deles, fugiam.

Manêncio Martins contou também, que ao regressarem da Argentina, havia-se perdido metade dos animais, mas as terras cedidas pela Colônia Militar permaneceram, pois elas (as terras) eram concedidas, segundo ele, sem medir.

Esse panorama, de doação de terras pertence ao período denominado por Perci Lima<sup>11</sup> de Segundo Ciclo: “Iniciou-se mais ou menos por volta de 1914 e também encerrou-se em 1930, com o assentamento dos colonos alemães, polacos, eslavos e italianos que iniciaram um processo rudimentar de agricultura de subsistência [...]” (LIMA, 2001, p. 60).

A cessão de terras foi comentada por Maria Odete Rolon, em 1994, ao ser questionada sobre o que atraiu os pais dela para a região da tríplice fronteira e o abandono de sua casa no Rio grande do Sul:

Foram atraídos pelas terras da região. Meu pai tinha certo conhecimento desta região e certo preparo para a agricultura. Conseguiu terras às margens do rio Tamanduá. A Colônia Militar cedia terras mediante a apresentação de um simples requerimento dos interessados (Maria Odete Rolon, em 1994, *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 150)

Gregory (2002, p. 30) explicou a importância dos colonos, os eurobrasileiros, e de sua mão-de-obra para diversificar a produção agrícola e introduzir valores e experiências europeias na nova terra. "Estas fronteiras pioneiras, normalmente, eram áreas de domínio territorial brasileiro inseguro e de pouco interesse para as atividades monoculturas e para as atividades da pecuária dos latifúndios". Assim, Foz do Iguaçu, bem como outras regiões do país foram os primeiros núcleos coloniais e serviram aos interesses políticos e econômicos das grandes propriedades, bem como aos interesses do próprio Império: a nacionalização do território.

---

<sup>11</sup> Perci Lima é autor do livro “Foz do Iguaçu e sua história”. Foi vereador e posteriormente, prefeito do município de Foz do Iguaçu no início da década de 1980. Em 2001, época em que o livro foi publicado, atuava na Secretaria de Estado da Criança e assuntos da Família.

Além dos episódios mencionados anteriormente, outros foram lembrados pelas famílias pioneiras de Foz do Iguaçu: A construção da Ponte da Amizade e da rodovia (BR 277) foram lembradas devido à importância no cenário iguaçuense e a movimentação citadina decorrente de tais construções. Antes de tratar de ambas as construções, é imprescindível compreender sob que circunstâncias ocorreram os deslocamentos para a região Oeste do Paraná.

### 1.3 A PONTE INTERNACIONAL DA AMIZADE

Em 1956 os governos do Brasil e do Paraguai assinaram o acordo que daria início à construção da Ponte Internacional da Amizade.

Na vida de José Alexandre de Oliveira também era construída uma ponte, embora contrária à sua vontade, um casamento forçado:

A primeira (esposa) me casaram. Não vivi com ela nem um minuto. Naquele mesmo dia eu vim embora, porque eu não tinha culpa no cartório. Isso foi em 57. Disseram que eu tinha deflorado ela: foi ele! Daí minha mãe ficou com medo. O cara botou um punhal no meu peito e disse assim: “fala seu sacana”, eu falei, mas eu não devo nada pra essa mulher. Eu vou te quebrar esse punhal na sua cara! E minha mãe começou a tremer e falou: “José, fala...” e eu peguei e foi, “foi eu mesmo. Pronto vou casar”. Daí casei no dia três de Maio de 57. Aí voltei pra barragem. (OLIVEIRA, 12 de Dezembro de 2016).

Após o casamento, José retornou para o emprego na barragem, e em 1962 deixou o seu Estado natal e foi a Belo Horizonte, e logo após para São Paulo, conforme mencionado anteriormente nesse texto.

Enquanto isso, a construção da Ponte Internacional da Amizade movimentou a economia da região, além de atrair trabalhadores de diversas partes do país para edificá-la.

Estima-se que mil homens foram empregados.

Antônio Urnau comentou em 1991 sobre a significação da Ponte:

Significou muito. Essa ponte transformou Foz do Iguaçu. Quando iniciaram as obras eu tinha táxi, um Ford 36, muito bom. Meu ponto ficava perto da Prefeitura. Com a construção da ponte melhorou muito o movimento de passageiros. Eu levava ao aeroporto, as outras cidade. Uma vez fui levar Rui Joner a Toledo e a estrada era tão ruim que levei seis horas para ir até lá (Antônio Urnau, 1991, *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 65).

Francisco Ferreira Mota observa em sua entrevista que, a construção da Ponte impactou diretamente em sua vida, pois ao instalar-se em Foz do Iguaçu em 1948 exerceu a profissão de alfaiate, porém em 1956 trocou a alfaiataria por um caminhão:

Comprei um Ford, ano 1946, para puxar areia para a construção da Ponte da Amizade para Foz do Iguaçu. Se há algo que marcou Foz do Iguaçu antes da Itaipu foi a Ponte da Amizade. Ciudad del Este simplesmente não existia antes. A cidade paraguaia vizinha nossa era Porto Franco. Quando os engenheiros definiram o local da construção da Ponte da Amizade eu estive junto. Aquela área era toda coberta de mato.

Nos trabalhos de sondagens no rio morreu afogado um engenheiro, que caiu da canoa e a correnteza levou. Veio o DNER e abriu concorrência pública para a execução da obra. Ao mesmo tempo, uma empresa brasileira foi contratada pelo Paraguai para abrir a estrada de Caaguazú até a fronteira com o Brasil (Francisco Ferreira Mota, 1993, *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 106).

Diante de ambos os depoimentos, é possível compreender a alteração no espaço da região fronteira - tanto no Brasil quanto no Paraguai - visto que, além de atrair mão-de-obra, movimentar a economia e melhorar as relações políticas entre os países, principalmente, após o episódio da Guerra da Tríplice Aliança<sup>12</sup>, também contribuiu significativamente para visibilizar o Extremo Oeste do Paraná, confirmando sua existência e importância para a nação brasileira.

Posteriormente, em 1985 foi inaugurada a Ponte da Fraternidade, cujo nome foi modificado para homenagear o presidente brasileiro Tancredo Neves – que nem chegou a assumir o cargo. A Ponte Tancredo Neves que, interliga os municípios de Foz do Iguaçu, no Brasil e *Puerto Iguazú* na Argentina facilita o tráfego e possibilita desfrutar dos atrativos da cidade vizinha, o que inclui o Parque Nacional Argentino e outro ângulo de observação das Cataratas do Iguaçu.

#### 1.4 A RODOVIA BR 277 E O ACESSO FACILITADO À TRÍPLICE FRONTEIRA

A precariedade do acesso às demais cidades paranaenses pela via terrestre, conforme exposto acima, no qual Antônio Urnau demorou 6 horas para ir de Foz do Iguaçu até Toledo

---

<sup>12</sup> Ou guerra do Paraguai, foi o maior conflito armado da América do Sul. De um lado o Paraguai e de outro Argentina, Brasil e Uruguai (tríplice aliança) motivados pelas discordâncias predominantemente geopolíticas - fronteiras e navegação dos rios da Bacia do Prata. A Guerra perdurou desde 1864 até 1870 e ocasionou a morte de milhares de pessoas - entre civis e militares - dos quatro países envolvidos. Fonte: *História concisa do Brasil*. Vide referências.

compunha uma antiga preocupação política desde a Comissão Estratégica que fundou a Colônia Militar na Foz do Rio Iguaçu.

Embora constituísse uma preocupação antiga, a realização do objetivo deu-se apenas em 1969, ou seja, desde a visita da Comissão Estratégica até o referido ano passaram-se oitenta anos. Contudo, várias tentativas de concluí-la antes de 1969 foram feitas: na década de 1920 um importante político paranaense – Affonso Alves de Camargo - colaborou para que a estrada tomasse "alguma forma". Também a população paranaense e os viajantes realizaram ações para a melhoria do caminho. Francisco Scherloski, em 1994 comentou um episódio acerca da construção da rodovia:

Quando eu entrei aqui só tinham feito (na propriedade dele) só tinham feito a locação, o traçado da estrada. Isso foi em 1946. Inicialmente começaram a abrir a estrada com machado e picareta. Depois vieram máquinas também. O Érico Pruner, por exemplo, que hoje está com quase 90 anos, pegou uma empreitada e, com uma turma de peões, abriu o traçado da estrada daqui até Matelândia, derrubando o mato (Francisco Scherloski, 1994, *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 109).

Os presidentes brasileiros: Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1940 e Juscelino Kubitschek em 1950 interessaram-se pela região da tríplice fronteira e corroboraram para que a estrada fosse melhorada. Mesmo assim, os recursos foram insuficientes e a deterioração constante. Após o Golpe Militar de 1964<sup>13</sup>, o interesse pela região foi retomado e em 1969 os presidentes Costa e Silva e Alfredo Stroessner inauguraram a BR 277 (CAMPANA; ALENCAR, 1997).

Ozires Santos, prefeito de Foz do Iguaçu na época da inauguração da Ponte da Amizade destacou a importância do momento para a cidade:

Foi de fato um grande momento. Tivemos a honra de recepcionar os presidentes Castelo Branco, do Brasil, e Alfredo Stressner, do Paraguai. Eu, como prefeito, estive junto à comitiva presidencial na solenidade. A ponte da Amizade representou um extraordinário passo no progresso deste região. Antes Foz do Iguaçu estava asfixiada. A ponte da Amizade permitiu a Foz do Iguaçu a arrancada que merecia e precisava para seu desenvolvimento (Ozires Santos, 1994 *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 171).

---

<sup>13</sup> Golpe Militar é a designação de uma série de eventos ocorridos em 1964, que encerrou o governo de João Goulart e iniciou o do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, o primeiro presidente do Brasil no período do Regime Militar, Ditadura Militar, popularmente conhecida por “anos de chumbo”. Dentre os objetivos do governo ditatorial estava instituir uma “democracia restringida”, reformar e modernizar o sistema econômico capitalista para conter o comunismo. Para atingir tais objetivos, era necessário controlar a situação caótica econômico financeira herdada do governo do presidente Jango, controlar o proletariado – tanto no campo quanto na cidade e, reformar o aparelho do Estado. Esse regime político perdurou até 1985 com a eleição indireta do presidente Tancredo Neves em Abril de 1964 (FAUSTO, 1994).

No entendimento de Silva (2014) a conclusão da estrada foi primordial ao conectar Foz do Iguaçu ao litoral e ao Porto de Paranaguá mas, principalmente ao estabelecer uma ligação com a Ponte Internacional da Amizade, que já estava concluída, pois um interesse antigo do Paraguai concretizou-se: o acesso ao mar.

A construção da estrada, nas palavras de Galdino Moro, em 1994, representou: "E outro momento de impulso ao progresso de Foz do Iguaçu veio com a construção da BR-277, a chamada Estrada Estratégica, desde a década de 50. A BR-277 facilitou a instalação de grandes madeireiras" (Galdino Moro, 1994 *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997).

Finalizada a construção, a manutenção tornou-se necessária e, a onda de privatização que atingiu a nação brasileira na década de 1990 incluiu a concessão da administração da rodovia BR 277 para uma empresa privada desde 1997, que presta serviços mediante a cobrança de pedágio<sup>14</sup>.

## 1.5 O AEROPORTO: EVOLUÇÃO DA AVIAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU

Outro recurso para facilitar o acesso a Foz do Iguaçu foi a instalação de um aeroporto. Inicialmente, os moradores apoiados pelo Exército no início dos anos 1930 solicitaram a inclusão do município na rota do Correio Aéreo Militar. O pedido foi aceito e eles iniciaram os preparativos de um local adequado para o pouso de avião. O terreno escolhido pertencia a Fulgêncio Pereira, e localizava-se nos fundos do quartel do Exército. Sobre a escolha do terreno:

A escolha do local para a construção do aeroporto antigo deu-se em função da necessidade de estabelecer uma linha entre Foz do Iguaçu e Guaíra para o Correio Aéreo Militar e por se tratar de um local que era afastado da cidade na época. O terreno era de propriedade privada e foi cedido a partir do entendimento de que a obra impulsionaria a cidade ao progresso e beneficiaria a atividade turística (MONGES; JACINTO, 2006, p. 49).

O primeiro pouso aconteceu em Março de 1935 e marcou o início da aviação na tríplice fronteira. Otília Schimmelpfeng registrou o momento em seu livro de memórias:

---

<sup>14</sup> De acordo com o site da empresa Ecovia o contrato de prestação de serviços foi assinado em 1997 junto ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a vigência é de 24 anos. Disponível em: <<http://www.ecovia.com.br/Institucional/A-Ecovia>>.

Aconteceu a 23 de março de 1935 quando, num momento inesperado, ouviu-se um estranho ruído no ar despertando a atenção de todos que, saindo à rua viam, extasiados, um aviãozinho militar evolucionando o céu, qual uma ave desconhecida num voo de reconhecimento migratório... Era o mensageiro da esperança, portador da linha mais curta de ligação entre Foz do Iguaçu e Curitiba, num tempo de 4 horas ao invés de 4 a 8 dias! (SCHIMMELPFENG, 1991, p. 44).

Antenor Carneiro de Mello – responsável pela agência de Foz do Iguaçu de 1967 à 1991 quando se aposentou, relatou o começo de suas atividades na cidade:

O aeroporto era o que hoje é o Clube Gresfi. A pista, de chão batido, ficava impraticável quando chovia, e isso prejudicava muito a regularidade dos vôos. O sistema de comunicação era precário. Mas a pista do novo aeroporto (o atual Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu) ficou pronta pouco tempo depois que eu havia chegado, mas o Departamento de Aviação Civil (DAC), do Ministério de Aeronáutica, não liberava seu uso. Aliei-me então a Adolfo Lopes, gerente de Agência de Viagens de Egeu Timótheo de Brito, que representava a empresa aérea Sadia (hoje Transbrasil), e fomos à luta para conseguir do DAC autorização para utilizar a pista do novo aeroporto. Conseguimos (Antenor Carneiro de Mello, 1993 *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 52-53).

A inauguração do novo aeroporto aconteceu em 1972<sup>15</sup>. Porém, em 1975 diante da construção da Itaipu Binacional o aeroporto necessitou de reformas, de ampliação devido à saturação em que se encontrava ao não conseguir contemplar eficazmente a demanda da região. Entre 1986 e 1989, a ampliação foi concluída dentro de padrões funcionais e modernos.

O advento do turismo, embora em vigência desde 1900 em menor escala, vem alterando gradativamente o panorama da cidade. Em 2012 as Cataratas do Iguaçu foram eleitas uma das Sete Novas Maravilhas da Natureza, o que ocasionou, de acordo com a Infraero, uma nova reforma no aeroporto para acompanhar o crescimento da região: novas salas de embarque e desembarque e a modernização do terminal de passageiros e seus equipamentos foram contemplados na reforma concluída em 2014. Diante disso, Monges e Jacinto destacam: “a memória lançada como oficial acaba por ocultar fatos que tem significativa relevância na formação da identidade de Foz do Iguaçu, para dar lugar a memórias que nem sempre constitui uma memória coletiva” (2006, p. 61), em outras palavras, o resgate das memórias daqueles que presenciaram a consolidação do aeroporto permitem vivificar e conhecer outros fatos acerca desse importante empreendimento que contribuiu e contribui para o desenvolvimento de Foz do Iguaçu.

---

<sup>15</sup> As principais diferenças entre a antiga estrutura do aeroporto, porte dos aviões, funcionamento e administração do aeroporto podem ser encontradas na monografia de Fabiane Ninoff Monges e Patrícia Jacinto de Farias (2006). Ver referências.

## 1.6 O TURISMO DE MASSA E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

Inicialmente, é importante definir o que entendemos por Turismo de Massa. É aquele promovido por empresários com grande poder aquisitivo. Assim, as agências de turismo contratadas para recepcionar aos visitantes os levam a lugares predeterminados como representativos de determinada cidade ou comunidade. No caso de Foz do Iguaçu, esses atrativos são: as Cataratas do Iguaçu de ambos os lados da fronteira; a Itaipu Binacional; as compras no Paraguai e as atrações noturnas<sup>16</sup> de Puerto Iguazú, na Argentina.

A ideia de conhecer a tríplice fronteira está vinculada à visita de tais atrações. Por isso, se alguém sugere que virá à Foz do Iguaçu, provavelmente, lhe será requisitado que compre alguns artigos no Paraguai para os demais membros da família, que passeie pelo Duty Free Shop na Argentina para conferir se os preços de bebidas e perfumaria importados são, de fato, mais baratos que em outras cidades. Além disso, não deve esquecer de visitar os pontos turísticos acima mencionados (Cataratas e Itaipu) para não correr o risco de ser repreendido por “não ter conhecido as cidades”.

Esses apontamentos contribuem para compreender a influência da memória na construção do imaginário social acerca do que compreendemos como espaço, cultura, fronteira. Enfim, tudo aquilo que conhecemos enquanto “verdade” foi sedimentado socialmente a partir da preconização de discursos de grupos influentes: o Estado; o Poder Público; a iniciativa privada ou a própria modernidade, que justificam suas ações mediante a “melhoria social” que certas ações provocarão.

Uma dessas ações foi a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, justificada e embasada nas vantagens que traria tanto para o Brasil quanto para o Paraguai: resolveria o conflito acerca da delimitação do território; evoluiria o patamar da geração de energia no Brasil e no Paraguai<sup>17</sup>; além de gerar empregos e renda para milhares de famílias.

Esse discurso está arraigado na história e na memória da cidade de Foz do Iguaçu, pois por unanimidade os entrevistados na década de 1990, que compõem o quadro de entrevistas do

---

<sup>16</sup> Comes e bebes nos restaurantes e bares argentinos; visita a Feira de alimentos; shows de tango e idas ao Cassino são algumas dessas atrações.

<sup>17</sup> A Itaipu Binacional é um marco para o setor elétrico dos dois países. Antes, os paraguaios dispunham de apenas uma hidrelétrica de pequeno porte, a Icaray. Os brasileiros consolidam a opção pela energia produzida por meio do aproveitamento da força dos rios. A usina praticamente dobra a capacidade do Brasil de gerar energia. A potência instalada, que era de 16,7 mil megawatts, passa a contar mais 14 mil megawatts. O empreendimento é o terceiro ao longo do Rio Paraná, em território brasileiro, e o primeiro em águas paraguaias. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/nossahistoria>>.

livro *Foz do Iguaçu: retratos*, de 1997, citam a existência do turismo desde o início de 1900, porém a eclosão advém da construção da Itaipu Binacional.

Francisco Scherloski relatou “[...] Antes, Foz era mesmo um fim-de-mundo. Mais progresso veio com a construção da BR 277. Mas a explosão de progresso se deu mesmo com a construção da usina de Itaipu”. (1994, apud CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 109). Outro morador, que confirma o impacto de Itaipu sobre o turismo regional, principalmente, em Foz do Iguaçu é Roberto Ariel Grignet (1997):

[...]Finalmente, a construção da Hidrelétrica de Itaipu, cujo impacto sobre o desenvolvimento da região foi assombroso, e é de todos conhecido. A atividade natural para o desenvolvimento de Foz do Iguaçu – o turismo – nunca foi sentida como decisiva, mesmo tendo sua exploração iniciada praticamente junto com sua colonização (Roberto Ariel Grignet *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 181).

A construção da usina hidrelétrica de Itaipu contribuiu para impulso do turismo, bem como a reorganização espacial da cidade e o aumento populacional considerável. Usina essa, que contribuiu para o desenvolvimento da cidade, mas que também trouxe consigo um preço a ser pago, que permite questionar os benefícios que a obra trouxe. Exploraremos esse tema no próximo capítulo, no qual contrapomos a história oficializada por meio de um livro de memórias: *Foz do Iguaçu: retratos* e a memória de um ex-funcionário, que acompanhou a construção desde o início.

O protagonista dessas memórias é José Alexandre de Oliveira, ex-barrageiro e poeta de 80 anos, que abriu as portas de sua residência e também o seu coração para relatar aspectos importantes de sua vida até estabelecer morada no município de Foz do Iguaçu, após passar boa parte da vida deslocando-se devido à profissão. As contribuições de Maria Aparecida Bento Ribeiro e Luiz Eduardo Pena Catta, por meio de suas pesquisas acadêmicas enriquecem as reflexões.

## 2 ITAIPU E A MEMÓRIA IGUAÇUENSE

Nesse espaço, trataremos do seguinte objetivo: compreender de que modo Itaipu influenciou na modificação do espaço na tríplice fronteira e incorporou-se nas memórias dos moradores. A partir disso, perceber quem são os sujeitos que falam dessas memórias, os ditos pioneiros em contraponto àqueles que não são procurados pela mídia, pelos órgãos governamentais, pela própria empresa Itaipu, para falar dessas vivências – mantendo-se esquecidos para a história do município.

Buscamos evidenciar essas memórias, das minorias, ao contrapor àquelas organizadas no livro *Foz do Iguaçu: retratos*, cujo objetivo da prefeitura era homenagear os oitenta e três anos da cidade, às lembranças do escritor e ex-barrageiro José Alexandre de Oliveira e também, às memórias dos sujeitos evidenciados nas pesquisas de Luiz Eduardo Pena Catta (2003) e Maria Aparecida Bento Ribeiro (2002).

Discutimos como é retratado para a comunidade o decorrer do processo de construção da usina, e em seguida, como isso é lembrado pelos sujeitos que compõem o livro organizado pela prefeitura. Corroboram nesse tópico pesquisas que problematizam essa “história oficial”.

Foz do Iguaçu é conhecida por ser uma cidade na qual convivem diferentes etnias. Elas interagem e conservam traços culturais que são próprios das regiões das quais são provenientes, um exemplo é a comunidade árabe, através da manutenção da vestimenta, religião, língua, culinária, etc. Para Gregory (2014) o território, suas fronteiras, a população e a paisagem que o compõem têm historicidades. As histórias de lugares são histórias de movimentos, de migrações constantes, de conflitos e transformações de espaços e de paisagens. Assim como o espaço, o território é produzido (explorado ou utilizado) por formações sociais, com dinâmicas próprias e repletas de contradições e desigualdades. No interior das fronteiras dos territórios estão presentes as especificidades locais, inerentes à dinâmica geral da sociedade e às peculiaridades de lugares e tempos históricos.

Roberto Cardoso de Oliveira corrobora acerca dos contrastes construídos em um território e que contribuem para a formação da identidade local:

É assim que os contrastes entre nós e eles, marcadores do jogo de exclusão e inclusão que expressa a natureza da identidade contrastiva, podem ser observados com referência aos seguintes operadores simbólicos: a) a terra ou território é certamente o primeiro desses operadores, onde o nós são os filhos da terra e os outros são os recémchegados; b) como segundo operador simbólico, tem-se a história real ou suposta – as lendas – que remontam à época de Carlos Magno, fundador do Principado de Andorra; c) o sangue, como terceiro operador, passa a ser o marcador de uma ancestralidade genética, isto é, ser “andorrano de raiz”/na expressão catalã,

andorrans de soca; d) a língua aparece como o quarto operador, pois se identifica univocadamente todos os catalães da Espanha e França, possui um peso simbólico extremamente importante para a cidadania andorrana, uma vez que Andorra é o único Estado que tem o idioma catalão como oficial; e) a propriedade, seja individual ou comunitária, é um atributo de andorranidade que não se pode deixar de considerar; f) finalmente temos o que se pode denominar de caráter, entendido como “o resultado da acumulação histórica, como uma variável abstrata” de conteúdo psicológico, porém central na construção simbólica da cidadania, a bem dizer da essência da identidade andorrana (OLIVEIRA, 2006, p. 104).

Nessa perspectiva, a partir do exemplo de Andorra, observa-se a multiplicidade de fatores que permeiam a construção da memória dentro de um território, visto que a partir da identidade que se estabelece dentro dos grupos locais há a seleção consciente ou não das lembranças a serem disseminadas entre o próprio grupo para a manutenção da identidade e univocidade e também para a sociedade na busca pelo reconhecimento da comunidade.

Michel de Certeau (2003) ao abordar a temática do espaço urbano compara o ato de caminhar com o de falar para explicar as diferentes relações estabelecidas por eles e as escolhas decorrentes disso:

Uma comparação com o ato de falar permite ir mais longe e não se limitar somente à crítica das representações gráficas, visando, nos limites da legibilidade, um inacessível além. O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (o *speech act*) está para a língua ou para os enunciados proferidos. Vendo as coisas no nível mais elementar, ele tem como efeito uma trílice função “enunciativa”: é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma realização espacial do lugar (assim como o ato de palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica relações entre posições diferenciadas, ou seja, “contratos” pragmáticos sob a forma de movimentos (assim como a enunciação verbal é “alocução”, “coloca o outro em face” do locutor e põe em jogo contratos entre colocutores). O ato de caminhar parece, portanto encontrar uma primeira definição como espaço de enunciação (CERTEAU, 2003, p. 177).

A partir da exposição de Certeau (2003), observamos de que forma se coloca o discurso propagado pela usina hidrelétrica de Itaipu. Ela surgiu como uma resposta pacificadora aos conflitos latentes entre Paraguai e Brasil nos quais ambos os países viviam um impasse quanto a posse de terras na região das (antigas) Sete Quedas do Iguaçu, ou seja, não havia consenso sobre quem era o dono legítimo das terras. Esse quadro manteve-se até meados da década de 1950, na qual os dois países em questão decidiram unir-se e, em 1956 foi iniciado o projeto símbolo dessa união: a Ponte Internacional da Amizade.

O ano de 1973 marcou o início de um novo tempo, que traria significativas mudanças para a trílice fronteira: foi assinado o Tratado de Itaipu, no qual os governos brasileiro e paraguaio consensualizaram a construção da usina. No site da empresa, é possível encontrar informações minuciosas acerca dos conflitos acima mencionados e do valor da hidrelétrica para

o desenvolvimento de ambos os países, o que inclui lembrar que a fonte de energia renovável produzida na usina era uma excelente substituta ao petróleo, cujo preço aumentou consideravelmente após a crise mundial da década de 1970<sup>18</sup>.

## 2.1. O PAPEL DA MEMÓRIA

O prefácio da obra “Foz do Iguaçu: retratos” reitera a importância de colher as memórias daqueles que trabalharam para constituir a cidade na qual vivemos atualmente. O depoimento de cada um deles “é também uma memória social, familiar e grupal” (BOSI, 1994, p.37) e são essas memórias que contribuem para que conheçamos as dificuldades daquele cotidiano sob diversos pontos de vista que se relacionam, conforme consta no prefácio da obra *Foz do Iguaçu: retratos*:

Uma missão gratificante: colher dos nossos adoráveis “velhinhos” seus depoimentos e suas histórias sobre os primeiros anos de nossa cidade, sobre as adversidades que eles enfrentaram para implantar aqui, no Extremo Oeste do Paraná e nesta tríplice fronteira Brasil-Paraguai e Argentina, esta cidade única em todo o imenso território nacional. Foram eles, os nossos pioneiros, as legítimas sentinelas avançados do Brasil, parafraseando o lema do 34º Batalhão de Infantaria Motorizado, sucessor da Colônia Militar e “berço” desta brava civilização fronteiriça (CAMPANA, ALENCAR, 1997, p.5).

O excerto acima permite inferir acerca da seleção dos depoimentos coletados dos “adoráveis velhinhos” pelos jornalistas. A ideia de transcrever para um livro de memórias da cidade de Foz do Iguaçu tais depoimentos merece algumas reflexões: Há uma única história sobre o município de qualquer ponto de vista? Os depoentes expuseram livremente suas opiniões e recordações para os jornalistas? Tomados por essas reflexões e impelidos a encontrar possíveis justificativas para elas a partir da observação das memórias que se solidificaram diante do monumento Itaipu. De acordo com Le Goff são características do monumento “ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória colectiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”. (1990, p. 95).

Além de entrevistas que seguem um questionário fechado, que induzem as respostas dos entrevistados, por exemplo: “A construção da BR 277 foi uma oportunidade de negócios,

---

<sup>18</sup> Ibidem.

de venda de seus produtos aos trabalhadores da obra?”<sup>19</sup>, quanto a resposta, exige uma afirmação ou negação e em seguida a justificativa. A história oral por sua vez é descrita por Lucília de Almeida Neves Delgado:

Move-se em terreno interdisciplinar, já que utiliza muitas vezes música, literatura, lembranças, fontes iconográficas, documentação escrita, entre outras, para estimular a memória. Também dialoga e/ou interage com a sociologia, a antropologia e a psicanálise, como suportes para construção de roteiros de entrevistas e para a condução do próprio depoimento. Finalmente, recorre à memória como fonte principal que a subsidia e alimenta as narrativas que constituirão o documento final, a fonte histórica produzida (DELGADO, 2006, p. 15-16).

Nessa perspectiva, buscamos dialogar com Tio Bahia e estimular suas lembranças. Ele contou que ao ingressarem para trabalhar na usina hidrelétrica de Itaipu os homens, bem como as ruas, dentro do canteiro de obras eram identificados por um número e recordou vagamente a identificação do seu alojamento: “o meu era B844, B8... era B8 não sei o quê” (OLIVEIRA, 12 de Dezembro de 2016).

Dentro dessa perspectiva, os próprios barrageiros reinventavam os nomes dos colegas tomando por base características físicas ou regionais, por exemplo. José Alexandre de Oliveira tornou-se Tio Bahia e explicou como ganhou esse apelido:

Aqui vocês chamam a gente de tiozinho ou tio. Foi o tiozinho ali que me arrumou. E eu fixei na obra aqui e eles me chamavam de Tio Baiano: “- Oh, Baiano. Oh, Tio Baiano!”. No Rio de Janeiro e em São Paulo, onde trabalhei, me chamavam de baianinho. Aqui, me chamavam de Tio Baiano. Tinha um colega, esse cara morreu acidentado, chamava-se José Aparecido Figueiredo e ele, como se diz, toma conta de tudo, chama caximba, né. Ele pegava e falava, “-Oh, Tio Bahia!”. Aí os caras falavam: “- Oh, Tio Bahia, oh, Tio Bahia!”, daí quando fiz a primeira entrevista com a Dora (Maria Auxiliadora), ela me pôs: Tio Bahia, o poeta barrageiro, por causa da poesia *A pedra que canta* (OLIVEIRA, 12 de Dezembro de 2016).

Ribeiro complementa a explanação acima ao afirmar que dificilmente os barrageiros utilizavam seus nomes de batismo, pois ao serem admitidos para trabalhar na Usina recebiam um número identificador: homogeneização. Apesar disso, encontraram outra forma de identificar um ao outro: “Reinventavam nomes, próximos dos usos próprios da linguagem cotidiana, numa espécie de inversão, relacionada a nomes de bichos e plantas, associados às características físicas, quando é emblemática a presença da natureza” (2002, p. 63).

Ainda sobre o trecho acima, Tio Bahia se coloca como migrante ao evidenciar “aqui vocês chamam a gente de tiozinho ou tio” demarcando que, Foz do Iguaçu não é sua terra natal e que é nosso – do iguaçuense - o costume “chamar tiozinho ou tio” e é diferente do que estava

<sup>19</sup> Pergunta retirada do livro de entrevistas “Foz do Iguaçu: retratos”, de 1997.

acostumado. Também, ao trabalhar no Rio de Janeiro e em São Paulo mencionou que recebeu o apelido de baianinho.

Renomear um ao outro implicava em manter características que os fizessem lembrar de algo que gostavam ou mesmo de onde vinham, impedindo que ao olharem um para o outro vissem apenas um número. Ribeiro (2002) questiona: quem são esses sujeitos:

Mas, quem foram esses anônimos barrageiros que participaram deste momento histórico? Estes “nômades da sociedade moderna” chegaram a ser quarenta mil homens (brasileiros e paraguaios). Deixaram rastros de suas vidas nos locais onde viveram durante os dezoito anos de construção da usina. Barrageiro é um neologismo já inserido no contexto das obras onde se constroem barragens (RIBEIRO, 2002, p. 58-59).

As memórias que circundam Itaipu são diversas – tanto idosos como jovens e também intelectuais interessam-se pelo tema e formulam opiniões -, tanto as que enfatizam as vantagens dessa construção quanto as que expõem os problemas dela decorrentes, conforme a pesquisa desenvolvida por Catta (2003) que revelou tais fatores através de levantamento bibliográfico, da análise de jornais que circulavam na época e depoimentos recolhidos.

Fabiane Minoff Monges e Patrícia Jacinto de Farias, em seu trabalho de conclusão de curso de Turismo, trabalharam também na perspectiva da história oral e coletaram depoimentos acerca do desenvolvimento de Foz do Iguaçu a partir da memória de quatro trabalhadores do aeroporto internacional de Foz do Iguaçu e reforçam os diálogos coletados por Catta (2003) ao mencionar que:

As transformações provocadas pela construção de Itaipu, fazem dela, um marco crucial para a Memória da cidade, pois causa uma ruptura no contexto histórico que demarca duas memórias distintas onde a Identidade prevalecente na atualidade, denota sentido distinto do existente antes da Usina (MONGES; JACINTO, 2006, p. 47).

O cenário anterior à Itaipu é descrito pelos entrevistados de Monges e Jacinto (2006) com adjetivos como: “cidade gostosa”, “comércio tranqüilo”, “as baladas eram chamadas de festinhas”, “a gente cantava de noite, dormia 3, 4”, entre outros detalhes que enaltam a pacatez do município (MONGES; JACINTO, 2006, p. 48).

Catta (2003) complementa em trechos como: “A hidrelétrica binacional é um macro polo de intensa irradiação de povoamento, de trabalho e de elevação de padrão de vida” e “Itaipu contribuirá, assim, para transformar as fronteiras sul-americanas” expõe o lado positivo da obra.

De outro lado, trechos como: “A população de Foz aumentou de vinte mil pra cento e dez mil em cinco anos originando sérios problemas de habitação” e “Só com a chegada do grande número de trabalhadores para Itaipu, é que começou a violência, a criminalidade, o favelamento...” denotam os problemas decorrentes da construção da usina. Contudo, esses últimos trechos pertencem ao campo das memórias subterrâneas, utilizado por Michel Pollak para designar as memórias que não são compartilhadas socialmente, apenas em um grupo específico ao qual o guardião dessa memória se sente pertencer e para desenterrá-las o esforço foi profícuo, devido ao trabalho de marketing largamente disseminado por Itaipu a fim de propagar os benefícios da obra.

Ribeiro (2002) corrobora na discussão ao expor a situação privilegiada da qual gozava Itaipu em detrimento dos agricultores que viviam na fronteira, cujas terras foram alagadas para dar início à construção da Usina:

Itaipu representa o poder. Portanto, Itaipu iria estipular o preço das terras, bem como a forma de pagamento. Um dos instrumentos a partir dos quais tentaria impor sua dominação seria a palavra, estratégia utilizada para enfraquecer os agricultores, pois eles “não sabem se expressar”, uma vez que a linguagem dos agricultores, colonos, carregada pelo sotaque alemão ou italiano, que é um importante elemento da identidade do grupo, era tomada pelos tecnocratas de Itaipu como fonte de dificuldades de comunicação (RIBEIRO, 2002, p. 36).

Diante do excerto acima, percebemos o poder da língua, que no caso relatado esclarece que o discurso proferido pelos agricultores pertence ao campo do coloquialismo, foge à norma culta “não sabem se expressar”, logo, a empresa – interessada em validar os seus interesses políticos e econômicos – alegava dificuldade de comunicação.

A memória entra em disputa - afinal, o que é importante lembrar? E como essas lembranças são transmitidas? Compreender de modo mais abrangente o processo da memória é possível ancorados em Pollak, que responde a uma questão pela qual nos interessamos: quais são os elementos constitutivos da memória? “Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo” (1992, p. 201). Além desses, a memória se constitui de pessoas, personagens e lugares. Esse último reforça as discussões tecidas acerca de Foz do Iguaçu:

Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real

em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela. Para a minha geração na Europa este é o caso da Segunda Guerra Mundial (POLLAK, 1992, p. 3).

O estabelecimento de memórias na sociedade pode decorrer do processo de reforço, aceitação e propagação de lembranças de um tempo histórico coagidas por interesses de um grupo que detém sobre elas interesses próprios.

Essa manifestação do poder, não raro, se dá por meio da linguagem conforme expõe Pierre Bourdieu (2008):

Jamais se deveria esquecer que a língua, em razão da infinita capacidade geradora, mas também, originária, no sentido kantiano, que lhe é conferida por seu poder de produzir para a existência produzindo a representação coletivamente reconhecida, e assim realizada, da existência, é com certeza o suporte por excelência do sonho de poder absoluto (BOURDIEU, 2008, p. 28).

Um exemplo de manipulação por parte daquele que detém o poder, mesmo que sutilmente, é evidenciado por Tio Bahia ao tratar com um dos encarregados da empresa - Consórcio UNICON para a qual trabalhava - empresa contratada por Itaipu - acerca de sua vontade de demitir-se:

Eu fui na prefeitura da Vila A e falei pro Senhor encarregado: “- Vou pedir as minhas contas, não dá pra ficar”. Isso era em 79, porque eu fiquei dia primeiro de Outubro de 79, em Dezembro eu já queria vir embora. Aí ele pegou e falou, Não. Você vai ser um dos últimos a sair da obra. Aí eu fiquei. Me deram uma casa lá no Paraguai, em Hernandarias. Em Janeiro, eu fui lá e peguei a mulher com a menina e vim pra cá. Fui morar na área 6. E eu trabalhando (OLIVEIRA, 12 de Dezembro de 2016).

Essa coação mediante interesses próprios, também é relatada por Ribeiro (2002) que analisa o depoimento de um pequeno agricultor de São Miguel do Iguazu (Marcelo Barth), no qual o referido sujeito acredita na legitimidade do seu grupo enquanto ocupante do espaço – em disputa para a formação do lago de Itaipu -, pois a transformação de “lugar inóspito” para lugar “onde a vida humana pudesse realizar-se” se deu a partir do trabalho realizado por eles: os agricultores. Vinculado à legitimidade estava o medo de serem expulsos da terra. Esse medo repercutiu na união e formaram o Movimento Justiça e Terra com o objetivo de lutar pelos seus interesses.

O movimento dos agricultores organizado para defender seus próprios interesses exemplifica a teoria de Halbwachs, que estabeleceu o termo memória coletiva no âmbito

sociológico “acreditando que a memória é influenciada pelos quadros sociais que a antecedem e determinam” (WEBER; PEREIRA, 2010, p. 107), ao mostrar que as lembranças dos sujeitos estão interligadas e que a história se constrói a partir dos fatos lembrados pelas pessoas que passaram por eles, pelos documentos oficiais e também, por anotações extra-oficiais que talvez na época em que foram escritas não constituíssem relevância, mas que atualmente, permitem recontar o cotidiano dos séculos anteriores. Le Goff (1990) distingue os materiais da memória coletiva e da história, respectivamente documentos e monumentos:

A memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. De facto, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efectuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador. (LE GOFF, 1990, p. 462).

Os materiais da memória, sob a narração dos sujeitos que presenciaram acontecimentos de um tempo histórico específico, podem ser transportados para a literatura e ressignificados – confundindo a realidade e a ficção, mas cumprindo o papel ao qual a memória se propõe: manter vivos os acontecimentos que moldaram um lugar, uma ação específica no cotidiano da comunidade.

Os lugares mencionados pelos sujeitos ao recordarem o passado, a partir do tempo presente, ao acionarem os espaços em que os momentos foram vividos e que marcaram a história pessoal e, em muitos casos, a história social, mesmo que cada um enuncie a partir de suas vivências acerca daquele local – por exemplo, as entrevistas concedidas a Juvêncio Mazzarollo, em 1994<sup>20</sup>, que menciona a chegada e o estabelecimento de diferentes famílias na cidade de Foz do Iguaçu – permitem compreender o desenvolvimento da tríplice fronteira sob óticas diversas. Para Argemiro dos Santos, que chegou em Foz do Iguaçu em 1949, o espanto ao olhar para àquele espaço foi inevitável:

Chegamos ao Porto Iguaçu e o capitão Mendes disse “é aqui Foz do Iguaçu”. E eu: “Mas como? Não estou vendo nada!” Na barranca do rio Paraná estavam o batalhão do Exército e a Marinha numa velha casinha de madeira. Na Marinha éramos eu, o comandante Pimentel, o capitão Mendes e um artilheiro. No dia seguinte, o comandante me mandou buscar leite a cavalo na propriedade de um tal de Samek. Então vi o que era Foz do Iguaçu: uma casinha aqui, outra ali, mato por todo lado (Argemiro dos Santos *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 40).

---

<sup>20</sup> Entrevistas que compõem parte do livro organizado por Silvio Campana e Chico de Alencar: “Foz do Iguaçu: retratos”. Vide referências.

O desenvolvimento do município, evidenciado pela construção de Itaipu, também influenciou outros setores como, por exemplo, as estradas da cidade. A estrada do Colono foi lembrada pelo escritor Ildo Carbonera em uma de suas crônicas intitulada “Que coisa!” – o escritor utiliza-se das suas lembranças acerca do que “era” a estrada e do que “tornou-se” no período em que esteve ausente:

Voltava das férias e encontrei uma Estrada do Colono bem melhor, praticamente veloz, com novas placas, mensagens, lembretes e até tiradas filosóficas. *Palmital, perobal, cedraletc.*, mas não vi nenhum onçal (grupo de onças), jaguatirical (que nome comprido!), veadal (de cervos), jacuzal, pombal, araral, juritizal, tucanal, sabiasal (de sabiás), e assim por diante. Os outros carros passavam a 80, 90, provavelmente a mais de 100. Eu, sem nenhuma pressa. Os horários, os compromissos profissionais, a violência da minha cidade, as contas chegadas nas férias aguardavam ansiosamente por mim, mas não justamente para aquele dia. Num instante, a dúvida numa pergunta: o asfalto traria de volta os animais e as aves!? Sim, porque aquela estrada de chão não mostra absolutamente nada de movimentação, cantorias, berros, gemidos, alaridos, gritarias no Parque Nacional do Iguaçu (CARBONERA, 2008, p. 27).

Eis uma evidência de que o progresso implica em ganhos e perdas. Torna-se necessário problematizar os avanços pelos quais o cenário modifica-se, pensar acerca da prática que se faz de um espaço.

A memória é uma aliada para perceber as mudanças ocorridas em um determinado espaço, pois conforme mencionado na crônica acima, mesmo em um curto período de tempo os espaços podem ser modificados, ou para utilizar o termo usado por Certeau (2003) pode ser praticado. Essa prática de espaço implica em compreender as necessidades daqueles que detém o poder, que são encarregados de tomar decisões que afetam de modo direto a população, aqui especificamente, tratamos de perceber como a usina hidrelétrica de Itaipu modificou o cenário iguaçuense, e parte do cenário do oeste paranaense, e como essa mudança espacial é recordada.

## 2.2 O PROJETO ITAIPU

A linha do tempo que conta a história da construção da usina – encontrada no site da empresa - induz a facilidade para conduzir o processo, Micael Alvino da Silva (2014) problematiza:

No que se refere à política externa, foi necessário mais do que assinar um acordo com o Paraguai. A diplomacia brasileira teve de convencer os vizinhos argentinos de que a obra tecnicamente não afetaria o Rio Paraná, que desce até Buenos Aires. Contudo, o problema com a Argentina extrapolava as questões técnicas, pois a construção da usina e a sociedade entre Brasil e Paraguai certamente influenciaria a balança de poder no sul da América do Sul. De fato, a concessão do acesso paraguaio ao mar, bem a sociedade binacional colocou o país na condição de parceiro estratégico do Brasil (SILVA, 2014, p. 69).

De fato, a Argentina concordou e não ofereceu obstáculos. Ainda em 1973, técnicos percorreram a extensão do Rio Paraná com o objetivo de encontrar o melhor lugar para construir a usina, até que o encontram. O trecho escolhido para implantar a hidrelétrica ficou conhecido por Itaipu, que em Tupi significa: A pedra que canta.

Ao escolher o trecho, os funcionários de Itaipu realizaram as medições e planejaram o que seria feito para depois comunicar à população, conforme Guiomar Inez Germani (1982):

A comunicação da obra e os esclarecimentos à população foi feita através de reuniões, que começaram em Foz do Iguaçu, seguindo-se após em outros municípios e distritos. A equipe da Itaipu reunia-se nas comunidades, nas escolas, distribuíam “posters”, cartazes, fizeram “jingles” na rádio com Teixeira e Zé Bétio “que são pessoas com penetração na região”, conforme afirmou um representante da Itaipu, distribuíam folhetos para explicar o que ia ocorrer (GERMANI, 1982, p. 61).

Essa postura adotada por Itaipu gerou desconfiança nas famílias que seriam atingidas com o alagamento das terras para a formação do lago da usina hidrelétrica. No princípio, de acordo com entrevistas dadas à pesquisadora Guiomar os agricultores relataram que sequer estavam cientes da necessidade de deixar suas terras, pois não haviam sido consultados sobre a construção da usina, apenas comunicados posteriormente:

A questão da população vai ter que sair era colocada com muita tranquilidade pelos técnicos de Itaipu. Nas reuniões de 1976, Itaipu prometia que todas as terras estariam indenizadas até fins de 1978 e que todos teriam tempo para se colocar em outra área e ao mesmo tempo continuar plantando nas terras desapropriadas. Diziam que ficassem tranquilos que Itaipu pagaria o “preço justo” (GERMANI, 1982, p. 62).

De acordo com Ribeiro (2002) a modificação no cenário da região Extremo Oeste paranaense, a partir da decisão de formar o lago e construir a hidrelétrica de Itaipu forçou muitos colonos a desistirem de suas propriedades e aderirem ao projeto “estes, por sua vez, viram-se obrigados a migrar para novas terras ou, simplesmente, a abandonarem o meio rural, ingressando em novas atividades produtivas nas cidades” (RIBEIRO, 2002, p. 53).

Devido às escassas informações prestadas por Itaipu e a pouca abertura para o diálogo os agricultores se uniram e fundaram o “Movimento Justiça e Terra”. Ribeiro (2002) completa:

A história narrada na perspectiva dos agricultores põe em choque a versão de Itaipu. Estas vozes, inicialmente silenciosas, levantaram-se ganhando forma de movimento popular organizado. A união entre eles foi um elemento decisivo para vencer o medo e romper com o silêncio, contando com o apoio das Igrejas luterana e católica, e da imprensa local (RIBEIRO, 2002, p. 36).

O Movimento se organizou com o objetivo de realizar acordos que fossem “justos” para ambas as partes. Dentre as principais reivindicações estavam a revisão dos preços estabelecidos para as propriedades, cuja valorização de mercado não estava de acordo com o preço oferecido pela usina e também, intermediar compras de terras no próprio estado do Paraná e em condições semelhantes às que os agricultores possuíam em suas próprias terras que seriam alagadas.

Diante de tais reivindicações o movimento se reuniu em assembleias para discutir os próximos encaminhamentos, pois Itaipu se mostrava relutante em aceitar dialogar com os agricultores. A empresa iniciou as negociações com maior afinco depois que os agricultores decidiram acampar em Foz do Iguaçu, na frente do prédio administrativo da empresa. O acampamento contou com o apoio da população iguaçuense, de políticos engajados no movimento, das igrejas luterana e católica e da própria solidariedade dos agricultores que não puderam se fixar no acampamento, mas que contribuíam com o envio de mantimentos e de mensagens de apoio.

O bispo da diocese de Foz do Iguaçu, na época, Dom Olívio Aurélio Fazza comentou a situação dos agricultores e sua interferência:

Um mês depois que assumi a Diocese fui procurado pelo movimento dos desapropriados por Itaipu pedindo apoio. Estavam começando o Movimento Justiça e Terra, que teve uma longa e penosa luta para conseguir uma indenização justa, ou menos injusta, de Itaipu. Eu dei todo o apoio, sempre. Depois tivemos a grave questão das Notas Promissórias Rurais em Medianeira, ocupações de terras em Medianeira e Matelândia, quando demos apoio àqueles agricultores. A igreja nunca incentivou invasões de terras, mas nunca deixou de compreender a situação desse povo, que não é um povo que não quer trabalhar, como dizem muitos, e sim é vítimas de uma estrutura social injusta (Dom Olívio Aurélio Fazza *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 81).

A partir desse momento, Itaipu e agricultores entraram em acordo e o acampamento foi desfeito, porém a mensagem dos agricultores foi “o movimento justiça e terra continua. Ele só acabará com o último agricultor indenizado: agricultor unido e organizado jamais será vencido” (GERMANI, 1982, p. 219)<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> O Movimento Justiça e Terra foi estudado por Guiomar Inez Germani e culminou em sua dissertação no ano de 1982 intitulada “Os expropriados de Itaipu”.

O lema acima é datado de Maio de 1981. Apesar de ter chegado a Foz do Iguaçu em 1979, José Alexandre de Oliveira ao ser questionado sobre esse episódio disse apenas que não se lembrava, embora mencione que houve um povo desabrigado, que fez sacrifício para a construção da hidrelétrica, na poesia “Pedra que canta”. Sobre o fenômeno da manipulação da memória, Le Goff (1990) explica:

Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito de recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura, exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p.13).

Memória e poder relacionam-se de modo que quem detém o segundo busca controlar aquilo que é contado a partir do primeiro. Tio Bahia, por acreditar no progresso trazido por Itaipu, ao longo das entrevistas evitou “falar mal” da usina e esquivou-se de mencionar alguns acontecimentos, como por exemplo, sobre o Movimento Justiça e Terra. Em outros momentos, manteve-se em silêncio por alguns instantes e logo mudou de assunto, conforme se percebe nesse trecho – ao invés de falar sobre o referido movimento, narrou de que maneira ficou sabendo da oportunidade de trabalhar em Itaipu:

Veio um cidadão que era encarregado aqui e eu sou especialista, era hoje não sou mais, em caçamba da Acifa, italiana, e eu era especialista naquilo ali. E aí eles aqui, a Acifa se você puxar endurece e não solta mais, não abre mais a caçamba. Aí era pra mim vir pra cá tomar conta dos guindastes, quatro cabos aéreos, caçamba e tudo. Era eu pra tomar conta, aí o italiano: “no, no, no Miglio não vai. Fica aqui”. Fiquei. Quando eu cheguei aqui foi Setembro de 79. Peguei de soldador (OLIVEIRA, 12 de Dezembro de 2016).

Ao chegar em Foz do Iguaçu, José Alexandre de Oliveira iniciou o trabalho na Usina Hidrelétrica de Itaipu, e relatou como foi contratado:

Eu andei procurando serviço de todo o lado. Fui na Bahia, fui em Minas – Ouro Branco, e já tava quase fichado em Uberlândia. Aí eu cheguei em casa e o cara falou pra mim: “Vamo pra Itaipu, Baiano?”. “Vamo!”. “Diz que lá ta bom pra fichar”. Aí eu vim. Eu não me recordo se foi no último dia de agosto. Sei que nós chegamos aqui e eu fiquei duas semanas parado. Não tava fichando de soldador. Não tava fichando ninguém. Aí o encarregado Seu José Dias – chefe geral – mandou um porta voz me chamar, me chamar não, levar minha carteira. Quando Santiago viu a carteira, olhou pra minha carteira e disse: “esse cara vai fichar”. Mas não tem vaga. Mas vai fichar. “Ficha ele e deixa aí dormindo, o dia que precisar dele ele ta aí” (OLIVEIRA, 8 de Novembro de 2017).

De acordo com Catta (2003) havia três práticas muito utilizadas para contratar funcionários para trabalhar na barragem de Itaipu: propagandas em rádio que atingissem as camadas populares, cujos cargos, salários e benefícios eram divulgados; outro modo eram os grupos de confiança profissional nos quais se manifestava a solidariedade entre eles e, também àquele realizado por agenciadores:

O recrutamento para trabalhar numa barragem acontecia de diversas maneiras, sendo que, segundo aqueles operários, três formas eram as mais comuns, ou mais utilizadas: as empreiteiras tinham seus ‘agenciadores’ que eram enviados a diversos pontos do país no intuito de contratar aqueles que tinham experiência nas diversas funções exigidas nas Obras. Dirigiam-se para as áreas onde já existia uma barragem em construção ou em fase final, e ali ofereciam emprego, sendo que a chamada ‘Rádio Peão’ se incumbia de difundir a notícia (CATTA, 2003, p. 83).

A demanda por trabalhadores contribuiu para modificar o panorama do município - de interiorano para em processo de modernização. A isso se deve ao aumento populacional e a construção de moradias - tanto no Brasil quanto no Paraguai - para abrigá-los. Além disso, serviços públicos de saúde e educação, por exemplo, também foram ampliados.

Ribeiro (2002) abordou o impacto da construção de Itaipu e as modificações, principalmente, do espaço de Foz do Iguaçu:

Itaipu exigiu uma enorme infraestrutura. Por isto, vários investimentos foram feitos, uma vez que foi necessário melhorar o abastecimento de água e energia elétrica, produzir o atendimento à saúde e educação (mediante a construção de hospitais, escolas, estradas), bem como a criar vilas residenciais. Somente a Avenida Brasil estava asfaltada em 1973, e, mesmo assim, cortada ao meio por um rio. Com base num plano diretor estabelecido pelo Governo do Estado e em recursos estaduais, federais, o então prefeito nomeado de Foz do Iguaçu, o coronel Clovis da Cunha Vianna, deu início à “transformação” da cidade (RIBEIRO, 2002, p. 53-54).

A transformação, de acordo com Catta (2003), permitiu aos moradores entrever a modificação do cenário interiorano de Foz do Iguaçu, no estágio prévio da implantação da usina para o que poderia tornar-se o município em poucos anos:

Com a chegada de Itaipu a vida de cidade do interior com sua mansidão e pacatez começou a se desintegrar em relação às novas estruturas que iam rapidamente se moldando naquele espaço. Manteve, no entanto, durante os primeiros anos, características de um mundo que ainda não se perdera totalmente, mas deixando margens para o vislumbre de duas realidades que começavam a imbricar-se e a modelar uma nova (CATTA, 2003, p. 46).

A chegada de Itaipu, na opinião do empresário Etelvino Salvatti contribuiu para impulsionar o turismo em Foz do Iguaçu: “Muito importante mesmo. E quando da construção de Itaipu, o Hotel viveu sua fase áurea. Logo que começou Itaipu, toda a comitiva de diretores se hospedou aqui, inclusive o diretor geral Costa Cavalcanti. Ele tinha uma suíte reservada” (Etelvino Salvatti *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 181).

A modificação do cenário iguaçuense permite compreender como a memória vai se estabelecendo, Catta (2003) complementa acerca da mudança do panorama interiorano:

Em meio àquela desordem que começava a se esboçar por conta da chegada de um número cada vez maior de forasteiros, onde os sonhos nem sempre se realizavam, era fundamental estabelecer vínculos de amizades mais sólidas, às quais recorria-se não só no sentido de organizar a vida em sociedade para enfrentar esse novo momento da vida, como, em termos de estruturação econômico-financeira, procurar apoio nos investimentos que se faziam naquela região promissora, pois era corriqueira a ideia de se fazer fortuna mas não permanecer muito tempo naquela cidade longe de suas raízes. Decisão essa provavelmente não respeitada por uma expressiva quantidade de pessoas, que durante anos projetaram partir e terminaram por estabelecer-se definitivamente naquele lugar (CATTÁ, 2003, p. 48-49).

Tio Bahia pertence à massa que migrou em busca de trabalho e percebeu em Itaipu uma possibilidade promissora de emprego, conforme mencionado anteriormente, diante da busca por trabalho em outras regiões, sem sucesso. Ao chegar em Foz do Iguaçu foi registrado de soldador – por ser um trabalhador experiente e categorizado - mesmo sob a alegação de diversos funcionários sobre não haver vaga aberta para esse cargo. Ele permaneceu por quase doze anos – embora, devido ao barulho no alojamento que o impedia de dormir tenha pensado em partir foi coagido a ficar e inclusive recebeu o benefício de morar em uma das casas da empresa ao invés de morar no alojamento.

Ao narrar o período da chegada à cidade, o ex-barrageiro evidenciou o motivo da permanência na obra por quase doze anos:

Quando eu cheguei aqui foi Setembro de 79, daí peguei de soldador. Foram 11 anos e nove meses. Tavam fazendo a fundação da casa de força. Tinha acabado de detonar, tinha fechado o rio, tavam fazendo limpeza para fazer a casa de força. Aqui trabalhei só de soldador. O soldador, cada turno tinha a sua equipe, aí eles pegavam o soldador e passava a acompanhar aquele turma. Você tinha a sua turma, aí pegava: “-eu quero um soldador. Eu quero o Tio Bahia”, aí me escalavam lá naquele bloco. Eu fiquei até acabou. Fiquei mais porque eu tinha uma filha doente. Ela sofreu encefalite e morreu faltando seis dias para vinte anos. Ela tá no São João Batista. Aí eles foram me deixando, me deixando, me deixando e, eu fiquei até. Mas, não tem nada para desabonar a minha conduta (OLIVEIRA, 12 de Dezembro de 2016).

Ele contou também que o trabalho na obra não parava nunca. Havia grupos que se revezavam em turnos e ele, geralmente, trabalhava de dia:

O soldador, cada turno tinha a sua equipe. Um soldador passava a acompanhar aquela equipe. Era umas 15, 20 pessoas. Você trabalhava naquele pedaço, eu no outro, ela no outro e assim ia. Trabalhava com jaqueta, com luva, com bota de bico de ferro porque se caísse faísca pra não se machucar (OLIVEIRA, 8 de Novembro de 2017).

Sobre a segurança de seus funcionários, a empresa era rigorosa, conforme mencionado acima pelo ex-barrageiro. No entanto, Catta (2003) observa:

A Empresa sempre se regozijava da segurança que proporcionava aos operários, através do fornecimento de materiais para a proteção dos operários, como capacetes, luvas, abrigos contra chuva, etc... Só que os mesmos eram descontados na folha de pagamento dos funcionários. Nesse sentido, a Empresa não investia em nada nos operários menos graduados, inclusive cobrando a fotografia que era tirada para o crachá obrigatório, sem o qual não era permitida a entrada no canteiro de obras (CATTÁ, 2003, p. 112).

Ribeiro (2002, p. 64) complementa sobre o ritmo intenso de trabalho na obra ao afirmar: “Em meio a uma ‘floresta de ferro’, os trabalhadores davam forma à Itaipu”. Silva (2014) aprofunda a discussão e comenta que o controle exercido por Itaipu em Foz do Iguaçu estava além da construção da obra:

Os três bairros de Itaipu eram essencialmente residenciais e não dependia do poder público municipal até a década de 1990. De segurança, passando por saneamento, espaço de lazer (praças, canteiros, clube) até manutenção de casas e corte de grama era responsabilidade da usina. A partir da década de 1990 a realidade mudou (SILVA, 2014, p. 70)

O ex-barrageiro José Alexandre de Oliveira, cuja vida adulta foi permeada pela migração em busca de trabalho ao chegar em Foz do Iguaçu fixou moradia. Permaneceu na obra por quase doze anos incentivado pelos benefícios evidenciados por Itaipu e as empresas por ela contratadas para a execução do serviço— a concessão de uma casa para morar com a família, ao invés do alojamento e, a estabilidade necessária para cuidar da filha doente são exemplos. Michel de Certeau (2003) reflete sobre o uso de estratégias:

As estratégias são, portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam portanto as relações espaciais. Ao menos procuram elas reduzir a esse tipo as relações temporais pela atribuição analítica de um lugar próprio a cada elemento particular e pela organização combinatória dos movimentos específicos a unidades ou a conjuntos de unidades (CERTEAU, 2003, p. 102).

Ele reitera que “cada vez mais coagido e sempre menos envolvido por esses amplos enquadramentos, o indivíduo se destaca deles sem poder escapar-lhes, e só lhe resta a astúcia no relacionamento com eles” (2003, p. 52).

Tio Bahia compõe sua narrativa a partir das vivências do cotidiano em uma barragem, algo que lhe é bastante familiar, pois trabalhou em várias<sup>22</sup> antes de vir para a hidrelétrica de Itaipu.

Ribeiro (2002) aponta o principal motivo para a migração desses trabalhadores, como ocorreu com José Alexandre de Oliveira:

O primeiro motivo para que emigrassem era a precária condição em que viviam anteriormente (a maioria em áreas rurais). A aquisição de experiência profissional poderia qualificá-los para o trabalho urbano no próprio local, em Foz do Iguaçu, ou em outros centros urbanos. Os poucos que pudessem economizar seus salários, investiriam em algum tipo de negócio na cidade ou comprariam terras. Parte destes trabalhadores vinham de outras grandes obras governamentais (RIBEIRO, 2002, p. 58).

José Alexandre de Oliveira nasceu e foi criado no interior da Bahia e desde a juventude migrou para diversos estados brasileiros para trabalhar em grandes obras do desenvolvimento urbano: barragens, túneis, prédios governamentais, etc. e, foram essas experiências que, no seu caso em específico, lhe rendeu a contratação imediata na usina hidrelétrica de Itaipu.

Para Antônio Bernardi, um dos moradores que chegou ao município em 1928, que opinou sobre Itaipu: “Ficou melhor, é claro, apesar dos problemas que vieram junto com o progresso. Com Itaipu, isto aqui nasceu de novo. Antes, se precisasse de alguma coisa, era preciso pedir socorro no Paraguai...” (1994 *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 55). Para o antigo morador, a hidrelétrica trouxe o progresso, mas também trouxe consequências, embora não referencie quais foram elas.

A opinião de Osvaldo Ferraz Damiano corrobora o depoimento anterior: “O advento de Itaipu deu um impulso extraordinário a todos os setores da economia da cidade, mas o turismo já vinha se aquecendo há anos” (1994, *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 161).

As memórias desses moradores, cujas lembranças selecionadas e presentificadas contribuem para compreender o passado são importantes. Conforme José Carlos da Costa (2012):

---

<sup>22</sup> A primeira barragem foi “Pequena Central Hidrelétrica de Funil”, no Rio de Contas em Ubaitaba, na Bahia e seguiram-se barragens nos municípios de Piracaia (SP), Pedregulho (SP), Planura (MG) na divisa com Guaíra (SP) e Entre Rios do Sul (RS).

A narrativa de memórias se alimenta da história de um homem, de suas relações com a idade e com os outros homens. Entretanto, o narrado é mais o que marcou na sua trajetória, o que ele lembra, o que lhe parece verdade e/ou o que quer lembrar, pois as memórias, ainda como manifestação de linguagem, são uma construção filtrada pelo objetivo do narrador (COSTA, 2012, p. 188).

José Alexandre de Oliveira aborda a temática de modo diferente dos moradores citados anteriormente, pois o primeiro incorporou a rotina de trabalho de soldador, enquanto o segundo grupo observava a partir das mudanças externas, sociais propiciadas pela implementação da usina, dito de outro modo, a observação externa é passível de manipulação, pois os dados apresentados pela empresa em relação ao que está sendo feito podem ser divulgados parcialmente e enfatizar as vantagens provocadas por ela e assim, sustentá-las:

Outros fatores interferem na memória, como o lugar que alguém ocupa na consideração de seu grupo de convivência diária, onde há desigualdade de pontos de vista, uma repartição desigual de apreço. O membro amado por todos terá suas palavras e gestos anotados e verá com surpresa, anos depois, seus menores atos lembrados e discutidos. Palavras de afeto, gestos de solidariedade que partiram dele são ciosamente guardados e agradecidos. Outros gestos mais nobres, outras palavras mais doces do colega menos querido podem cair no esquecimento e ser dados como insignificantes pelo grupo (BOSI, 1994, p. 414).

O membro amado, Itaipu, geradora de empregos, transformadora da realidade local, grande referência de progresso é assim lembrada, enquanto os barrageiros e outros grupos cujo impacto sobre foi menos positivo, constituem o membro menos querido ao qual se refere Bosi (1994).

Itaipu enquanto marca de progresso é resultado de dois fatores principais de acordo com Catta (2003):

Nesse imenso contexto que se descortinava a partir da execução daquele empreendimento, dois aspectos se imbricavam para compor o quadro de poder representado pela Itaipu que alçava a um posto de onipotência e onipresença no cenário brasileiro e guarani. E que podia ser facilmente detectado no cotidiano de sua atuação naquela fronteira: as grandes somas monetárias investidas na Obra e o poder político que ela representava e que dela emanava (CATTÁ, 2003, p. 68).

Esse filtro que compõe o objetivo do narrador torna-se um problema nessa pesquisa, pois ao tratar do desenvolvimento da região em seus depoimentos os entrevistados ressaltam os benefícios da construção de Itaipu e relegam as famílias que sofreram algum revés (saída de suas terras, desemprego, desapropriação de moradias, entre outros) devido à construção da hidrelétrica.

Construção essa que ao modificar o espaço no qual está inserida contribuiu para que as pessoas que haviam se fixado na região com o objetivo de progredir financeiramente devido às boas condições das terras fossem impelidas a caminhar, ou seja, trocar de lugar – o que não foi uma escolha delas. O ato de caminhar é visto por Michel de Certeau como um ato de não pertencimento, uma falta:

Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar – uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensada pelas relações e os cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a Cidade. A identidade fornecida por esses lugar é tanto mais simbólica (nomeada) quanto, malgrado a desigualdade dos títulos e das rendas entre habitantes da cidade, existe somente um pulular de passantes, uma rede de estadas tomadas de empréstimo por uma circulação, uma agitação através das aparências do próprio, um universo de locações frequentadas por um não-lugar ou por lugares sonhados (CERTEAU, 2003, p. 183).

Nesse sentido, importa mencionar que o progresso traz benefícios, mas há um preço a ser pago, a questão é: vale a pena para aqueles que são impelidos a pagar esse preço? De acordo com Certeau (2012, p. 37) “toda autoridade repousa sobre uma adesão”.

Para aqueles que compunham a sociedade iguaçuense e não trabalhavam na ou para a Itaipu, a usina representava uma oportunidade de investimento financeiro, conforme mencionou Filomena Rafagnin sobre a construção de uma churrascaria, por seu esposo Olímpio Rafagnin:

Sim. Compramos do Sgarioni aquele terreno, próximo à rodoviária velha, e construímos nova Churrascaria Rafagnin. Meu marido comprou o terreno com um carro, um Galaxie. Coincidiu com o início de Itaipu. Ao construir, o Olímpio dizia: “Não estou construindo pensando na cidade de Foz do Iguaçu, mas pensando na Itaipu” (Filomena Rafagnin, 1994 *apud* CAMPANA; ALENCAR, 1997, p. 105).

Itaipu, sem dúvidas, contribuiu para o desenvolvimento do município, contudo esse desenvolvimento também gerou reveses - a extinção das Sete Quedas do Iguaçu, a desapropriação de terras, a insegurança dos moradores, o crescimento populacional sem planejamento, o trabalho informal, entre outros. Catta (2003) explica:

As principais consequências dessas transformações foram: uma massa heterogênea vinda de todas as partes do Brasil e dos países vizinhos que passou a sobreviver, quando não absorvido pela economia local, de trabalhos informais ou de subempregos, sem a perspectiva de ver concretizado o sonho de enriquecimento ou independência financeira que os levou para aquelas paragens; a criminalização da atuação desse segmento da população pelas elites, com a anuência do Poder Público

e com o devido controle e repressão pelas polícias que ali atuavam; um favelamento acelerado nas áreas periféricas da cidade e um vertiginoso aumento da especulação imobiliária; desorganização das áreas centrais com um trânsito caótico e acidentes constantes; formação de comércio paralelo de produtos diversificados nas principais ruas da cidade; alto índice de criminalidade (assaltos, arrombamentos, homicídios, furto de automóveis que eram levados para desmanche ou comercializados no Paraguai) e narcotráfico (CATTÁ, 2003, p. 38).

A massa heterogênea a qual o autor supracitado se refere, inclui José Alexandre de Oliveira (Tio Bahia), o ex-barrageiro, que trabalhou na usina hidrelétrica de Itaipu desde 1979 quando chegou em Foz do Iguaçu até o término das obras no início da década de 1990. Tio Bahia narrou um episódio marcante vivido por ele acerca do alto índice de criminalidade apontado por Catta no parágrafo acima:

Um dia fui ao centro numa relojoaria e queria comprar um relógio parecido com esse seu (um relógio dourado). Pedi pra ver o relógio e o dono falou: “posso te dar um conselho? Não compra esse relógio não porque é capaz de você ficar sem o braço”. O relógio era caro. Saí da loja sem o relógio (OLIVEIRA, 8 de Novembro de 2017).

No período em que esse episódio aconteceu, Tio Bahia trabalhava na obra. Catta (2009) reitera que, os problemas iniciaram pouco antes da consolidação do projeto Itaipu e esta contribuiu para a expansão deles, pois a atenção dos governantes estava voltada para a urbanização “atrativa” do município e não, para as necessidades básicas da população mais carente:

Para termos uma dimensão das condições a que a população da cidade começava ser exposta, é importante que tenhamos claro que os problemas que iam surgindo não eram isolados entre si. Em outras palavras, começou a aparecer uma série de problemas na sociedade local, fruto do descaso das autoridades municipais ao longo das administrações anteriores, corroborados pelos setores dominantes da economia e da política local, que pouco fizeram para que as transformações em curso atingissem favoravelmente a toda comunidade. Esse conjunto de problemas em gestação espelhava os momentos de euforia que antecediam a implantação do mega projeto que, supostamente, viria a resolver a vida de todos que lá viviam (CATTÁ, 2009, p. 175).

Os problemas persistiram e somaram-se aos já existentes a mudança no relacionamento entre os moradores da sociedade local – anteriormente, a integração era maior, os encontros nas ruas ou clubes da cidade eram constantes – e o desemprego, pois o contingente de pessoas interessadas em trabalhar na Usina era enorme e havia preferência ora por funcionários menos qualificados – para os trabalhos iniciais em que a força era exigida, ora por trabalhadores que já tinham experiência em barragens ou na construção civil, como é o caso de Tio Bahia que era um funcionário categorizado:

Ser categorizado tinha várias vantagens. Tinha três categorias: A era pra engenheiros e chefes, B era pra quem era categorizado e C pros peões. Por exemplo, tinha 3 restaurantes, o restaurante A, B e C. Quem era categorizado podia comer no restaurante A e no B. Também tinha um ônibus que levava até a obra e outros benefícios (OLIVEIRA, 8 de Novembro de 2017).

Catta (2009) reitera acerca da diversidade de “significados” para o termo barrageiro, que implica o trabalhador experiente em barragens – desde engenheiro até construtor civil:

Apesar de genericamente chamados de barrageiros, é fundamental, primeiramente, que apontemos a heterogeneidade profissional existente entre os componentes daquela categoria. A o mesmo tempo em que existiam profissionais qualificados, como técnicos, administradores e engenheiros, também existia uma maioria composta por funcionários da construção civil, o setor mais bruto das obras. E, além desses que possuíam experiência na área, tendo já participado da construção de uma grande obra, observamos que em Itaipu, muitos ex agricultores expulsos de suas terras, foram contratados, tendo que se adaptar a um ritmo frenético de trabalho ao qual não estavam acostumados e muito menos qualificados. Os trabalhadores que se enquadravam nesse último grupo, apesar de serem, genericamente, chamados, também, de barrageiros, não tinham a experiência histórica daqueles, e a maioria, quando teve oportunidade de voltar ao trabalho no campo, o fez, ou passou a viver de outras atividades totalmente desvinculadas à obra (CATTÁ, 2009, p. 207).

A partir do trecho acima, percebe-se a organização interna de Itaipu e a categorização de seus funcionários e benefícios. Catta (2003) comentou sobre a hierarquização e os benefícios dela:

Divididas em três segmentos, Vila B para os diretores e chefes, Vila A para o pessoal de cargos técnicos e a Vila C para os peões, esses espaços habitacionais seguiram o critério de distribuição por funções desempenhadas pelos trabalhadores na obra, o que determinava o padrão das moradias, a estética, o isolamento e a segurança da área, itens importantes para destacar aqueles que estavam ligados à Itaipu, e que, portanto, carregavam consigo tal *status*. Também estabelecia e garantia o processo de hierarquização entre aqueles que estavam ligados à Obra (CATTÁ, 2003, p. 101).

Do mesmo modo, havia a organização externa, pois devido ao crescimento populacional foram necessárias ampliações nos serviços oferecidos à população: abertura de escolas, construção de hospitais, moradias, etc. para atender aos funcionários da usina e suas famílias. Assim, a face da fronteira foi-se modificando e se apropriando da ideia de modernidade e progresso, cuja problematização é formulada por Catta (2003):

E é aí que está seu lado perverso. Pois ao mesmo tempo que edifica um “novo mundo”, que constrói o “novo jardim”, sem barro, sem poeira, limpo e arejado, nas áreas nobres da cidade, atendendo aos anseios da elite e dos turistas, empurra para as áreas periféricas, para um mundo distante e “sem flores”, aquele populacho pobre que

virá a constituir-se numa ameaça latente para esses mesmos edificadores e zeladores da ordem e do bem-estar. É para lá que se dirigirão os ex-peõesbarrageiros, e toda aquela massa de trabalhadores pobres, sub-empregados, desempregados, que constituirão um cinturão prestes a fechar-se e a sufocar os “bem-nascidos” das áreas centrais da cidade (CATTA, 2003, p. 54).

Embora José Alexandre de Oliveira gozasse de alguns benefícios por ser um funcionário categorizado, também enfrentou percalços após o término da obra. Tio Bahia, anteriormente, mencionou que permaneceu na obra por conta da filha doente e a cessão de uma moradia em *Hernandarias*. No entanto, a morte da filha culminou em uma reviravolta:

Quando me mandaram embora eu já tava morando na rua 93, casa não sei o que lá, perto do hospital Costa Cavalcanti. Aí ela foi embora, faltando seis dias pra vinte anos. Aí ficou eu e a mulher. A mulher começou a criar problema comigo. A Itaipu/Unicom disse que eu podia ficar na casa até quando a menina vivesse. Quando ela foi embora, eles pediram a casa (OLIVEIRA, 8 de Novembro de 2017).

Esse episódio, da rua 93 se deu já no Brasil, quando Tio Bahia já havia sido realocado de *Hernandarias* para Foz do Iguaçu, no bairro Vila A.

Diante desse panorama, uma espécie de jogo no qual a empresa representante do poder manipula as peças, representadas pelos trabalhadores, de modo que satisfaça às necessidades dela própria, há uma infinidade de estratégias regidas por “fios invisíveis” que não permitem que o segundo grupo perceba a manipulação. Certeau (2003) explica:

Mas “embaixo” (*down*), a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, *Wandersmänner*, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se vêem; tem dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso. Os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, poesias ignoradas de que cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapam à legibilidade. Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. As redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra (CERTEAU, 2003, p. 171).

É possível vislumbrar a manipulação do espaço feita pelo monumento Itaipu, ao segregar os funcionários, aceitar ou não o modo de se expressar de uma determinada categoria (agricultores, por exemplo), controlar as vontades de seus funcionários, entre outras situações ao mesmo tempo em que se mostrava para os moradores do município enquanto responsável pelas melhorias que aconteceram nesse espaço – presente na fala de antigos moradores de Foz. Certeau (2012) escreveu sobre a reafirmação de um passado glorioso:

A casa enche-se de objetos comemorativos, constantemente tirados de suas caixas e de seus envoltórios. Essa acumulação de lembranças não fala de valores senão no passado, como se a enorme expansão de uma sociedade, tal como essa árvores ainda luxuriantes cujo coração já está morto, não tivesse para se justificar senão um centro inerte: o túmulo do passado. A preocupação com o “espírito” protege-se com velhas pedras precárias e coroa os antigos combatentes (CERTEAU, 2012, p. 29).

Certeau (2003) definiu a relação entre o espaço e a palavra dita. A memória se manifesta, também, a partir da palavra. A intersecção entre palavra e espaço é importante para compreender as transformações trazidas ao espaço da região Extremo Oeste paranaense devido à construção de Itaipu:

Existe espaço sempre que tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que á se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar com a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um ‘próprio’ (CERTEAU, 2003, p. 202).

As memórias desse período marcaram a vida dos sujeitos que presenciaram os acontecimentos acima mencionados e, José Alexandre de Oliveira que é um desses sujeitos encontrou na literatura um modo de manter vivas as recordações de momentos importantes para si, pois sua inspiração para escrever decorre de acordo com ele mesmo de situações cotidianas que são externadas em suas poesias, modificadas pelo olhar do poeta.

### 3 LITERATURA E MEMÓRIA: UM ELO POSSÍVEL

A literatura é uma forma de arte e devido aos seus diversos modos de se realizar na escrita, defini-la é tarefa das mais difíceis. Diante disso, Antoine Compagnon (2001) -estudioso francês - afirma em seu livro *O demônio da teoria: literatura e o senso comum* que “literatura é literatura”, embora aborde o tema a partir do fazer literário clássico e da análise de autores renomados, nós nos apropriamos desta ideia para aproximar a literatura e o registro histórico oral: a memória.

O caráter multifacetado que permite à literatura transitar pelos mais diversos momentos da vida humana - desde o lazer até o estudo para a compreensão das relações sociais - faz com que os estudiosos da área se deparam constantemente com questão “Literatura para quê?”, essa pergunta foi o tema de uma das cátedras apresentadas na França, por Antonie Compagnon, que posteriormente foi tornada livro mantendo como título a própria pergunta. Nesse livro, o autor ofereceu algumas alternativas para essa questão, dentre elas:

A literatura deve, portanto, ser lida e estudada porque oferece um meio – alguns dirão até mesmo o único – de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muito diversos e que seus valores se distanciam dos nossos (COMPAGNON, 2012, p. 60).

Consonante à ideia de Compagnon (2012), Jean-Paul Sartre - que é favorável à literatura engajada, na qual o escritor deve se conscientizar da importância de seu papel e defender com afinco aqueles pressupostos que ajudarão a formar um público de leitores críticos e defensores de uma sociedade melhor - explica acerca do poder que a linguagem tem de produzir em nós as mais diversas sensações, de refletir a nós mesmos através do outro ou vice versa:

Assim a linguagem: ela é nossa carapaça e nossas antenas, protege-nos contra os outros e informa-nos a respeito deles, é um prolongamento dos nossos sentidos. Estamos na linguagem como em nosso corpo; nós a sentimos espontaneamente ultrapassando-a em direção a outros fins, tal como sentimos nossas mãos e nossos pés; percebemos a linguagem quando é o outro que a emprega, assim como percebemos os membros alheios. Existe a palavra vivida e a palavra encontrada. Mas nos dois casos isso se dá no curso de uma atividade, seja de mim sobre os outros, seja do outro sobre mim, A fala é um dado momento particular da ação e não se compreende fora dela (SARTRE, 2015, p. 27)

Por ser a literatura diversamente definida, ora por meio da forma, ora da função, ela se aproxima de tudo o que é social e propõe novos modos de perceber e refletir a nossa própria

existência em comunidade. Para que o escritor provoque essa reflexão no leitor, ele o faz através de sua obra, ou seja, ele utiliza de um artifício: a verossimilhança, ou seja, uma aproximação entre realidade e ficção: “isso evidencia que o poeta há de ser criador mais das fábulas que dos versos, visto que é poeta por imitar e imita ações. Ainda quando porventura seu tema sejam fatos reais, nem por isso é menos criador; nada impede que alguns fatos reais sejam verossímeis” (ARISTÓTELES, 1990, p. 29).

Do mesmo modo que a literatura, a memória também possibilita compreender o cotidiano sob diferentes óticas, pois cada indivíduo – que sente pertencer a um grupo social, político, econômico, intelectual...- interpreta as ações ao longo da história de uma maneira, em outras palavras, um mesmo fato pode ser descrito diferentemente, de acordo com o sujeito que o narra.

Contar uma história e receber credibilidade por ela implica o reconhecimento de um determinado grupo por parte da sociedade e, também o reconhecimento do sujeito narrador dessa história. Para exemplificar, citamos o trabalho de Michel Pollak ao entrevistar um grupo de pessoas que estiveram nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial e houvesse registro da passagem delas por aquele local, ambas negaram. A negação advém da escolha feita por cada membro do grupo, de “esquecer” aquele capítulo de suas vidas para se (re)integrar socialmente, até porque, há uma memória oficializada, largamente disseminada e que encobre a memória desse grupo específico, as quais permanecem subterrâneas<sup>23</sup> e são repassadas e perpetuadas apenas em seu círculo íntimo, familiar ou na comunidade de inserção.

Além disso, há que se considerar a legitimidade do narrador. Aqui, trataremos especificamente da condição do idoso. Bosi (1994) discorre sobre o preconceito latente para com o grupo senil e, pontua a importância desses sujeitos para a compreensão da história de uma nação:

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta de resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte (BOSI, 1994, p. 82).

Essa faculdade de lembrar, com riqueza de detalhes, emanou das entrevistas com Tio Bahia, que aos 80 anos, segue escrevendo, traçando cada verso dos poemas à sua maneira de

---

<sup>23</sup> Termo utilizado por Michel Pollak para designar memórias que permanecem enterradas, escondidas da sociedade em geral e vivas apenas dentro de um pequeno grupo, conforme mencionado no exemplo acima.

ver e viver o mundo. Questionamos sobre como ele começou se interessou pela literatura, e sem delongas, ele respondeu que, foi a partir da escrita de sua poesia *a Pedra que Canta*.

Também nos contou que, o cotidiano é a sua inspiração para escrever. A primeira poesia, escrita em São Simão, estado de Goiás, quando ele “não ligava para nada” é intitulada *Mãe ausente*<sup>24</sup>. Outra poesia declamada durante a entrevista é *Menina Sapeca*, cuja inspiração foi “eu estava sentado aqui, e as meninas brincando aí” (OLIVEIRA, 16 de Dezembro de 2016). Em seguida, leu outra poesia para evidenciar que “escrevo sobre qualquer tema”.

Para Pierre Bourdieu (2008) é preciso romper com o modelo Saussuriano<sup>25</sup> de compreender a linguagem e perceber a língua não apenas como uma estrutura para se comunicar e sim, um instrumento de poder na sociedade. O autor exemplifica ao tratar do fenômeno da conotação e denotação na poesia:

Pode-se estender a todo discurso o que dissemos sobre o discurso poético poético apenas, porque ele conduz à máxima intensidade – quando se sai bem – feito que consiste em despertar experiências variáveis segundo os indivíduos: se, diferentemente da denotação, que representa “a parte estável e comum a todos os locutores”, a conotação remete à singularidade das experiências individuais, é porque ela se constitui numa relação socialmente caracterizada na qual os receptores empregam diversidade de seus instrumentos de apropriação simbólica. O paradoxo da comunicação é que ela supõe um meio comum, mas que só tem êxito ao suscitar e ressuscitar experiências singulares, isto é, socialmente marcadas; isso é evidente no caso limite em que se trata de transmitir emoções, como muitas vezes se dá na poesia (BOURDIEU, 2008, p. 25).

A linguagem é uma das representantes das coisas do mundo e pode ser manifestada através do texto literário. Apesar disso, Regina Dalcastagné alerta sobre a impossibilidade de expressar com palavras todas as coisas do mundo:

As palavras jamais darão conta do vivido, como diz Gorz, então só resta ao escritor a tarefa de tentar aproximações e de insistir. Insistir ainda que o resultado seja inferior ao prometido, ou imaginado, insistir mesmo que se sinta traído em suas emoções, em seus pensamentos. A frustração diante do que não se pode dizer talvez só não seja mais forte do que a necessidade de continuar tentando (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 61).

---

<sup>24</sup> Mãe a expressão da vida/ Mãe a palavra-remédio que cura qualquer dor/ Mãe a primeira mestre, primeiro amor/ Mãe coração aberto para todos os filhos que tem e ainda tem sempre lugar para mais um/ Oh, mãe, quanto você tem sofrido por mim/ Quantas mães sofrem por um filho que junto ou distante não sai do seu coração/ Como sofreu Maria, vendo seu filho querido, humilhado e pisado por aquela multidão/ Seu corpo ferido e pregado na cruz para nos salvar/ Tu também, mãe/ Ao ver um filho nas grades de uma prisão/ Justa ou injusta, sofre como Maria. (informação verbal, extraída da entrevista concedida à Josiane Nava, em Dezembro de 2016). Ressaltamos que, ao longo da declamação o Sr. José apresentou lapsos de memória devido à saúde fragilizada, portanto, não sabemos se a poesia está completa e na ordem, de acordo com o que foi pensado por ele originalmente.

<sup>25</sup> Modelo no qual a língua constitui o modelo ideal de comunicação correspondente à gramática normativa e se distingue da fala, que é tida como objeto de manifestação da língua: modelo estruturalista.

Embora Tio Bahia não faça parte do mesmo grupo de escritores ao qual Candido se refere, na citação acima, ele busca evidenciar na simplicidade de seus textos as suas impressões e sentimentos acerca daquilo que ele próprio viveu, e que durante as entrevistas se nota na aproximação entre as experiências empíricas do autor expostas por meio da memória com as experiências do eu lírico<sup>26</sup> no poema.

O mesmo ocorre com o fenômeno da memória, ao ouvir/ler as memórias de alguém acerca de um determinado acontecimento nos é permitido vivenciar o mundo pelos olhos do outro e, quiçá descobrir fatos desconhecidos, até então, sobre o assunto em questão. A memória pode estar contida na literatura, pode ser representada/vivificada através dela.

Para este capítulo, trataremos o papel da literatura relacionando-o às memórias de quem nela está inserido ou excluído. Nossos objetivos são aproximar a literatura e as memórias do sujeito por meio de análises dos poemas de José Alexandre de Oliveira contidos no livro *O poeta barrageiro: contos e poesias*, e também, daqueles declamados pelo poeta durante as entrevistas e que não foram publicados e mostrar como um espaço é perpetuado a partir da escrita poética. Ao final, esperamos demonstrar que a literatura é facilitadora do processo de vivificar lembranças e preservar a memória de lugares, situações e sujeitos históricos.

### 3.1 O POETA BARRAGEIRO

José Alexandre de Oliveira ou Tio Bahia nasceu em Jussari, cidade baiana, em 1936 e de acordo com ele próprio, sua infância foi árdua, começou a trabalhar desde cedo e não teve oportunidade de estudar. O poeta não esclareceu até que série estudou e nem se concluiu os estudos, apenas disse que já adulto fazia a tentativa de estudar enquanto trabalhava nas obras.

Após muitos anos trabalhando em barragens nas mais diversas cidades do Brasil, Tio Bahia chegou a Foz do Iguaçu para ajudar a construir a Usina Hidrelétrica de Itaipu – que é para ele motivo de orgulho e para demonstrá-lo escreveu uma poesia para representar o sacrifício humano para que a obra fosse erguida<sup>27</sup>, desde então, seu interesse pela literatura aumentou e o pouco estudo não o impediu de escrever suas poesias, pelo contrário, o impeliu para a publicação de seu primeiro livro: *O poeta barrageiro: contos e poesias* em 1997 e, posteriormente, o segundo livro “o filho da chacina” em 2014.

---

<sup>26</sup> Eu lírico é o nome dado ao sujeito que se expressa na (dentro da) poesia, o sujeito que sente ou pensa sobre aquela temática e que, não é o autor da poesia e sim, um “personagem”.

<sup>27</sup> Esse tópico será discutido mais aprofundadamente no item 3.2 Pedra que canta.

A publicação dos dois livros e os esforços em divulgar o seu trabalho mostram a tentativa de Tio Bahia de ser reconhecido como escritor e, como tantos outros, resistir frente aos obstáculos. Regina Dalcastagnè (2007, p. 65) corrobora ao afirmar que a escrita é um espaço de resistência: “É daí que ambos interagem com o mundo opressivo que os cerca, daí que tentam se entender e entender aquilo que, em meio à ansiedade, produzem”.

O reconhecimento “do que é literatura”, de acordo com Silvia Helena Simões Borelli (1996, p. 28) em seu texto *Literatura, Literaturas* discute a existência permanente das bipartições entre o que é legítimo, reconhecido e o “outro lado” que engloba as demais formas de expressão artística dentro do campo literário, no qual prevalece, embora com roupagens diferentes a cada época é o objetivo que parece ser “negar a estas manifestações o estatuto de fato cultural ou literário e considerar cultura ou literatura como sinônimo de erudição”.

De acordo com as considerações acima mencionadas, Tio Bahia compõe o grupo dos escritores marginalizados, socialmente por ser semi alfabetizado; culturalmente, por ser minimamente reconhecido por seu trabalho; financeiramente, por não dispor de poder aquisitivo para divulgar suas obras<sup>28</sup>. Ele contou que:

Eu tive ajuda, muita ajuda, do Samis da Silva que não queria que colocasse o nome dele no livro, do Nilton Bobato. A Maria Penha Carneiro ficou mais de dois anos pra corrigir o livro (O filho da chacina), o caderno tá todo vermelho do que eu escrevo errado, aí levou o rascunho pra Itaipu, fizemos uma reunião, o cara pegou o livro e foi embora, terminou a reunião. Passou uns três ou quatro meses eu recebi uma ligação, pra ir buscar o livro que tá pronto, cheguei lá, aqui tá o livro. Marcaram o lançamento (OLIVEIRA, 16 de Dezembro de 2016).

A ajuda recebida permitiu a concretização dos sonhos. Itaipu financiou a obra *O filho da chacina* e sujeitos envolvidos na política local também contribuíram. Esses fatores podem interferir diretamente no discurso do poeta que escolheu não “falar mal de Itaipu”? A trajetória de auto afirmação social contribui para nos aproximarmos de uma possível resposta.

Tio Bahia foi um dos membros fundadores da União dos Poetas e Escritores de Foz do Iguaçu (UPEFI), que foi extinta e, integra – figurativamente – a Academia de Letras de Foz do Iguaçu (ALEFI), visto que não é convocado para reuniões e decisões importantes e, por não ser “lembrado” acredita que as chances de suas obras serem reconhecidas e divulgadas é limitada. A visibilidade é, sem dúvidas, um fator importante para o reconhecimento do autor – enquanto representante de uma comunidade e de sua obra, principalmente na literatura marginal, cujo reconhecimento é o cerne da luta.

---

<sup>28</sup> As duas obras “o poeta barrageiro: contos e poesias” e “o filho da chacina” foram patrocinados, pois se dependesse das finanças do próprio autor permaneceriam na gaveta, bem como os demais poemas e contos que tem escritos.

Ainda sobre a importância da reflexão acerca do campo literário e da luta pelo reconhecimento por parte das classes que integram o grupo da cultura popular ou da literatura marginal, Borelli (1996) cita Antonio Gramsci e a proposta dele quanto ao espaço destinado ao popular dentro do campo literário:

A cultura popular não se afirma apenas pelas origens, tradições, raízes, mas por uma posição - construída de forma complexa e conflituosa - frente ao hegemônico. Nesse sentido, o popular não deve ser concebido como todo homogêneo que se opõe, monoliticamente, a outro, erudito, culto ou de massa. Pelo contrário, para Gramsci, o folclore, por exemplo, está presente em todas as esferas que compõem a cultura na sociedade; entretanto, e paradoxalmente, o mesmo folclore constitui-se como concepção de mundo e manifestação de caráter coletivo específicos das classes populares (BORELLI, 1996, p. 35).

O grupo dos artistas marginais luta para ser reconhecido socialmente e pela divulgação de suas obras. Candido (2000) pontua acerca da função social da arte em grupos iletrados:

A função social (ou “razão de ser sociológica”, para falar como Malinowski) comporta o papel que a obra desempenha no estabelecimento de relações sociais, na satisfação de necessidades espirituais e materiais, na manutenção ou mudança de uma certa ordem na sociedade. [...] Na literatura dos grupos iletrados, talvez essa função prepondere, pesando mais do que na literatura erudita dos nossos dias, feita para a leitura individual e voltada antes para a singularidade diferenciadora dos indivíduos, do que para o patrimônio comum dos grupos (CANDIDO, 2000, p. 41).

Destaca-se na produção da literatura marginal ou periférica de acordo com Oliveira (2011) a diferença entre a escrita daquele que não pertence ao grupo marginal, apenas escrever sobre ele e, aquele que pertence ao grupo periférico e escreve sobre ele – como no caso de Tio Bahia:

Na história recente da produção literária e cultural brasileiras, marginal e periférico adquirem, porém, novas feições, se pensarmos, sobretudo, nas condições de produção dessa literatura, no lugar assumido pelo escritor e no tipo de laço que sua obra estabelece com a comunidade. O aspecto característico da literatura marginal contemporânea é o fato de ser produzida por autores da periferia, trazendo novas visões, a partir de um olhar interno, sobre a experiência de viver na condição de marginalizados sociais e culturais. Essa é uma diferença crucial, pois a maior parte dos escritores que povoaram suas páginas com os marginais e marginalizados da sociedade, salvo algumas poucas exceções, não pertencem a essa classe de indivíduos, senão que assumem o papel de porta-vozes desses sujeitos, falando em seu lugar, assumindo a sua voz. Não é o que acontece com os escritos “da” periferia (e não “sobre” a periferia), os quais transformam tanto o foco da representação da vida marginal, como conferem um novo ethos à produção literária e cultural, apresentando se como uma resposta aos discursos daqueles que falam no lugar dos marginalizados (OLIVEIRA, 2011, p.33)

José Alexandre de Oliveira vive em um bairro anexo à favela, distante do centro da cidade. Ademais, ao escrever suas obras traz o olhar do migrante, do idoso, do sertão<sup>29</sup> e do barrageiro. Salientamos que, na primeira entrevista que ele nos concedeu uma das primeiras frases que disse foi: “-Já passei fome de comer caroço de jaca, eu já sofri, filha” (OLIVEIRA, 12 de Dezembro de 2016). Assim, buscamos promover uma aproximação entre a literatura produzida por esse senhor e suas próprias memórias contidas nas entrevistas concedidas a nós.

### 3.2 PEDRA QUE CANTA

José Alexandre de Oliveira escreveu a poesia “Pedra que canta” em referência a sua experiência enquanto trabalhador na Itaipu binacional, a definiu como o ponto de partida para os demais trabalhos:

A poesia “Pedra que canta” eu fui escalado era soldador. Fui escalado num Sábado pra acompanhar os encanadores. Tinha uma maloca onde ficam os peões desocupados – chama maloca. Aí eles falaram: “ – Tio Bahia você fica na maloca aí, que a hora que precisar a gente vem buscar você”. Aí fiquei. Eu não me lembro em que mês acontece isso aí... quando desce aquela serra e tem uma portaria aqui, e a obra tá ali (gesticula sobre a disposição da barragem). A 144 tá ali. Ali naquela primeira curva que ela faz ali assim, o sol dá um, pra quem enxerga né, o sol dá um re... como que fala? Me falha a memória agora. Faz aquela sombra e vai, principalmente, na parte da tarde. Vai tomando aos poucos aquela curva lá e aos poucos vai formando um desenho bonito na sua mentalidade. Aí eu sentei, tinha uma cachorrinha, quando ia detonar ela fazia todo mundo correr pra dentro da galeria e ela ficava lá nos meus pés. Aí eu olhei assim, fiquei olhando. Peguei um papel de um bloco e escrevi: “Pedra que canta é o meu nome...” (OLIVEIRA, 12 de Dezembro de 2016).

Um momento de descanso em meio ao ritmo frenético da construção da usina hidrelétrica de Itaipu permitiu ao autor da poesia “Pedra que canta”, José Alexandre de Oliveira, observar o cenário que o rodeava e recordar sua própria trajetória vida e incorporar elementos conhecidos por ele: barragem, trabalho braçal intenso, migração, entre outros ao seu trabalho:

Pedra que canta é o meu nome  
Nasci na terra Caingangui e Guarani  
Hoje aqui estou repleta,  
Sou montanha de concreto  
Feita com sangue, suor e lágrima.

Aqui houve canto. Aqui houve pranto

---

<sup>29</sup> Tema do livro “O filho da chacina” no qual o escritor discorre acerca das diferenças sociais e culturais entre o campo e a cidade.

Corpo esmagado, mulher viúva chorando  
Trabalho com sol e chuva, fumaça, frio  
Poeira e calor, para esta glória alcançar.

Foz do Iguaçu, felicidade que tem Ponte da  
Amizade, e a Palmeira do Tri.  
O Marco das Três Fronteiras, a Queda do Iguaçu  
Fazem parte do teu rol, e o arco-íris das  
águas colorindo a sua mata e a Lenda  
Tarobá e Naipi, que morreram por amor.

Eu sou teu filho adotivo e aqui quero  
ficar. Não quero a tua riqueza Mas  
gosto da tua beleza, óh cachoeira  
Artificial! Teus campos foram inundados,  
Teu povo desabrigado para outro canto  
Partiu deixando gerar riquezas neste  
Mundo de beleza à iluminar o BRASIL.

Após finalizar a escrita da poesia, Tio Bahia foi mostrá-la a um dos diretores que requisitou a retirada de trechos como “feita com sangue, suor e lágrima” e “corpo esmagado, mulher viúva chorando”, por achar inadequado. Michel de Certeau atribui que “o saber permanece ligado a um poder que o autoriza” (2012, p. 58).

O poeta não quis estender o assunto, apenas não retirou os trechos e contou que “fiz uma entrevista com a Dora, Maria Auxiliadora<sup>30</sup>, e ela me pôs: Tio Bahia: O poeta barrageiro e mandou aquela transmissão pra mais de 180 países” (OLIVEIRA, 12 de Dezembro de 2016).

Diante de tal afirmação, questionamos Tio Bahia sobre o paradeiro dessa entrevista e ele disse apenas que não sabia. As pesquisas em diversos sites na internet também não apontaram resultados para a busca. Apenas a palavra barrageiro aliada à Itaipu permite ao pesquisador conhecer o projeto “Espaço do barrageiro” desenvolvido pela Itaipu binacional em parceria com o Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), cujo objetivo de acordo com essas entidades é “Trata-se de um local que visa recuperar, preservar, valorizar e difundir a memória desses trabalhadores”<sup>31</sup>.

Outro trecho sobre o qual o poeta comentou, brevemente, foi “corpo esmagado, mulher viúva chorando”, disse que “É a verdade. Eu vi... não, me contaram, eu tava de férias. O sujeito tava no alto e foi pra trás e não viu, caiu. Daí tinha um cabo pra descer lá resgatar. Tinha acidente, mas também tinha muito boato” (OLIVEIRA, 8 de Novembro de 2017).

Nesse trecho, especificamente, o poeta hesitou ao falar sobre o assunto. Logo que disse

<sup>30</sup> Chefe do jornalismo de Itaipu, na época. A entrevista não está disponível em meio digital e o próprio entrevistado não teve acesso à uma cópia dela.

<sup>31</sup> Informação extraída do site: <https://www.pti.org.br/pt-br/espacodobarrageiro>. Acesso em 23 nov 2016.

“é a verdade”, tratou de contornar a situação e mencionar acerca dos boatos. Essa hesitação é corroborada pelo próximo trecho da entrevista: “Um dia veio um cara e uma mulher aqui em casa e queriam que eu falasse mal de Itaipu. Eu disse que não ia falar mal de Itaipu. Quem se sentiu injustiçado entrou na justiça. Eu recebi pelo que eu trabalhei” (OLIVEIRA, 8 de Novembro de 2017). Após dizer tais palavras o sujeito fez um minuto de silêncio e não mencionou mais o assunto.

O respeito pelos quase doze anos de trabalho na usina é perceptível em Tio Bahia, bem como o carinho pela cidade de Foz do Iguaçu ao citar “Eu sou teu filho adotivo e aqui quero ficar”. Citação que permite relacionar o sentimento do próprio José Alexandre de Oliveira ao do eu lírico, que se expressa no poema “Pedra que canta”, pois ambos são migrantes – pertencem naturalmente à outro lugar, no entanto elegeram Foz do Iguaçu para fixar moradia.

O trecho que segue “Não quero a tua riqueza mas gosto da tua beleza, óh cachoeira artificial!” trata do zelo pela usina hidrelétrica de Itaipu, que o poeta diz em entrevista “quando eu digo cachoeira artificial é o vertedouro, porque foi o homem que fez, aquele trampolim aonde a água desce” (OLIVEIRA, 8 de Novembro de 2017).

Embora haja zelo pela obra, o poeta menciona que o progresso “deixando gerar riquezas nesse mundo de beleza à iluminar o Brasil” foi possível mediante ao sofrimento de quem foi coagido a partir para outros lugares, pois “teus campos foram inundados” e “teu povo desabrigado”. Há ao longo da poesia o estabelecimento de limites e a menção à prática de espaço e o relato de um acontecimento a partir da poesia:

Nessa organização, o relato tem papel decisivo. Sem dúvidas, “descreve”. Mas “toda descrição é mais que uma fixação”, é “um ato culturalmente criador”. Ela tem até poder distributivo e força performativa (ela realiza o que diz) quando se tem um certo conjunto de circunstâncias. Ela é então fundadora de espaços. Reciprocamente: onde os relatos desaparecem (ou se degradam em objetos museográficos), existe perda de espaço: privado de narrações (como se constata ora na cidade ora na região rural), o grupo ou o indivíduo regride para a experiência, inquietante, fatalista, de uma totalidade informe, indistinta, noturna. Considerando o papel do relato na delimitação, pode-se aí reconhecer logo de início a função primeira de autorizar o estabelecimento, o deslocamento e a superação de limites e, por via de consequência, funcionando no campo fechado do discurso, a oposição de dois movimentos que se cruzam (estabelecer e ultrapassar o limite) de maneira que se faça do relato uma espécie de quadrinho de “palavras cruzadas” (um mapeamento dinâmico do espaço) e do qual a fronteira e a ponte parecem as figuras narrativas essenciais (CERTEAU, 2003, p. 209).

Ao longo da poesia “Pedra que canta” é possível visualizar as pontes e as fronteiras as quais se refere Certeau (2003). Os trechos que enaltecem a beleza, a grandeza e o progresso representados por Itaipu, que orgulha o eu lírico constituem-se em pontes que o ligam a ela.

Quanto as passagens que mencionam o sofrimento dos trabalhadores e seus entes queridos, bem como a renúncia de um pedaço de chão por seu povo denotam o tom das fronteiras.

Tanto as pontes quanto as fronteiras fazem-se presentes não somente na poesia de José Alexandre de Oliveira, mas também na memória. Para Bosi “Se as lembranças às vezes afloram ou emergem, quase sempre são uma tarefa, uma paciente reconstituição. Há no sujeito plena consciência de que está realizando uma tarefa” (1994, p. 39).

Essa plena consciência acerca da realização de uma tarefa implica em verbalizar situações que reforçam o seu ponto de vista sobre os diversos acontecimentos. Um exemplo disso é o trecho “seu povo desabrigado para outro canto partiu” que aparece na poesia acima, porém, não é referenciado na entrevista concedida quando o sujeito é questionado sobre o “Movimento Justiça e Terra”, do qual afirmou não se lembrar, optando por construir uma ponte ao mencionar o relacionamento com a usina de Itaipu, bem como com o Estado do Paraná e sua querida Foz do Iguaçu.

### 3.3 PARANÁ: A CASA ADOTIVA

O Estado do Paraná é lembrado carinhosamente por Tio Bahia, pois foi nesse solo que se sentiu acolhido e, para expressar o afeto escreveu a poesia “Obrigado Paraná”:

Obrigado Paraná por deixar eu pisar  
neste teu solo rico e fértil que tudo  
que se planta no teu chão dá.

Obrigado, terra hospitaleira que de  
longe as tuas fronteiras vejo o sol  
iluminar, com o teu jeito elegante esta  
terra verdejante de ricos pinheirais. A  
Quedas do Iguaçu, o Parque Nacional  
quem vê não o esquece mais.

A tua capital princesa rica de tanta beleza que  
eu fiquei encantado,  
O teu interior, as três fronteiras queridas onde há  
muitas línguas e costumes diferentes de toda parte  
tem gente do Brasil ou do estrangeiro, no teu solo  
rico a pisar.

Obrigado Paraná por eu ser teu  
adotado, pois também te adotei e  
que quero ficar, quero a tua  
grandeza, o teu progresso, o teu

orgulho deste Estado, como disse o  
Mussurunga meu Paraná Obrigado.

O eu lírico constrói o sentimento de afeto pelo Estado do Paraná ao evidenciar as belezas naturais dessa terra (pinheirais, solo fértil, Parque Nacional...), a hospitalidade do seu povo (acolhimento de várias línguas e costumes, seja brasileiro ou estrangeiro) e a certeza da escolha certa ao adotar esse Estado como seu lar expresso pelas vezes em que aparece a palavra: obrigado.

Novamente, esse poema reflete a aproximação com a vida do próprio autor, cuja trajetória migrante ao longo dos anos na busca por emprego o impediu de fixar-se em outros lugares do Brasil, tendo em vista que as obras em que trabalhou duravam em torno de quatro anos e, então surgia a necessidade de mover-se novamente. No Paraná, porém ingressou em Itaipu, que convém evidenciar, demorou três vezes mais que as demais obras para ser finalizada (Tio Bahia permaneceu trabalhando por aproximadamente 12 anos).

Fixar-se nesse solo fértil, “onde tudo o que se planta no teu chão dá” proporcionou-lhe além do emprego, um novo amor. O poeta descreve esse momento ao dizer: “A Sebastiana está nesse livro que você tem (O Poeta Barrageiro: contos e poesias): *Você é o meu grande amor:*

Você é a chuva que molha o meu rosto,  
é o sol que aquece o meu corpo, é o  
remédio que cura a minha dor.  
Os teus braços me fazem ninar.  
É o sono que faz dormir!...

Você é a lua que prateia o meu céu, é as  
estrelas que brilham no meu infinito. É a  
criança que alegra com o teu sorriso e a  
tua boca é para eu beijar!...

Você é o pássaro de canto suave, que alegra os campos, como  
a tua boca falando de amor.  
Você é tudo, é o pulsar forte do meu coração quando  
toca o teu corpo ao meu!...

Você é o amor da minha vida!  
É o barco que navega no meu  
mar de solidão! Você é o meu  
grande amor!...

Essa poesia é dedicada à esposa, “um rio que passou na minha vida e ficou”. Na época da entrevista, o casal havia recentemente completado 23 anos de casados e, ele contou como conheceu a atual esposa, Sebastiana, musa inspiradora de suas poesias:

Eu morava na Vila A, pra ver como era o negócio, talvez você nem acredite. E a menina falou: “- Pai, eu quero ir na D. Maria”, mas filha... eu tinha chegado do serviço. Ela já morreu, era uma conhecida nossa. Aí eu peguei ela (a filha), eu tinha uma Brasília vermelha, coloquei ela no carro. Quando eu cheguei lá na casa da D. Maria, desci do carro e essa mulher aqui (D. Sebastiana) estava encostada na parede cantando música da igreja (da Renovação Carismática Católica). Eu olhei pra essa mulher assim, olhei pro perfil dela. Ela tava encostada na parede, não olhou pra mim. E me deu aquela martelada no peito. É triste conta isso viu, mas vou ter que contar (risos). Aí ficou só... A menina falou: “-Pai, vamosimbora”. Peguei ela e botei no carro. Tchau gente, tchau! Ela (D. Sebastiana) permaneceu lá no lugar dela. Aí quando passou mais uns dois, três meses, eu comprei o direito de uma casa na Vila C. Que daí a Itaipu pediu a casa (referindo-se à casa da Vila A). Eu peguei, entreguei a casa e comprei aquele direito lá. Arrumei tudo, aí peguei e fui morar lá. Aí fiz amizade com ela (D. Sebastiana). Até que ela caiu nas malhas da minha rede (OLIVEIRA, 12 de Dezembro de 2016).

Tio Bahia conheceu Dona Sebastiana enquanto a filha dele ainda era viva. Após a morte da filha separou-se da segunda esposa, Cecília. Destacamos que, a partir da “martelada no peito” sinal da paixão, do amor por aquela, até então desconhecida. Tio Bahia, encontrou o seu “grande amor” e D. Sebastiana, que na época em que ele mudou-se para a Vila C, era casada, também encontrou no Sr. José, o seu grande amor. Ambos deixaram no passado os antigos relacionamentos para ficar juntos, conforme exposto por ele: “No dia que eu fui embora, deixei aquela minha mulher. Arrumei minhas coisas tudo, coloquei dentro da Brasília. Cheguei na janela do quarto dela e bati (imita o som da batida): “-Tiana, você vai?”. “Vou!”. Muita coragem, né? (OLIVEIRA, 12 de Dezembro de 2016).

Contar um pouco de sua trajetória de vida, relembrar momentos importantes, eternizar sentimentos advindos de momentos felizes ao lado da pessoa amada, segundo Bosi “talvez seja esse um remédio contra os danos do tempo” (1994, p. 80) com quem concordamos, pois a vontade de viver e de ser ouvido é visível em Tio Bahia, que se emociona ao lembrar a morte da filha, demonstra coragem ao expor minúcias da trajetória sofrida (passar fome, frio, ser tomado pelo vício...) e também, ao sorrir, pois tem ao seu lado uma companheira, com quem divide a vida.

Esses episódios retratados nas poesias acima – o acolhimento do povo paranaense, a oportunidade de trabalhar na Itaipu Binacional e a oportunidade de amar de novo – são fatos conhecidos do eu lírico de cada um dos poemas e também, do autor José Alexandre de Oliveira (Tio Bahia) e são eternizados no livro *O poeta barrageiro: contos e poesias*. A memória do poeta reinventa-se na poesia e esse modo de expressão não-erudito demonstra a dificuldade de firmamento no campo literário:

Algumas pesquisas na área da paraliteratura vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de construir diálogo crítico em relação às posturas fragmentárias. Pretendem, em primeiro lugar, diagnosticar particularidades e argumentos envolvidos na polarização para, posteriormente, refutá-la. Procuram construir, de forma afirmativa, uma

identidade literária por meio da organização de um conjunto de referenciais que confirme a existência de especificidades sem isolar uma forma literária de outras, também literárias; o importante, para estes autores, é que esta seja uma identidade capaz de incorporar ao campo literário outras alternativas de escritura, oralidade e formas visuais relegadas ao espaço da indústria cultural, ou seja, da não-cultura (BORELLI, 1996, p. 44).

Ao enfatizar a necessidade de reconhecer a coexistência dos diversos modos de produzir literatura, a obra de Tio Bahia aproxima a literatura e a memória no campo da representação. Ambas recriam mentalmente uma situação, seja ela vivida pelo sujeito ou não. Do mesmo modo que, recordar implica em narrar a versão da história de quem recorda, narrar permite reinventar o acontecimento do ponto de vista do narrador. A linguagem é o meio encontrado para suprir a falta na literatura:

Esclarecer, para si e para os outros, a força desse projeto, parece ser um dos intuitos de Youssef/José. De algum modo, pode-se dizer que ele se constitui a partir da escrita, usando-a para, a um só tempo, nomear um mundo perdido e se reafirmar senhor de seu destino. Mas precisa dela também para alcançar os outros homens (mesmo que após o seu próprio desaparecimento), porque são eles que legitimam sua identidade, que o fazem único num mundo habitado há milhares de anos e que o tornam igual a todos aqueles que um dia pisaram a superfície da Terra (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 16).

Morar no estado do Paraná é para Tio Bahia motivo de orgulho. Em agradecimento às conquistas alcançadas escreveu uma poesia para homenagear a cidade paranaense na qual reside a mais de vinte anos: Foz do Iguaçu.

### 3.4 FOZ DO IGUAÇU POR JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA

Evocar o passado para preencher a falta no presente através da linguagem, uma ação da memória:

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece com força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1994, p. 47).

Estabelecer um vínculo entre memória e literatura é para José Alexandre de Oliveira observar os episódios que se sucedem ao seu redor e incluir-se. É falar dos momentos que antecederam a criação de textos literários importantes para ele ao colocar-se enquanto observador: das crianças brincando na rua, do cenário em Itaipu, do momento em que viu a

atual esposa pela primeira vez, etc. e, orgulhar-se por ter lutado para fazer-se escritor, apesar dos percalços, ou nas palavras de Carlos Drummond de Andrade “no meio caminho tinha uma pedra”<sup>32</sup>.

Viver no Paraná e participar ativamente da vida da cidade na qual reside esse é um motivo de orgulho para José Alexandre de Oliveira, que participou da criação da fundação cultural: “um amigo me falou do projeto, aí convocamos uma reunião aqui, outra ali, até que saiu” (OLIVEIRA, 8 de Novembro de 2017). Esse episódio ocorreu enquanto ainda trabalhava na Itaipu.

Desde a escrita da poesia “Pedra que canta” interessou-se com mais afinco pela cultura em Foz do Iguaçu. Integrou a União dos Poetas e Escritores de Foz do Iguaçu (UPEFI), cujo apoio permitiu a publicação do primeiro livro: *O poeta barrageiro: contos e poesias* e lamentou o término do grupo<sup>33</sup>:

Tinha o grupo, a gente fazia reunião pra debater os assuntos e um dia, o presidente convocou uma reunião e começou a discutir. Queria que a gente votasse... e eu pedi a palavra e falei: “- Na minha opinião uma reunião precisa ter mais gente, só três pessoas não é uma reunião, não vou votar nada”. Aí ele ficou bravo, daí acabou não teve mais reunião (OLIVEIRA, 8 de Novembro de 2017).

Depois que a UPEFI terminou, Tio Bahia foi convidado por Nilton Bobato a fazer parte da Academia de Letras de Foz do Iguaçu (ALEFI) da qual faz parte até hoje, porém não participa ativamente por não ter condições de locomover-se até os locais e participar dos eventos e pela saúde debilitada. Tais restrições fazem com que o poeta se sinta isolado, um membro inativo. O único evento do qual participa é a Feira Internacional do Livro de Foz do Iguaçu:

Fui convidado pra dar uma palestra, falar sobre o meu livro na Feira do Livro pra um grupo de professoras. Tive que chamar a atenção de uma professora, perguntei pra ela se ela conhecia os escritores de Foz do Iguaçu, ela disse que não. Daí eu perguntei como ela ia exigir que os alunos dela gostassem de ler se ela nem respeitava o nosso trabalho, ficou conversando durante a palestra (OLIVEIRA, 8 de Novembro de 2017).

Além desse episódio que o entristeceu, a Feira do Livro também lhe proporcionou um momento que o emociona sempre que se lembra:

---

<sup>32</sup> Trecho retirado da poesia “No meio do caminho” de Carlos Drummond de Andrade. Disponível em: <<http://www.algumapoesia.com.br/drummond/drummond04.htm>>. Acesso em: 28 dez 2016.

<sup>33</sup> O livro foi produzido pela UPEFI e contou como apoio cultural – patrocínio para impressão – de Samis da Silva. A quem Tio Bahia é grato, pois sem a ajuda financeira desse senhor o livro não teria sido impresso, visto que o poeta não tinha condições de financiá-lo.

Eu tava no espaço dos escritores na Feira do Livro, sentado. Veio uma mulher do Mato Grosso, ela perguntou se eu era um escritor de verdade. Eu disse que sim, daí ela gritou, ficou animada. Pediu se podia tirar uma foto comigo, comprou meus livros e pediu um autógrafa. Ela disse que sempre quis conhecer um escritor pessoalmente (OLIVEIRA, 8 de Novembro de 2017).

Os episódios acima demonstram a importância que a literatura tem na vida do sujeito e o orgulho por ser um representante dela em Foz do Iguaçu. Nesse ponto, é importante mencionar que o poeta em questão frequentou, de acordo com ele próprio, “a escola da vida”:

Não tinha escola na minha infância. Minha escola foi a escola da vida. Aí saiu a Mobral, eu estudei um pouco na Mobral antes de sair da barragem e ir pra outro canto, aí largava pra trás. Eu estudei em Joanópolis, Estado de São Paulo. Estudei em Frutal, Minas Gerais... se sobrasse um tempinho eu ia estudar (OLIVEIRA, 16 de Dezembro de 2016).

A escola da vida, no entanto, não foi um fator desmotivador e sim, um impulso para não desistir de seu sonho. O estabelecimento em Foz do Iguaçu e as conquistas que o município proporcionou faz com que José Alexandre de Oliveira ao tratar de Foz do Iguaçu busque demonstrar todo o carinho e gratidão por essa terra, expresso na poesia “Foz 100 anos: meus parabéns”:

Aqui vão meus sinceros votos, parabenizar esta maravilha que é Foz do Iguaçu, minha e de quem quiser, os teus braços estão abertos para quem chegar, tuestas ai para acolher e lhe dar oportunidades de evoluir.

Não importa língua, costumes, raça, cor ou religião, todos sejam bem vindos. Eu sou um imigrante, tomei de tua água e me radiquei, daqui não saio mais, acostumei com o teu povo, por ti fui acolhido, levei teu nome aos quatro cantos do mundo, ajudando a construir o maior monumento feito pelas mãos do homem. A Itaipu um dos cartões postais mais visitados.

Me orgulho de você Foz do Iguaçu por a beleza que tu tens, Itaipu, Cataratas, Parque Nacional, as duas pontes a Amizade e a Fraternidade unindo Brasil, Paraguai e Argentina, falamos quase a mesma língua, tudo esta incluído no seu cartão de visita, o marco das Três Fronteiras apesar de quase abandonado, faz parte do teu rol, só a palmeira do Tri já não se fala mais o destino assim quis.

Hoje sou um velho barrageiro que estou por ali ruminando o passado e vendo o teu futuro, o teu progresso sem olhar pra trás, assim tu vais para a frente de olho no futuro por isso eu te parabenizo dizendo-lhe meus parabéns que as brisas das águas de Itaipu e Cataratas formem um lindo Arco-íris formando um elo- colorido trazendo paz e prosperidade para todos os teus habitantes. Parabéns e que venha o progresso e sinceridade aos governantes assim como aos olhos do mundo não deixe de te olhar.

A poesia sobre os 100 anos de Foz do Iguaçu não foi publicada em livro, mas, foi postada no site da Academia de Letras de Foz do Iguaçu (ALEFI)<sup>34</sup>, mesmo assim o poeta queixou-se da falta de visibilidade da poesia devido à importância do momento histórico.

Na poesia acima, novamente, o fator migração aparece como norteador, esboçando a complexidade daquilo que se lembra:

A complexidade de situações representadas pelo lembrado demarca o fazer-se trabalhador migrante nesta região de fronteira. As experiências relatadas romperam com o tempo ordenado, apoiaram-se em inúmeros pontos de referência numa forma de legitimação daquilo que se buscou expressar (BACKES, 2012, p. 37).

Acerca da capacidade que o ser humano tem de relembrar situações vividas, LeGoff afirma: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, reenvia-nos em primeiro lugar para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode actualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas”(1990, p.11).

A representação do passado, enquanto migrante esboçada pelo eu-lírico no poema acima remete às próprias experiências do escritor Tio Bahia, pois ambos identificam-se como migrantes. Aproximam-se ainda, ao identificarem-se como construtores da usina de Itaipu e finalmente, a partir de um elemento novo: a velhice. Adriana Dorfman menciona:

O lugar da enunciação influi na representação do espaço formulada por cada grupo: o emissor é situado e a cultura em circulação no lugar condiciona-o e às representações que ele cria. Em última análise, a origem espacial do texto está nele expressa, mesmo que não haja nele representação explícita do espaço (DORFMAN, 2014, p. 139).

Há, assim um elo entre as memórias do sujeito narradas ao longo desse texto e a literatura por ele produzida. Ao passo que ao lê-lo quando fala de si próprio e conta de suas experiências particulares temos acesso às suas memórias e, ao lermos a literatura por ele produzida é possível perceber a aproximação entre as experiências do eu-lírico e do próprio sujeito.

O fenômeno da memória, para Le Goff relaciona-se com a capacidade de auto organização das atividades: “Os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, mais não são que os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem na medida em que a organização os mantém ou reconstitui” (1990, p. 12).

---

<sup>34</sup> O site não é atualizado com frequência e há nele poucas informações sobre o trabalho desenvolvido pela Academia de Letras de Foz do Iguaçu. Além disso, não constam informações sobre quem são os membros e acerca de suas obras.

Backes (2012) complementa acerca da importância da narrativa oral, pois a organização dos fatos narrados é expressa na fala de quem se lembra:

O movimento da história transcreve-se, assim, com as trajetórias individuais dos sujeitos protagonistas de seus textos narrativos. Nesse ato de lembrar, alimentado pelo passado, os sujeitos, por sua vez, expressaram sentidos da existência social, falando de outras temporalidades e espaços marcados em suas vivências. O tempo é essencial nesta dinâmica da rememoração e ressignificação, uma vez que o sujeito se debruça sobre o seu passado e retira dele substratos de sua experiência numa forma de auto reconhecimento (BACKES, 2012, p. 37).

Essa aproximação entre a memória e o fazer literário traduzida pela linguagem é possível, o que não é possível é narrativa de um fato tal e qual ocorreu por duas pessoas diferentes, pois cada uma o fará de um modo, como também não é possível escrevê-lo da forma que ocorreu. Regina Dalcastagnè explica:

Traz elementos marcadamente biográficos e autobiográficos, incluindo nomes, datas e locais que foram referências concretas para essas existências. Mas o jogo de ficcionalização passa muito mais pela construção discursiva, pela seleção, montagem e enquadramento das situações, do que pela criação de novas personagens e enredos para abrigá-las. Daí a fragmentação da obra, que busca expressar a incompletude da memória e as armadilhas do esquecimento (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 17).

Diante dessa exposição, ao observar a poesia acerca dos cem anos de Foz do Iguaçu encontramos elementos da realidade, os pontos turísticos (Itaipu, Cataratas, Marco das Três Fronteiras) e a multiétnica são exemplos e o que os diferencia do real é o olhar do escritor acerca deles. Compagnon pontua “brincando com a língua, a poesia ultrapassa suas submissões, visita suas margens, atualiza suas nuances e enriquece-a violentando-a” (2009, p.47).

Em outras palavras, se fosse pedido a uma segunda pessoa que escrevesse uma poesia com esses elementos os artifícios linguísticos para a descrição deles seriam diferentes, embora os elementos não mudem.

### 3.5 UM ELEFANTE SEM MANADA

A finalização das obras de Itaipu endossou o desemprego latente em Foz do Iguaçu desde o início das obras culminando em muitos “elefantes sem manada” a transitar por estas terras:

Já fui aplaudido de pé quando declamava poesias Tudo  
 que eu fazia era motivo de admiração.  
 Mas o tempo foi passando e eu fiquei no esquecimento. Fiquei  
 velho e doente. Ninguém olha mais pra mim.  
 Fui esquecido no tempo. Hoje joga palavras ao vento,  
 Porque ninguém me escuta mais. O que falo, ninguém Escuta,  
 as minhas palavras viraram poeira no passado.

Como a velha estrada boiadeira que como lembrança só  
 Resta uma porteira, como outras que já não fecham mais. Já  
 apodrecidas, pelo tempo, tomando sol e chuva, já não serve  
 para nada. Se ela fosse homem talvez, lembrasse que ali era o  
 lugar de contar boiada, hoje só resta a lembrança.  
 Tábuas celhas e pregos enferrujados...  
 A boiada não anda mais a pé, porque tem caminhões, E  
 trens conduzidos por um homem só.

Não se ouve mais berrante nem gritos é só buzina, apitos e o mugido  
 final. Eu também estou velho e doente quase solitário.  
 Não faço mais nada. Já dominei, hoje sou dominado.  
 Considero-me um elefante velho que não aguenta mais  
 Acompanhar sua manada e fico para traz. Para morrer sozinho ou  
 ser devorado pelos leões famintos.

Restando a carcaça para as hienas brigando com coiotes Pelos  
 restos deixados pelos leões.

Essa poesia é significativa para Tio Bahia que vê a si mesmo como um elefante velho, cansado e doente, sem perspectivas para o futuro. Ao ser questionado sobre o que espera dele (O futuro) respondeu: “Tenho: ‘os últimos passageiros do voo 052’ que é um romance na selva...do meu trabalho só tem isso aí. Eu espero, eu falo pras filhas dela e ela [referência à esposa, Sebastiana], o que vai fazer desse material vai ficar aí. Eu tenho um armarinho ali cheio de livros” (OLIVEIRA, 16 de Dezembro de 2016).

Elefantes sem manada também se sentiram os outros trabalhadores que vieram para Foz do Iguaçu em busca de um trabalho em Itaipu e não conseguiram e os que conseguiram trabalho, mas não a estabilidade sonhada. De acordo com Perci Lima:

A Itaipu Binacional teve um papel preponderante na história econômica, política e social desta cidade, pois o crescimento e a prosperidade deve-se muito a ela. Em compensação deixou um legado de violência e miséria. Violência que começou com as desapropriações das terras alagadas pelo lago de Itaipu, cujos proprietários tiveram seus bens desapropriados a preço, em alguns casos, vil, gerando revolta desses desapropriados, removidos a força de suas antigas propriedades. A miséria, pelos muitos desempregados que circulam pela periferia de nossa cidade, com a criação de bairros desestruturados socialmente, mal que perdura até os dias de hoje. Esses bairros foram criados porque iniciaram-se as demissões graduais nas obras da usina e a medida que ela ia sendo concluída. Os peões que por aqui já viviam a mais de dez anos, perdiam o vínculo com seus locais de origem e por aqui ficavam na esperança de continuar a manter o padrão de vida adquirido enquanto eram empregados da Itaipu. A realidade foi outra. Até a vinda da Itaipu Binacional, a cidade não conhecia favela a não ser pelas telas de cinema e da televisão (LIMA, 2001, p. 104).

Esses “elefantes” sentem que a idade avança e, diferentemente da idade média na qual os velhos eram valorizados enquanto “homens-memória, prestigiosos e úteis”, de acordo com Le Goff (1990, p. 28) atualmente, são marginalizados conforme pontua Marilena Chauí no prefácio da obra “Memória e Sociedade: lembranças de velhos”:

A função social do velho é lembrar e aconselhar – *memini, moneo*– unir o começo e o fim, ligando o que foi e o porvir. Mas a sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil do velho e recusa seus conselhos. A sociedade capitalista desarma o velho mobilizando mecanismos pelos quais oprime a velhice, destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa (CHAUÍ, 1979 *apud* BOSI, 1994, p. 18).

Lembrar é “limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo” (BOSI, 1994, p. 47) essa reprodução positiva só é possível mediante circunstâncias do passado que requereram atitudes semelhantes, ou seja, lembrar é atualizar ações do passado no presente, é lançar sobre o ocorrido um novo olhar, o olhar do presente.

Ecléa Bosi (1994) pontua sobre a diferença existente entre a memória do velho e dos adolescentes e adultos, sendo que o primeiro grupo está mais disposto a falar sobre o passado, sobre as experiências de um tempo que não volta mais, enquanto que, os outros dois grupos se atém aos acontecimentos mais recentes e não, ao passado menos recente.

A faculdade da memória e a importância dela para o velho são perceptíveis em Tio Bahia, que se coloca como alguém para quem recordar é importante, poder contar sua história e ser ouvido. Todavia haja a seleção dos assuntos sobre os quais quer falar. Retomamos a uma possível explicação para o silêncio, dada por Pollak (1989):

Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranquila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar? (POLLAK, 1989, p. 6).

O assunto evitado por Tio Bahia ao longo das entrevistas diz respeito à Itaipu, ou melhor dizendo, à aspectos que ele acredita que possam denegrir ou minimizar a grandiosidade da construção e a ideia de progresso que a perpassa. Contudo, há por meio de suas poesias a consciência acerca dos grupos que foram prejudicados pela construção da usina e a representação deles e de si próprio enquanto grupo minoritário. Essa representação é percebida

pelos adjetivos empregados – nas poesias acima expostas – para destacar a grandiosidade de Itaipu: montanha de concreto, iluminar o Brasil, trabalho árduo para essa glória alcançar, entre outros, e povo desabrigado, condições de trabalho extenuantes (/trabalho com sol e chuva, fumaça, frio, poeira e calor/), a partida para outras terras para “deixar gerar riqueza” enquanto descritivo dos trabalhadores da obra e dos agricultores atingidos pela construção de Itaipu.

Essas mazelas que causam o sentimento de abandono expresso na poesia “Elefante sem manada”, cujo fato de ter sido aplaudido de pé é apenas uma lembrança amargada pelo presente, no qual o eu-lírico foi esquecido, ficou velho e doente: tornando-se não mais merecedor da atenção que antes dispunha. Esse misto de sentimentos remete à memória através da poesia entre aquilo que foi (passado), o que é (presente) e ainda vislumbra o que poderá ser. A poesia é um despertar:

E há a consciência de que a memória falha, foge, produz lacunas, que serão preenchidas ora por outras lembranças, outros olhares, ora pelo próprio discurso literário sobre o esquecimento. O pacto com o leitor se constrói, desde o início, a partir da incerteza do relato, mas com a “honesto vontade” de chegar o mais perto possível desse ontem que escapa. Escapa ao velho, que o viveu e narrou um dia, e escapa, certamente, ao autor, que, envelhecido ele também, já se afasta do que lhe foi narrado (DALCASTAGNÉ, 2012, p.20).

A escrita de poesia na literatura implica o estudo e o conhecimento de variados conceitos, como por exemplo: o ritmo, a rima, a métrica dos versos e a construção/disposição das estrofes, entre outros elementos que, de acordo com Candido(2000), interferem no sentido do texto literário. Esses elementos possibilitam aos críticos e estudiosos da literatura uma compreensão mais aprofundada da obra, conforme propõe Mirian Hisae Yaegashi Zappone e Vera Helena Gomes Wielewiski (2009) ao mencionar que no Brasil, a partir do sistema literário elaborado por Antonio Candido (1981): “na qual o literário aparece associado aos leitores e onde a natureza social do literário é resgatada para a própria caracterização da literatura enquanto manifestação cultural (2009, p. 24).

No panorama literário brasileiro, do qual discorremos ao longo desse texto, há a íntima ligação entre o que Antonio Candido nomeou de tríade: autor, obra e público que interdependem um do outro para o entendimento global da escrita. Tio Bahia, conforme já mencionado, é semialfabetizado e não estudou os conceitos acima mencionados, mesmo assim, reconhece a importância, principalmente, do ritmo para a leitura de uma poesia e, mesmo em sua condição de iletrado, buscou sua própria definição do que é necessário para escrever poesia:

Então a poesia é assim, se você não colocar o tom certo.... eu tenho uma poesia que diz assim ‘em um dia chuvoso você partiu...’ presta atenção no jeito que eu falo ela

e se outra pessoa vai falar igual lê uma carta. [...] Aí os caras leem assim, sem nenhuma entonação daí a poesia perde o seu valor (OLIVEIRA, 16 de Dezembro de 2016).

Essa consciência esboça a vontade do poeta em ser ouvido – mediante ao zelo com que declama seus próprios versos – e, para Candido (2000) esse fator está mais presente na arte primitiva:

Certas manifestações da emoção e da elaboração estética podem ser melhor compreendidas, portanto, se forem referidas ao contexto social. No caso dos grupos primitivos é maior a importância deste, dado o caráter imediato com que as condições de vida se refletem na obra (CANDIDO, 2000, p. 60).

As condições de vida refletidas na obra remetem às escolhas das palavras para representá-las. Cabe salientar a diferença entre os sentidos das palavras que se emprega a fim de entregar uma mensagem:

O que circula no mercado linguístico não é “a língua”, mas discursos estilisticamente caracterizados, ao mesmo tempo do lado da produção, na medida em que cada locutor transforma a língua comum num idioleto, e do lado da recepção, na medida em que cada receptor contribui para produzir a mensagem ele percebe e aprecia, importando para ela tudo o que constitui sua experiência singular e coletiva. Pode-se estender a todo discurso o que dissemos sobre o discurso poético apenas, porque ele conduz à máxima intensidade – quando se sai bem – o efeito que consiste em despertar experiências variáveis segundo os indivíduos: se, diferentemente da denotação, que representa “a parte estável e comum a todos os locutores”, a conotação remete à singularidade das experiências individuais, é porque ela se constitui numa relação socialmente caracterizada na qual os receptores empregam a diversidade de seus instrumentos de apropriação simbólica. O paradoxo da comunicação é que ela supõe um meio comum, mas que só tem êxito ao suscitar e ressuscitar experiências singulares, isto é, socialmente marcadas; isso é evidente no caso limite em que se trata de transmitir emoções, como muitas vezes se dá na poesia (BOURDIEU, 2008, p. 25).

O ato de fala bem como o ato de escrita – expresso pelas memórias, conversas, literatura, etc. – implica escolhas. Para Dorfman (2014, p. 140): “toda a textualização constrói e representa o espaço. A literatura não só representa, mas também é parte da construção dos projetos identitários que se expressam em territórios”.

O autor de um livro escolhe as palavras que utilizará para passar sua mensagem ao leitor que, ao lê-lo interpretará aquele texto a partir de suas experiências individuais que o fará chegar a uma possível conclusão: Tio Bahia exemplifica esse momento, ao tratar de seu contato com a literatura de Jorge Amado e de Paulo Coelho:

Um cara que eu admirava era o Jorge Amado. Conheci a mãe dele, o pai dele, o pessoal dele, a fazenda dele. É Parque de Vento o nome da fazenda dele, no município de Itajuípe. [...] Conheci o lugar onde ele escreveu aquela novela, que tinha Sônia Braga, “Gabriela”. Não li os livros dele porque não sabia ler. Eu ouvi o livro “Gabriela, cravo e canela”. Eu li um livro do Paulo Coelho, não gostei. Não gostei porque ele começou o livro ali e terminou ali. Você gostou do meu livro? Tem começo, meio e fim. É assim que se deve fazer um livro (OLIVEIRA, 16 de Dezembro de 2016).

O desgosto pela obra de Paulo Coelho – que Tio Bahia acredita não ter início, meio e fim - não ocorreu com a literatura de Jorge Amado, que embora não tenha lido, ouviu trechos de suas obras o que o fez admirá-lo. O contato com a literatura desses diferentes escritores e a atribuição de valores distintos aos seus textos feita pelo leitor reforça a capacidade da literatura de mostrar a densidade da natureza humana:

O próprio da literatura é a análise das relações sempre particulares que reúnem as crenças, as emoções, a imaginação e a ação, o que faz com que ela encerre um saber insubstituível, circunstanciado e não resumível sobre a natureza humana, um saber de singularidades (COMPAGNON, 2009, p.59).

A memória, também se utiliza do artifício da seletividade e mostra na fala do sujeito indícios de pertencimento a um determinado grupo e o trabalho de sustentação daquele discurso em prol da manutenção da identidade grupal e da possibilidade de permanecer na comunidade, e às vezes, isso implica o silêncio, cabendo ao interlocutor interpretá-lo.

O trecho “Considero-me um elefante velho que não aguenta mais acompanhar sua manada e fico para traz” representa a inserção de Tio Bahia na comunidade de destino da velhice, cuja esperança no futuro está se esvaindo e a espera de acordo com o próprio sujeito é apenas pela morte. A escolha das palavras que representam essa perda – a da esperança no futuro – são capazes de provocar no leitor/ouvinte o sentimento de impotência no qual o eu-lírico se coloca e ao ler o trecho da entrevista no qual o poeta fala do destino de sua obra e de sua vida, pintar mentalmente os olhos tristes e o corpo cansado de um elefante velho que, possivelmente será esquecido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivava compreender as relações entre a bibliografia produzida sobre a história do município de Foz do Iguaçu e como os sujeitos se apropriam dessas fontes para produzir a memória da cidade.

Ao longo da pesquisa, observamos a constituição do município e a (re)apropriação do espaço já habitado por indígenas e trabalhadores mensalistas (*mensus*) pelos militares, cujo propósito era proteger a fronteira – marcando o território brasileiro e, distribuir terras para os imigrantes que viviam, principalmente, na região sul do Brasil a fim de que, eles aceitassem cultivá-las e conseqüentemente repovoar Foz do Iguaçu, que era habitada por estrangeiros (argentinos e paraguaios) em sua maioria. A propaganda do Governo de Getúlio Vargas acerca da “Marcha para o Oeste” foi um forte propulsor dessa migração.

Diversas famílias aceitaram esse desafio de desbravar novas terras e contaram suas histórias de sucesso enquanto empresários, políticos, ou como referência na área educacional ou esportiva e tiveram suas memórias eternizadas no livro *Foz do Iguaçu: retratos*. Livro esse, elaborado para comemorar os 83 anos do município o que indica a parcialidade dos antigos moradores ao retratar a história da cidade, pois as memórias selecionadas por esse grupo condizem apenas com os benefícios do progresso. As dificuldades, quando mencionadas são coadjuvantes do sucesso, da modernização de Foz do Iguaçu. A memória é selecionada de acordo com os objetivos daqueles que detém o poder reconhecido, nesse caso, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

O Estado aparece como um forte agente da oficialização da memória progressista de Foz do Iguaçu. Ele coadunou com grandes construtoras para a edificação de estruturas que marcassem a modificação do espaço de características interioranas que era Foz do Iguaçu antes da década de 1950, cujas obras da Ponte da Amizade foram iniciadas. Logo após, outro monumento foi erguido e é o maior representante da modernidade que atingiu o município: Itaipu Binacional.

No segundo momento, ao tratar da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, uma das obras grandiosas que demarcavam o progresso da nação de acordo com o projeto do Governo Militar, buscamos evidenciar a hegemonia do discurso de Itaipu sobre o dos grupos minoritários (agricultores, ex-barrageiros, etc.), cujas famílias vivenciaram momentos difíceis (fome, desemprego, injustiça...) por conta dessa edificação.

O próprio espaço natural foi re praticado, pois a construção de Itaipu requereu a extinção das Sete Quedas do Iguaçu que deram lugar ao Lago de Itaipu. Esse lago também foi o responsável pela desapropriação de muitas terras de agricultores da região, que sofreram com processo de alagamento e lutaram bravamente para ter garantido os seus direitos e para receber uma quantia justa pelas terras que possuíam. Muitos deles, inclusive, foram forçados à partir para outras regiões do país, pois a quantia recebida por suas terras não era suficiente para adquirir terreno semelhante no Paraná.

Dialogamos com Catta (2003) e Ribeiro (2002), além de buscar nossa própria fonte: Tio Bahia, de modo que pudéssemos mostrar que, o espaço (re)praticado traz consequências, deixa marcas na memória da população – e as lembranças que esse progresso suscita também são dolorosas. Esse diálogo contrapõe as informações retiradas do livro *Foz do Iguaçu: retratos*, no qual antigos moradores relatam a progressão financeira de suas famílias e os investimentos feitos devido às obras que impulsionaram a modernização do município.

Abordamos a chegada dos trabalhadores que vieram em busca de oportunidade na Usina Hidrelétrica de Itaipu e que não conseguiram, ficando à margem da sociedade, sem auxílio algum – sequer para retornar para sua terra natal – os quais contribuíram para a formação de bairros pobres, distantes do centro da cidade e conseqüentemente, para o aumento da criminalidade.

Tratamos também, do controle exercido por Itaipu, sobre os seus funcionários, da segregação que existia na empresa a partir do cargo ocupado e, do controle externo – seja sobre a vida de seus trabalhadores fora da obra, da estrutura montada para os “privilegiados” que conseguiram um emprego na usina e da própria imprensa, na divulgação do Projeto Itaipu.

Salientamos que, Itaipu é uma das peças principais no desenvolvimento social e econômico de Foz do Iguaçu, que foi e é geradora de muitos empregos direta e indiretamente e que participa assiduamente de projetos sociais e culturas do município, porém, a sua construção trouxe também, perdas e essas, não podem ser esquecidas. O sacrifício humano para a concretização da obra não deve ser esquecido.

No terceiro momento, buscamos estabelecer um elo entre a literatura e a memória. A primeira possibilita a compreensão do mundo por meio do posicionamento de um escritor sobre ele, das críticas que faz, do modo que observa e das ênfases que emprega, ou seja, uma possibilidade de observação do mundo externa à cada indivíduo leitor, que ao assimilar a obra às suas próprias experiências vividas poderá refletir criticamente sobre a sociedade a sua volta.

A memória por sua vez, permite ao ouvinte obter informações detalhadas de um momento do passado a partir da experiência individual. Para recordar um dado momento do

passado é necessário um sujeito disposto a falar sobre ele. Esse sujeito, não raro, é parte de um grupo marginalizado socialmente, nesse trabalho, o representante desse grupo é o velho.

O velho, o ex-barrageiro, o semi-analfabeto e migrante Tio Bahia é o representante de alguns dos grupos que estiveram e estão à margem da sociedade, quando se pensa/fala da memória do município de Foz do Iguaçu e, para que não sejam esquecidos trouxemos aqui trechos da entrevista com esse senhor que se dispôs a contar alguns episódios de nossa história e contrapor a memória oficializada de que as grandes obras aqui feitas trouxeram “apenas” o progresso, a modernidade.

Além das entrevistas, tivemos acesso à literatura produzida por ele: os dois livros escritos e às pastas cheias de arquivos datilografados ou digitados de textos que não foram publicados por falta de apoio, desde o financeiro até o de revisão da escrita. Alguns textos que não foram publicados, como por exemplo “Parabéns Foz” e “Parabéns para você Itaipu” que poderiam contribuir para reforçar a memória da cidade, permanecem guardados, adormecidos no fundo de uma gaveta.

Essa literatura pouco valorizada, marginal, se divulgada pode ser uma aliada valorosa na construção de “novas” memórias sobre um lugar, sujeito ou momento histórico. Ouvir àqueles que estão à margem e dar visibilidade à sua obra é um importante passo para (re)conhecer a história de um local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. Poética. In: ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. **A poética clássica**. Tradução direta do grego e do latim por Jaime Bruna. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1990.

BACKES, Gilson. Na trilha do Oeste: itinerâncias e memórias de fronteira. In: DUARTE, Geni Rosa. et al. (Org.). **Experiências e memórias de deslocamentos no Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

BERNARDI, Antônio: depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 54-55.

BORDIN, Antônio: depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997.p. 56-57.

BORELLI, Silvia Helena Simões. Literatura, Literaturas. In: \_\_\_\_\_. **Ação, suspense, emoção: literatura e cultura de massa no Brasil**. São Paulo: EDUC: Estação Liberdade, 1996.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed.1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997.

CAMPANA, Dionísio: depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu, Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 78-79.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 8 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000.

CARBONERA, Ildo. Que coisa! In: \_\_\_\_\_. **Olha pra mim**. Porto Alegre: EST Edições, 2007. p. 27.

CATTA, Luiz Eduardo Pena. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

\_\_\_\_\_. **A face da desordem: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu/ 1964-1992)**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

COSTA, José Carlos da. Pedro Nava: arquivo e escrita das memórias. In: CRUZ, Antonio Donizeti da; ALVES, Lourdes Kaminski. **Literatura e sociedade no contexto latinoamericano**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

DALCASTAGNÈ, Regina. Nas tripas do cão: a escrita como espaço de resistência. **Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, nº. 29. Brasília, janeiro-junho de 2007, pp. 55-66. Disponível em:  
<<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2075/1644>> Acesso em: 18 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Colocar-se em palavras: memórias de um percurso íntimo. \_\_\_\_\_, nº. 40. Brasília, julho-dezembro de 2012. pp. 15-28. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/elbc/n40/a02n40.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2018.

DAMIÃO, Osvaldo Ferraz. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 160-161.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo e identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DORFMAN, Adriana. Textualizando condições fronteiriças: a contribuição da literatura ficcional para o estudo do contrabando. In: COLOGNESE, Silvio Antônio; CARDIN, Eric Gustavo. **As ciências sociais nas fronteiras: teorias e metodologias de pesquisa**. Cascavel: JB, 2014. p. 125-145.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1994.

FAZZA, Dom Olívio Aurélio. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 80-81.

FREITAS, Maria Célia de; QUEIRÓZ, Terezinha Almeida; SOUSA, Jacy Aurélia Vieira. O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos. **Revista Escola de Enfermagem: USP**, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n2/24.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

GERMANI, Guiomar Inez. **Os expropriados de Itaipu**. Porto Alegre: UFRGS, 1982.

GREGORY, Valdir. Fronteiras múltiplas: narrativas sobre os sertões do Paraná. In: COLOGNESE, Silvio Antônio; CARDIN, Eric Gustavo. **As ciências sociais nas fronteiras: teorias e metodologias de pesquisa**. Cascavel: JB, 2014. p. 183-214.

\_\_\_\_\_. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940 a 1970)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GRIGNET, Roberto Ariel. Depoimento cedido a Zé Beto Maciel. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 180-181.

HOLLER, Roberto. Depoimento cedido a João Adelino de Souza. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 182-183.

ITAIPU. **Nossa história**. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/nossahistoria>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

KLAUCK, Samuel. A Fronteira do Oeste do Paraná: Narrativas de Desbravamentos, Imaginários e Representações. In: ARRUDA, Gilmar. (Org.). **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas**. Londrina: Eduel, 2003, v. 1, p. 243-278. Disponível em: <

[http://www.geografia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestoes\\_leitura/natureza\\_fronteras\\_e\\_territorios.pdf](http://www.geografia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestoes_leitura/natureza_fronteras_e_territorios.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2017.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua história**. Foz do Iguaçu: [s. n.], 2001.

MARTINS, Manêncio. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 146-147.

MELLO, Antenor Carneiro de. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 52-53.

MERTIG, Alfredo. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 46-47.

MONGES, Fabiane Ninoff; FARIAS, Patrícia Jacinto de. **Memória oral coletiva como forma de exploração do turismo cultural em Foz do Iguaçu com foco no 1º campo de pouso do município**. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2006.

MORO, Galdino. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 112-113.

MOTA, Francisco Ferreira. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 106-107.

MYSKIW, Antonio Marcos. **A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)**. 2009. 245 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, José Alexandre de. **O poeta barrageiro: contos e poesias**. Foz do Iguaçu: [s. n.], 1997.

OLIVEIRA, Rejane Pivetta de. Literatura marginal: questionamentos à teoria literária. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RAFAGNIN, Filomena. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 104-105.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

ROLON, Maria Odete. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 150-151.

SALVATTI, Etelvino. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 94-95.

SAMWAYS, Carlos Luiz. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 68-69.

SANTOS, Argemiro. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 40-41.

SANTOS, Ozires. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 170-171.

SANTOS, Reginaldo Aparecido dos. O futuro em foco: fotografias da década de 1950 em destaque na cidade de Toledo. In: DUARTE, Geni Rosa. et al. (Org.). **Experiências e memórias de deslocamentos no Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?**. Tradução de Carlos Felipe Moisés. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SCHERLOSKI, Francisco. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 108-109.

SCHIMMELPFENG, Ottília. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 166-167.

SCHIMMELPFENG, Ottília. **Retrospectos iguaçuenses**. Foz do Iguaçu: Tezza Editores, 1991.

SECARIOLO, Fabiana Marreto. O espaço paranaense na perspectiva dos viajantes: Nestor Borba (1876) e José Candido Muricy (1892). In: DUARTE, Geni Rosa. et al. (Org.). **Experiências e memórias de deslocamentos no Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

SILVA, Micael Alvino da. **Breve história de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2014.

URNAU, Antônio. Depoimento cedido a Juvêncio Mazzarollo. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 64-65.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1982.

\_\_\_\_\_. **História do Paraná**. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WEBER, R; PEREIRA, E. M. Halbwachs e a Memória: contribuições à história cultural. **Revista Territórios e Fronteiras**. Mato Grosso, v. 3, n. 1, 2010.

WERNER, José. Depoimento cedido a Aluizio Palmar. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Chico de. **Foz do Iguaçu: retratos**. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar Ltda, 1997. p. 136-137.

ZAPPONE, Mirian Hisae Yaegashi; Wielewicki, Vera Helena Gomes. Afinal, o que é Literatura? In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs.). **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: EDUEM, 2009.

### **FONTE ORAL**

OLIVEIRA, José Alexandre de. Depoimento cedido a Josiane Nava. Foz do Iguaçu. 12 de dezembro de 2016.

OLIVEIRA, José Alexandre de. Depoimento cedido a Josiane Nava. Foz do Iguaçu. 16 de dezembro de 2016.

OLIVEIRA, José Alexandre de. Depoimento cedido a Josiane Nava. Foz do Iguaçu. 08 de dezembro de 2017.

**ANEXOS**

## ANEXO A - POEMA ESCRITO POR TIO BAHIA DE PRÓPRIO PUNHO

## É Memória

Autor José Alexandre de Oliveira, Tio Bahia

É <sup>simbólica</sup> ~~dis~~memória o dia acaba de raiar o sol já cobre  
alguma parte de terra com seus raios de luz ~~bênçãos~~  
vem surgindo sobre o mar, os gaimetes se anunciam que  
há e hora de acompanhar os pescadores, se não querem  
pescar cozinhados..

É memória o meu amor ainda dorme sem se  
preocupar pelo que vai acontecer o dia para o ~~dia~~ ~~dia~~  
dele e não me dá para dizer bom dia meu amor, o sol  
já está alto, o dia promete mais a praia.

Vamos ver os olhos do mar lançados a  
nossos de passada vamos ao por do sol  
vã os olhos lançados a nossos de passada  
nos olhos de mãe de leite se vê crianças ~~crianças~~  
tenhas a bee grande de leite crianças nós se  
vê crianças e adultos pedindo um pedaço de  
pão.

Nos vitrines se vê mulheres bonitas  
nós não falamos estão para mostrar as  
modas novas são sempre bonitas, são meus  
são diferentes das crianças tudo isso acontece  
na cidade grande.

É memória..

~~del~~

**ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTO****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTO**

Eu, **José Alexandre de Oliveira**, CPF 214 773 028 91, RG 13 207 425-9, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de meu depoimento, através do presente termo, autorizo a pesquisadora **Josiane Nava** do projeto de pesquisa intitulado “**Migração, Memória e Literatura: lembranças de um barrageiro de Itaipu**” a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destes depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada.

Foz do Iguaçu, 08 de Novembro de 2017.

Josiane Nava  
Pesquisador responsável pelo projeto

[Assinatura]  
Sujeito da Pesquisa